



MULHERES
MAIS FORTES NA POLÍTICA

Mulheres Mais Fortes em Processos Eleitorais com Equidade

Organização
Angela Fontes
Herculis Pereira Tolêdo

Realização:

Emenda Parlamentar 13100022,
por meio da Secretaria Nacional de
Políticas para as Mulheres



MINISTÉRIO DA
MULHER, DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS HUMANOS





Mulheres Mais Fortes em Processos Eleitorais com Equidade

Organização

Angela Fontes
Herculis Pereira Tolêdo

Autoras/Autor

Angela Fontes
Adriana Valle Mota
Ana Gomes
Débora Thomé
Herculis Pereira Tolêdo
Hildete Pereira de Melo
Louise Storni
Rosimere de Souza



Mulheres Mais Fortes na Política

Governo Federal

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)

Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Damara Regina Alves

Secretária Nacional de Política para as Mulheres (SNPM)

Cristiane Britto

Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)

Superintendente Geral

Paulo Timm

Superintendente da Área de Desenvolvimento Econômico e Social

Alexandre C. de Albuquerque Santos

Diretora Geral da Faculdade IBAM

Tereza Cristina Baratta

Coordenação

Angela Fontes

Professoras/Mentoras:

Adriana Valle Mota (colaboradora)

Ana Gomes

Débora Thomé

Hildete Pereira de Melo

Instrutoria

Louise Storni

Herculis Toledo

Rosimere de Souza

Assistente Administrativo

Flávia Lopes

Virginia Letice

Assistente Educacional

Andreia Azevedo Silva

Analista em Tecnologias Educacionais

Roberto da Silva Gonçalves

Comunicação e Designer Gráfico

Ewerton Antunes

Bibliotecária

Cynthia Pestana

Revisora

Helouise Melo Costa



CIP. Brasil. Catalogação-na-Publicação
Centro de Documentação – CEDOC

M956

Mulheres Mais Fortes em Processos Eleitorais com Equidade. / Organização:
Angela Fontes; Herculis Pereira Tolêdo. – Rio de Janeiro: IBAM; Brasília: SNPM, 2021.

Autoras/Autor: Adriana Valle Mota; Ana Gomes; Angela Fontes; Débora Thomé;
Herculis Pereira Tolêdo; Hildete Pereira de Melo; Louise Storni; Rosimere de Souza.

117p.

3379 KB; PDF

ISBN: 978-65-994213-2-7

1. Eleições – Brasil. 2. Mulheres na política – Brasil. 3. Campanhas eleitorais –
Brasil. I. Mota, Adriana Valle. II. Gomes Ana. III. Fontes, Angela. IV. Thomé, Débora. V.
Tolêdo, Herculis Pereira. VI. Melo, Hildete Pereira de. VII. Storni, Louise. VIII. Souza,
Rosimere de.

CDU 324-055,2



Sumário

Fala Institucional	6
Apresentação	8
Capítulo 1 – Ideias Norteadoras.....	10
1.1 Sobre as Eleições 2020.....	10
1.2 Sobre o Método de Trabalho	11
Capítulo 2 – Perfil das Mulheres Inscritas na Formação.....	16
Capítulo 3 - Atividades Realizadas.....	24
3.1 Webinários	26
3.2 Rodas de Conversa	39
3.3 Programa de Mentoria Política	45
3.4 Depois do Programa de Mentoria Política	69
3.5 Próximos Passos	77
Considerações Finais	79
Anexos.....	83
Anexo 1 - Recomendações de Leitura.....	84
Anexo 2 - Material Informativo de Divulgação nas Redes Sociais	89
Anexo 3 - Webinário Sistema Político Brasileiro e Sistema Eleitoral	92
Anexo 4 - Webinário Organização da Campanha Política.....	99
Anexo 5 - Webinário Estratégias de Comunicação e Campanha	102
Anexo 6 - Webinário Liderança e Construção de Projetos Políticos	107
Anexo 7 - Webinário Políticas Públicas para as Mulheres	111



Fala Institucional

É com muito entusiasmo que o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) apresenta a publicação **Mulheres Mais Fortes na Política**, resultado de mais um projeto de formação a distância oferecido gratuitamente a todas as mulheres envolvidas com a dinâmica das estruturas partidárias.

Com o objetivo principal de fortalecer e ampliar a capacidade de impulsionamento das candidaturas das mulheres às Câmaras de Vereadores e Prefeituras Municipais no estado do Rio de Janeiro, é importante registrar que sua realização enfrentou os desafios impostos pela pandemia da Covid-19, inclusive quanto ao fato de que teve início quando as campanhas eleitorais de 2020 já se encontravam em andamento.

O Programa Gênero e Políticas Públicas (PGPP) foi criado em 1989, na estrutura organizacional do IBAM, para subsidiar, conceitualmente e por meio de ferramentas de gestão, agentes públicos na formulação de ações que reconheçam e atendam as demandas de enfrentamento às desigualdades políticas entre mulheres e homens.

A partir dos resultados da realização de importantes eventos na década de 90, como o seminário para prefeitas: “Ação do Município na Promoção da Mulher”, o curso “Como Trabalhar com Mulheres” e o seminário “A Participação da Mulher no Saneamento e na Proteção Ambiental das Áreas Urbanas”, o PGPP iniciou uma atuação no debate de institucionalização dos direitos das mulheres e sua transversalização nas políticas públicas.

Outra iniciativa que precisa ser lembrada pelo seu pioneirismo e rápida capacidade de resposta naquele momento foi o treinamento “Mulheres sem medo do poder”. Realizado simultaneamente em todo território nacional, em conjunto com a bancada feminina do Congresso Nacional e os movimentos feministas e de mulheres, a campanha difundiu a Lei 9.100/96, na qual ficou estabelecida a primeira versão do percentual de cotas por sexo para as eleições já a partir daquele ano.

Ao longo de sua trajetória, o PGPP desenvolveu importantes trabalhos de assessoria, pesquisa e capacitação para a administração pública municipal, estadual e federal, bem como para organismos internacionais de defesa dos direitos humanos das mulheres. Atuou sempre no marco da missão do IBAM que é associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, criada com a finalidade de trabalhar para o desenvolvimento institucional da administração pública, em especial a municipal. A organização, desde 1952, busca aprimorar os caminhos da descentralização no país e a formação de quadros profissionais competentes. No ano de 2019, o Instituto foi credenciado pelo MEC como Instituição de Ensino Superior (IES).

O desafio de incidir sobre o quadro eleitoral brasileiro é grande e acreditamos, diante dos bons resultados alcançados, que o projeto **Mulheres Mais Fortes na Política**, no estado do Rio de Janeiro, é resposta estratégica para impulsionar as mulheres nos espaços do poder político.

Este e-book é instrumento para difundir a metodologia desenvolvida e pensar em alternativas que tornem mais eficazes as campanhas eleitorais de mulheres comprometidas com a agenda de fortalecimento da autonomia feminina para as próximas eleições.

A realização desse projeto não teria sido possível sem a dedicação colaborativa das profissionais e dos profissionais que a ele se dedicaram, a quem agradecemos.

Paulo Timm
Superintendente Geral

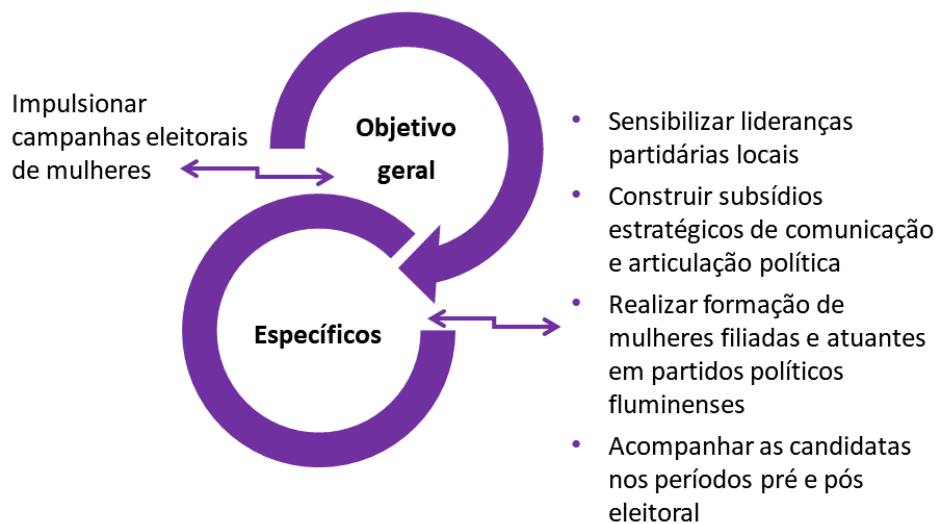


Apresentação

Em agosto de 2020, foi dado início à formação *Mulheres mais fortes em processos eleitorais com equidade*, resultante do Termo de Fomento nº 902202/2020, celebrado com a União, em decorrência da Emenda Parlamentar 13100022, por intermédio da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, do Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos – SNPM – MMFDH, cabendo ao IBAM a coordenação e a execução do projeto. Com o propósito de alcançar uma comunicação mais direta com o público prioritário, a formação passou a ser reconhecida como **Mulheres Mais Fortes na Política**.

A partir da convicção da necessária ampliação da presença das mulheres nos espaços de poder político partidário em prol de uma sociedade com equidade, entende-se que um dos caminhos para influenciar o aumento do número de mulheres eleitas tanto no legislativo como no executivo se constrói no interior das estruturas dos partidos políticos. Criar as condições para o impulsionamento de campanhas eleitorais de mulheres permite que elas tenham maior visibilidade política e se coloquem como protagonistas no processo eleitoral.

Neste sentido, **Mulheres Mais Fortes na Política** teve como objetivo geral fortalecer as estruturas partidárias no sentido de ampliar a capacidade de impulsionamento das candidaturas das mulheres às Câmaras de Vereadores e Prefeituras Municipais no estado do Rio de Janeiro e como objetivos específicos:



Prioritariamente, o projeto destinou-se às mulheres filiadas e atuantes nos partidos políticos. Embora as atividades tenham tido como componente principal o impulsionamento das candidaturas femininas, o público prioritário foram mulheres envolvidas no ambiente das estruturas partidárias, considerando a interseccionalidade de classe, gênero, raça, sexualidade e geração. Entre os partidos políticos com representação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), buscou-se alcançar 300 mulheres voltadas para um projeto de crescimento pessoal e político.



O fato de que em algum ponto da formação as participantes estariam em posições opostas politicamente foi fortemente considerado, mas também foi considerado que a transmissão de uma pauta de interesses da defesa dos direitos das mulheres seria o elo suprapartidário a manter a formação de uma rede que atendessem à visão programática dos respectivos partidos definida em suas secretarias ou núcleos de mulheres.

Reforçando, as diferenças partidárias não foram escamoteadas, mas partiu-se do pressuposto de que a aquisição de conhecimentos, a troca de informações e de experiências possibilitaria a cada participante adequar ao programa do próprio partido os conteúdos recebidos ao longo da formação. Ou seja, foram abertas às mulheres opções para se posicionarem frente aos e às companheiras de partido com uma agenda de fortalecimento da autonomia feminina no sentido amplo.

Vale registrar que o primeiro desenho do projeto, em fevereiro de 2020, portanto, antes da pandemia da Covid-19, previa uma área de abrangência circunscrita ao estado do Rio de Janeiro e as ações propostas seriam desenvolvidas presencialmente.

Entretanto, quando do início efetivo da formação, em agosto de 2020, o mundo havia sofrido profundas alterações. Assim, em um cenário de exigências de aprendizados de vida, de como agir frente a uma doença desconhecida em todos os países, foram necessárias adequações em todas as dimensões do dia a dia.

Com relação ao método de trabalho a ser adotado para a execução do projeto, buscou-se a inserção de tecnologias não tão novas, mas usadas com menor frequência. De um projeto fortemente presencial, com encontros e calor humano, mudou-se completamente o foco para o mundo digital, o que fez com que a formação transbordasse dos limites fluminenses e alcançasse outros estados e regiões brasileiras como será visto no capítulo 2.



Capítulo 1 – Ideias Norteadoras

1.1 Sobre as Eleições 2020

As eleições municipais de 2020 serão lembradas como aquelas que ocorreram em meio à pior crise sanitária dos últimos cem anos, aliada às crises econômica, social e financeira em curso no país.

Foi neste cenário que candidatos e candidatas às prefeituras e câmaras municipais refizeram suas estratégias e táticas de campanhas. Do corpo a corpo, aperto de mãos e abraços, comícios domésticos ou de rua, as atividades foram em grande parte transportadas para a vida virtual. Foram campanhas orientadas para as redes sociais, aprendendo e fazendo ao mesmo tempo, do marketing digital às ferramentas de impulsionamento e divulgação de propostas e compromissos, utilizando-as para concorrer, e vencer, eleições que se mostraram cada vez mais virtuais. Mas também enfrentaram, em menor escala, fisicamente, os desafios das ruas. Com a observância aos protocolos de segurança, ocuparam territórios e falaram a seus públicos específicos sobre as questões que encampavam e possibilidades de soluções.

A definição de estratégias eleitorais dos partidos é tomada, considerando o contexto de cada pleito e as diversas variáveis de cada momento político da conjuntura naquele dado período eleitoral. O que significa dizer que, para serem vistas como pessoas capazes de serem eleitas, em primeiro lugar, as mulheres precisam ser vistas no interior do partido de modo a terem voz ativa sobre a estratégia a ser adotada nacional e localmente¹.

Manter-se ou alcançar posições na cena política exige visão de futuro e acúmulo do capital político adquirido com as experiências vividas. Portanto, cabe à direção nacional, ao formular a estratégia para um período eleitoral, compreender o papel do local nas eleições municipais frente aos cenários globais. Exige perspicácia e abertura para o novo, para a presença de mulheres, de negras e negros, da juventude, em um mundo global em meio a uma revolução tecnológica potencializada pela pandemia da Covid-19.

Importante registrar que, desde os anos de 1970, as feministas denunciam a baixa representação política das mulheres no Brasil, suas diferentes situações e os pontos de interrogações sobre as causas da sub-representatividade feminina.

A luta das mulheres para aumentar sua participação no espaço público propiciou ao Estado brasileiro estabelecer ações afirmativas, visando garantir candidaturas femininas por meio da legislação eleitoral. Trata-se do reconhecimento da existência de desigualdades de gênero no

¹ FONTES, Angela; MELO, Hildete Pereira. Notas sobre as Eleições de 2020 e as Campanhas de Mulheres. **Revista de Administração Municipal - RAM**. Rio de Janeiro, n. 305, mar 2021, pp.05-17. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/media/arquivos/revista/305.pdf> Acesso em: 29 jul. 2021.



âmbito político e que medidas inclusivas são necessárias para promoção do acesso das mulheres aos espaços decisórios de poder².

Ou seja, o tema tem visibilidade, é tratado especificamente na legislação, mas em grande parte as mulheres são tornadas invisíveis quando é desenhada a estratégia partidária para a chegada ao poder. É possível, portanto, inferir que a barreira para o crescimento da participação das mulheres na política está nos partidos políticos, em sua maioria presidida por homens brancos, e faixa etária acima dos 50 anos, que controlam os recursos e querem continuar como detentores do poder³.

A sociedade brasileira entra na terceira década do século XXI ainda discutindo o domínio dos partidos políticos pelos homens, domínio esse centrado no patriarcalismo hierárquico e no passado escravagista, eixos estruturantes da desigualdade existente na nossa sociedade. Esse debate aponta e questiona o significado dos postos de comando da política continuar nas mesmas mãos, questiona, também, a discriminação histórica e o corporativismo por parte dos velhos e conhecidos donos do poder.

Os tímidos resultados das eleições de 2020 balizaram estudos indicadores de que “se continuarmos nesse ritmo, só em 56 anos haverá paridade entre homens e mulheres no legislativo municipal. Para a prefeitura, a demora será ainda maior: 300 anos”.⁴

Cabe, portanto, reforçar o trabalho junto às mulheres que ousaram entrar na “arena” masculina da política partidária e considerar as causas das dificuldades encontradas, dos desafios enfrentados, o ganho que representa o capital eleitoral acumulado frente à estrutura partidária e repensar como impulsionar as próximas campanhas.

Fortalecer essa mulher no aprendizado do dia-a-dia da vida partidária a fará adquirir voz para dentro do partido e voto para fora.

Essa foi a preocupação que orientou a realização da formação **Mulheres Mais Fortes na Política**, por meio do uso intensivo da comunicação virtual, das redes sociais (*Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*), em paralelo ao aprendizado cotidiano tanto pelas equipes, como pelas participantes das ferramentas tecnológicas disponíveis, como veremos em seguida.

1.2 Sobre o Método de Trabalho

Frente às incertezas sobre as possibilidades de encontros presenciais, foi tomada a decisão de enfrentar os desafios impostos pelas barreiras das distâncias físicas para a execução do

² Idem.

³ Partidos Políticos Registrados no TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse> Acesso em: 29 jul. 2021.

⁴ Bertoldo, Sanny. Entrevistado José Eustáquio Alves. Gênero e Número, 18 nov. 2020. Disponível em: <http://www.generonumero.media/56-anos-paridade-genero/> Acesso em: 29 jul. 2021.



programa de formação por meio da utilização de plataformas digitais, tendo por base as ferramentas apresentadas na modalidade Educação a Distância (EaD).

Importante ressaltar que essa modalidade, mediada pelas Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs), tornou-se uma alternativa real aos cursos, encontros e demais modalidades presenciais, na medida em que oferece condições para estudantes e profissionais de diferentes regiões acessarem informações e conteúdo programático a partir de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Ambiente este que permite o debate, a troca de experiências, a construção do conhecimento por meio da interação e apoio de mediação de instrutoria.

Definida a opção de trabalho a partir das possibilidades e vantagens da EaD, foi criado o AVA na rede da Faculdade IBAM, à época Escola Nacional de Serviços Urbanos-ENSUR, isto é, um espaço específico para que as participantes da formação **Mulheres Mais Fortes na Política** tivessem acesso aos materiais produzidos em qualquer lugar e a qualquer momento, inclusive, em dispositivos móveis como *tablets* e *smartphones*. Nesse espaço, as participantes puderam acessar, como veremos a seguir, importantes conteúdos educativos sobre a temática. Um dos exemplos, encontrado no Anexo 1 - Recomendações de Leitura.

O AVA foi estruturado em três (3) módulos. Sendo eles:

1. Iniciando nossa conversa

O Ambiente Virtual de Aprendizagem da formação Mulheres Mais Fortes na Política dedicou a sua primeira seção ao acolhimento inicial da participante. Esta área é específica aos esclarecimentos em relação a recursos, etapas e momentos da formação.

Nessa seção, tivemos os campos:

- Leitura e aceite do Termo de Compromisso: **O aceite do Termo de Compromisso e da Política de Privacidade conteve as regras de conduta necessárias para a participação na formação.**
- Manual da Formação: **Esse material conteve a estrutura básica da formação e ofereceu informações sobre seus principais aspectos, como os conteúdos dos *Webinários*, fóruns, atividades de mentoria e certificação.**
- Fórum de apresentação: **É o espaço no qual iniciamos a construção de uma comunidade colaborativa, uma rede. Foi fundamental para que pudéssemos nos conhecer mais, saber um pouco sobre as expectativas e anseios coletivos.**
- FAQs – Perguntas frequentes: **Conteve dúvidas e questionamentos mais comuns, na tentativa de antecipar e esclarecer os (as) participantes. A leitura das FAQs também é uma forma mais imediata de obter respostas e esclarecimentos.**



2. Comunicação (Mentoria, Instrutoria e Gestão Acadêmica)

- Fórum de debates: **É o espaço no qual iniciamos a construção de uma comunidade colaborativa, uma rede. Foi fundamental para que pudéssemos nos conhecer mais, saber um pouco sobre as expectativas e anseios coletivos. Assim, este fórum não foi meramente um “repositório de currículos”, mas espaço para a apresentação de pessoas com identidades, gostos, interesses, vivências, talentos e trajetórias únicas de vida.**
- Dúvidas e Apoio Acadêmico: **Foi utilizado para a comunicação com as equipes de Instrutoria e a de Mentoria. É importante lembrar que as postagens foram visualizadas por todas as participantes e que eram respondidas no prazo de até 24 horas.**
- Notícias e avisos: **Usado pela equipe de Gestão Acadêmica para postar informações importantes sobre a gestão do curso diretamente aos participantes. As postagens foram dirigidas às questões fundamentais do cronograma da formação como disponibilidade de módulos, aberturas de novas atividades e convites à participação nos fóruns.**

3. Fontes de consulta

Destinou-se ao compartilhamento de artigos, indicações de livros e vídeos referentes aos assuntos abordados na formação, composta pelas seguintes seções:

- Biblioteca/Midioteca: **Está área abrigou textos, livros e artigos referentes ao conteúdo da formação.**
- Vídeos e entrevistas: **Vídeos e entrevistas referentes ao conteúdo da formação.**

As vantagens em fazer uso do AVA vão desde as questões concretas relacionadas ao distanciamento físico impostas pela Covid-19 até as possibilidades de troca de estudos e experiências entre as participantes sem a necessidade de deslocamento entre as localidades, em particular, considerando a dispersão geográfica alcançada pela formação. Além da possibilidade de definição do próprio ritmo e horário de participação, considerando a programação das atividades realizadas. Outra vantagem diz respeito à estruturação do acervo composto pelos conteúdos atualizados durante os 10 meses de formação, disponíveis por meio de mídias interativas, vídeos, textos complementares, legislação e links (materiais complementares). Vale destacar que, ao acompanhamento realizado pelo programa de mentoria política e o processo de instrutoria ocorrido, seja no AVA seja nas demais atividades, somaram-se as modalidades de comunicação via outras plataformas como *Zoom* e *WhatsApp*.

Em paralelo, foi formulado um plano de campanha de comunicação que teve por fundamento a progressão do debate público em torno das questões femininas e da participação das mulheres nas instâncias de poder, em especial, do poder nos partidos políticos.

Considerando que a proposta da formação **Mulheres Mais Fortes na Política** está direcionada no sentido de sensibilizar, mobilizar e formar mulheres candidatas e atuantes nas estruturas partidárias, a campanha de comunicação se deu nas dimensões externa e interna.

Externamente, objetivou (i) ampliar e fortalecer o conhecimento das candidatas sobre as eleições municipais de 2020, no estado do Rio de Janeiro e (ii) disseminar os resultados gerados pelo projeto.



Quanto ao público interno, visou estabelecer um fluxo de comunicação, envolvendo, de forma colaborativa, as parceiras diretas do projeto, por meio de uma comunicação forte e objetiva, de forma a estimular o envolvimento e engajamento de cada interlocutora.

Para tanto, após a criação da logomarca e respectivo manual de seu uso, foi estabelecido: (i) o canal de relacionamento via *WhatsApp* e criação de peças de comunicação; (ii) criação de páginas nas redes sociais (*Facebook e Instagram*) como estratégia de impulsionamento; e (iii) criação de *mailing marketing* próprio.

Em suma, teve por objetivo apresentar, firmar e comunicar a ideia do curso de formação nas redes sociais *Facebook e Instagram*, nas ferramentas utilizadas para a capacitação *YouTube e Moodle*, nos disparos de mala direta via *e-mail e WhatsApp*, com o acompanhamento e monitoramento das páginas e ferramentas.

No planejamento, também foi prevista a possibilidade de se criar movimentos de impulsionamentos, que visam o aumento do alcance original de publicação em rede social. Ou seja, buscava-se ampliar o alcance da mídia, pois, ao invés de impactar apenas um número restrito de usuários, esse recurso pago permitiria que a postagem fosse exibida para um número maior de possíveis interessados naquele conteúdo. Vale registrar, entretanto, que, pelo fato de estarmos em plena campanha eleitoral e no título da formação constar a palavra “política”, foi vedado o uso da estratégia de impulsionamento pelo *Facebook*.

As páginas criadas nas redes sociais divulgaram as atividades programadas, como os *Webinários* e as Rodas de Conversas, que também foram transmitidos ao vivo pelo canal do IBAM no *YouTube*.

Importante registrar que, no Anexo 2, pode ser visto e analisado o conteúdo divulgado nas redes sociais.

A participação ou frequência de assistência em alguns eventos ficou aquém do desejado, em especial no período imediatamente anterior ao pleito eleitoral propriamente dito, mas também ocorreram situações nas quais a audiência ultrapassou o esperado. Todos os eventos foram gravados e, além de fazerem parte do acervo do AVA, estão no canal no *YouTube* do IBAM.

O período de veiculação das mídias foi planejado para ser realizado durante a vigência do projeto, no período de 10 meses, e oferecido, a princípio, para o estado do Rio de Janeiro, mas alcançou o país como um todo, resultando na inserção de participantes das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

O processo de certificação das participantes foi feito pelo Programa de Extensão da Faculdade IBAM e ocorreu com base nos critérios apresentados a seguir:



- certificar com *conclusão e aproveitamento* todas as participantes da mentoria política, especificando no verso do certificado o total de horas de cada atividade;
- certificar com *participação* todas as outras que participaram de no mínimo um evento, mas não foram mentoradas, especificando também no verso do certificado os eventos dos quais participaram.

Desta forma, chegou-se ao total de 76 certificadas: 46 mentoradas receberam o certificado de conclusão com aproveitamento e 30 inscritas receberam o certificado de participação, considerando a carga horária de 60 horas, assim distribuída: (i) Webinários - 10 horas; (ii) Rodas de Conversa - 12 horas; (iii) Programa de Mentoria Política - 38 horas.





Capítulo 2 – Perfil das Mulheres Inscritas na Formação

A análise dos dados a partir da ficha de inscrição no projeto permitiu conhecer algumas das características, demandas e anseios das 240 participantes.

Com relação à distribuição quantitativa das inscritas por municípios/estados, recebemos inscrições de mulheres de todas as regiões do país e de 13 unidades da federação, com predominância para a região Sudeste (88,8%) e, na esfera estadual, o Rio de Janeiro (87,3%).

As cinco principais fontes de informação pelas quais as mulheres souberam do início da formação foram as redes sociais (49%), seguidas pelos partidos políticos (24%), amigas/os (10%), CEDIM RJ (5%) outros meios (12%).

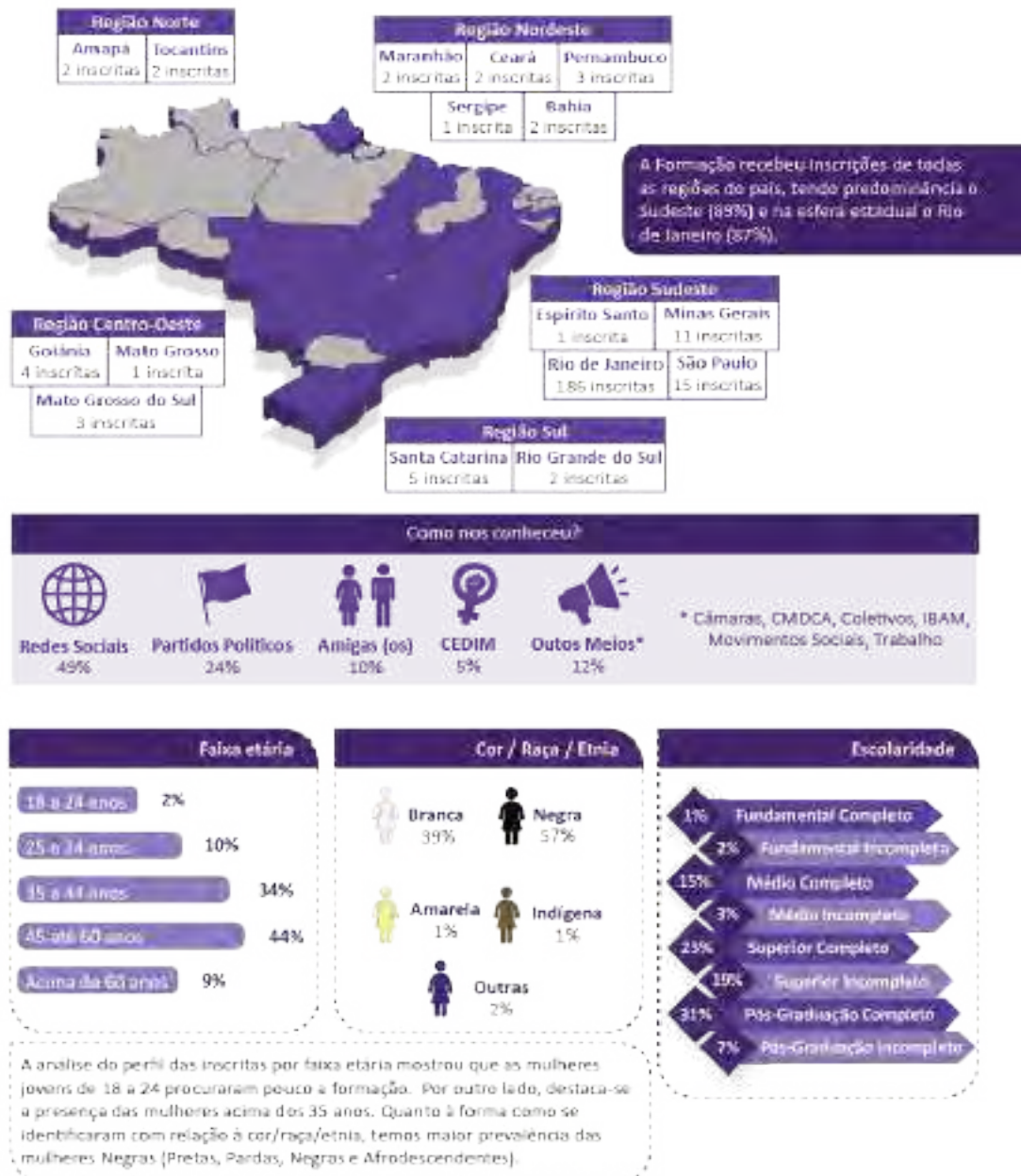
A análise por faixa etária mostrou que as mulheres jovens de 18 a 24 estavam em menor número (2,1%), assim como as de 25 até 34 anos (10,4%), deixando a indagação do por que não teriam tido interesse, mais ainda quando comparada com as candidaturas femininas no estado do Rio de Janeiro que apresentou o mesmo quadro. Nos dois cenários fica a pergunta sobre se a não entrada de mulheres jovens estaria relacionada com a conjuntura pandêmica ou se há um efetivo menor interesse na política partidária. Por outro lado, a presença das mulheres acima dos 35 anos, sendo 33,8% entre as com 35 a 44 anos; 44,2% entre as com 45 a 60 e 9,6% para mulheres com mais de 60 anos, indica a permanência do interesse partidário nesta faixa etária.

Quanto à forma como se identificaram com relação à cor/raça/etnia, entre as inscritas, as mulheres responderam o seguinte, de acordo com as maiores frequências: branca, 94 (39 %), negra, 46 (19%), parda, 60 (25 %), preta, 31 (13 %), outros (caucasiana, humana, mestiça, não negra, vazio), 4 (2 %), amarela, 2 (1 %), indígena, 2 (1 %) e afrodescendente, 1 (0 %). Vale realçar que esta foi uma pergunta aberta e não conforme a classificação de cor adotada pelo IBGE, daí a variação dos tipos de respostas. Contudo, somando as respostas para pretos, pardos, negros e afrodescendentes, entende-se que as mulheres negras são maioria. Elas representam 58 % do total de inscritas e 138 em termos absolutos.

Os dados anteriormente descritos, podem ser analisados no infográfico a seguir.



Infográfico 1 – Perfil das inscritas na Formação





Na tabela a seguir é possível observar que a correlação faixa etária e cor/raça/etnia apresenta uma inversão: as mulheres brancas estão menos presentes nas faixas entre as mais jovens em relação à presença das mulheres negras, representando 10% e 15%, respectivamente. Mas, o avanço da idade tem maior peso entre as mulheres brancas.

Tabela 1 – Distribuição das mulheres brancas e negras inscritas na formação por faixa de idade

Faixa etária / cor/raça/etnia	Mulher Branca		Mulher Negra (preta/parda/negra/ afrodescendente)	
	abs	%	abs	%
18 até 24	1	1	4	3
25 até 34	8	9	16	12
35 até 44	29	31	49	36
45 até 60	43	46	60	43
Acima de 60	13	14	9	7
Total Geral	94	100	138	100

Fonte: Elaboração própria

A análise do perfil das inscritas sob a ótica da correlação cor/raça/etnia e escolaridade mostra que as mulheres estão mais escolarizadas. Apenas 7 informaram que possuíam o ensino fundamental completo (3 - 1%) e incompleto (4 - 2%). Entre elas, 4% mulheres brancas e 2% mulheres negras. Com relação ao ensino médio, 15% o possuem completo e 3% na forma incompleta. Entre as mulheres brancas, 13% possuem o ensino médio completo e 2% incompleto. Com relação às mulheres negras, 18% possuem o ensino médio completo e 3% incompleto.

O percentual das mulheres com ensino superior completo é de 23% e no incompleto de 19%. Entre as mulheres brancas esses percentuais são: 24% e 12%, respectivamente. Entre as mulheres negras os percentuais são equivalentes: 22%.

Quanto ao curso de pós-graduação 38% das mulheres inscritas responderam positivamente para este quesito, sendo que 31% já o concluíram (completo) e 7% ainda não (incompleto). Entre as mulheres brancas temos 38% e 6%, respectivamente. E entre as mulheres negras temos 27% e 6%, respectivamente.

Importante registrar que todas as quatro mulheres que se inscreveram com outras identidades de raça/cor/etnias possuem grau de escolaridade acima do ensino superior.



Tabela 2 – Distribuição das mulheres inscritas na formação, segundo escolaridade raça/cor e etnia

Escolaridade	Raça/Cor/Etnia										Total Geral	
	Amarela		Branca		Indígena		Negra		Outra		abs	%
	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%	abs	%		
Ensino fundamental completo			1	1			2	1			3	1
Ensino fundamental incompleto			3	3			1	1			4	2
Ensino médio completo			12	13			25	18			37	15
Ensino médio incompleto			2	2			4	3			6	3
Ensino superior completo			23	24			30	22	2	50	55	23
Ensino superior incompleto	2	100	11	12	1	50	31	22		0	45	19
Pós-graduação completo			36	38		0	37	27	1	25	74	31
Pós-graduação incompleto			6	6	1	50	8	6	1	25	16	7
Total Geral	2	100	94	100	2	100	138	100	4	100	240	100

Fonte: Elaboração própria

Quando perguntadas sobre o que as teria motivado a participarem, fica bastante claro o desejo de se preparar para assumir protagonismo da própria vida. O que moveu essas mulheres até a formação foi o desejo de adquirir conhecimento tanto relacionado ao aprofundamento sobre como transcorrem os processos eleitorais (42%) quanto à formação política em si e às campanhas eleitorais (23,4%). Algumas poucas chegaram com a motivação explícita de vencer as eleições (3,8%).

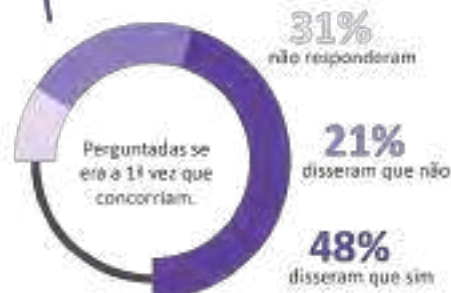


Infográfico 2 – Perfil das participantes na atuação política



Sobre campanhas políticas e estruturas partidárias:

Quando perguntadas se eram atuantes em campanhas políticas, **58%** responderam que não. Mas sobre participação em algum movimento social **53%** responderam que sim.



AVANTE	CIDADANIA	DC	DEM
5 inscritas	3 inscritas	5 inscritas	4 inscritas
MDB	PATRIOTA	PCdoB	PDT
2 inscritas	2 inscritas	12 inscritas	3 inscritas
PL	PMB	PMN	PODE
5 inscritas	1 inscrita	2 inscritas	3 inscritas
PP	PROS	PRTB	PSB
9 inscritas	8 inscritas	2 inscritas	5 inscritas
PSC	PSD	PSDB	PSL
2 inscritas	4 inscritas	7 inscritas	5 inscritas
PSOL	PT	PTB	PV
3 inscritas	53 inscritas	6 inscritas	4 inscritas
REDE	REPUBLICANOS	SOLIDARIEDADE	UP
1 inscrita	3 inscritas	27 inscritas	1 inscrita



Entre as 240 inscritas, 191 (80%) eram filiadas a partidos políticos⁵, ao contrário de 20% que não o eram. Todos os partidos políticos estavam representados na formação, sendo que PT (28%), SOLIDARIEDADE (14%) e PCdoB (6%) eram os três que mais possuíam filiadas entre as participantes. Entre as filiadas, ou seja, 54 das inscritas, 24% foram encaminhadas pelos respectivos partidos. Das inscritas, 62% foram candidatas nas eleições de 2020. Os partidos com maior número de candidatas foram o PT (22%), SOLIDARIEDADE (18%), PCdoB (6%) e PP (6%).

Entretanto, quando perguntadas sobre se eram atuantes em campanhas políticas, estranhamente 58% responderam que não, mas, por outro lado, 80% afirmaram que são filiadas a algum partido político. Para 48% das inscritas na formação aquela era sua primeira experiência de candidatura. Sobre participação em algum movimento social, 53% responderam que sim.

Após o processo eleitoral e com o objetivo de dar início ao programa de mentoria política, foi realizada enquete endereçada a todas as inscritas. O número das respondentes ficou aquém do esperado, mas permitiu inferir a dimensão do interesse em manter o capital político adquirido durante a campanha.

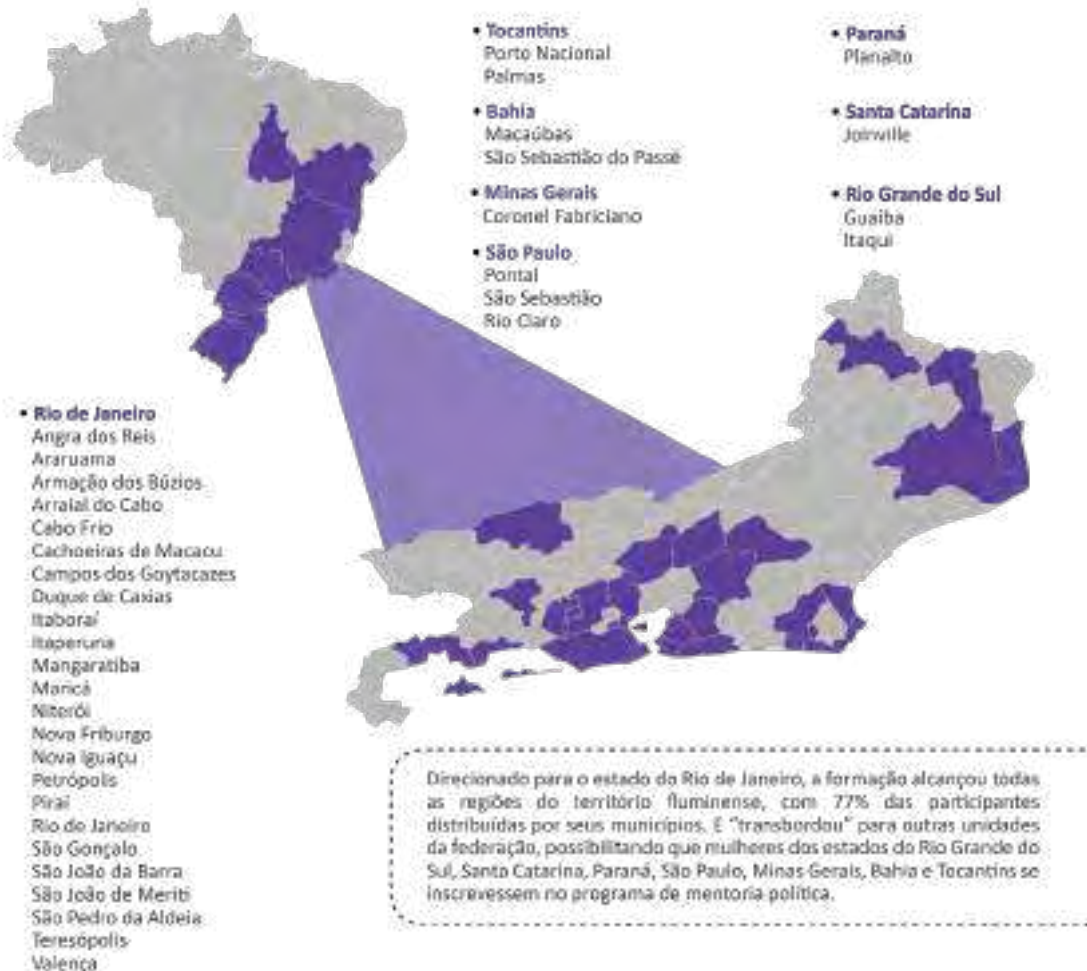
Ao responderem a uma pergunta aberta sobre os interesses motivadores para participarem do programa de Mentoria política, os temas com maior interesse, como não poderiam deixar de ser, estavam relacionados à construção de candidaturas mais consistentes, com efetivo planejamento de campanha e seu financiamento, formação política, mas estranhamente foram poucas as que se preocuparam com o papel a ser desempenhado pela vereança e sua relevância na construção da sociedade.

Permitiu, também, visualizar o espraiamento da formação **Mulheres Mais Fortes na Política** para além do estado do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que alcançou todas as regiões do território fluminense, com 77% das participantes distribuídas por seus municípios, objetivo primeiro quando da formulação inicial do projeto com as ações presenciais. Entretanto, o método de trabalho adotado, desenvolvido por meio da EaD, possibilitou o alcance de outras unidades da federação, e que mulheres dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Tocantins se inscrevessem no Programa de Mentoria Política.

⁵ AVANTE; CIDADANIA; Democracia Cristã (DC); Democratas (DEM); Movimento Democrático Brasileiro (MDB); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Liberal (PL); Partido Mulher Brasileira (PMB); Partido da Mobilização Nacional (PMN); PODEMOS (PODE); Partido Progressista (PP); Partido Republicano da Ordem Social (PROS); Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB); Partido Socialista Brasileiro (PSB); Partido Social Cristão (PSC); Partido Social Democrático (PSD); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Partido Social Liberal (PSL); Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido Verde (PT); Rede Sustentabilidade (REDE); REPUBLICANOS; SOLIDARIEDADE e Unidade Popular (UP).



Infográfico 3 – Distribuição das Participantes do Programa de Mentoria Política por município



Com a continuidade dos trabalhos de mentoria política e para melhor compreensão das mentoradas sobre a trajetória política das mentoradas em seus respectivos grupos, nova enquete foi realizada, considerando esse conjunto de mulheres. A nova enquete teve por objetivo conhecer quantas entre as mentoradas haviam alcançado a suplência até a 5ª posição.

Entre as 22 respondentes, 14 responderam que haviam alcançado suplência, 4 que não haviam alcançado e outras 4 não responderam. Entre as que não ficaram na suplência, as situações descritas foram de partidos que não fizeram legenda, sendo que uma foi a mais votada, porém o partido (PT) não fez legenda no município, e outras tiveram uma baixa votação. A quarta suplência foi a posição mais frequente alcançada pelas mulheres, representando 27% dos casos. Essa distribuição é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 3 - Municípios com maior número de mentoradas até a 5ª posição na suplência

Suplência, partido e localidade	Mulheres
1ª suplência	2
PT Magé (RJ) Volta Redonda (RJ)	2
4ª suplência	6
MDB Rio de Janeiro	1
PCdoB Maricá	1
PSC Petrópolis	1
PT Maricá Paraty	2
SOLIDARIEDADE Cotia /SP	1
5ª suplência	1
DEM Teresópolis	1
Total Geral	9

Fonte: Elaboração própria

Importante registrar que 59%, entre as 22 respondentes à enquete sobre vida partidária, responderam que não participam de estruturas partidárias. Por outro lado, entre elas, 59% pretendem se candidatar nas próximas eleições. Vale explicitar que não são as mesmas mulheres a comporem os percentuais de 59% nas duas situações descritas. Cabe também ressaltar que não foram identificadas nas respostas das participantes a 2ª suplência e a 3ª suplência.



Capítulo 3 - Atividades Realizadas

Como afirmado anteriormente, a opção pelo formato *online* para a execução das atividades do curso de formação se deu em resposta ao cenário pandêmico da Covid-19 em 2020 com que o país e o planeta passaram a conviver, e ainda convive em 2021.

Também foi em meio a esta crise sanitária, que se deu o período pré-eleitoral para a realização das eleições municipais daquele ano.

Chama atenção o fato de que, em 2016, os partidos políticos no estado do Rio de Janeiro apresentaram 138 candidaturas ao cargo de prefeito (48 mulheres e 90 homens) e, em 2020, foram 596 candidaturas (93 mulheres e 503 homens), um crescimento significativo entre os dois pleitos, o que denota preocupação com alterações na legislação eleitoral e a necessária difusão territorial.

Com relação à vereança, em 2016, o número total de candidaturas foi de 21.395 e nas eleições de 2020 foi de 25.264, ou seja, um ligeiro aumento de 12%. A candidatura das mulheres à vereança em 2016 significou 32,4% e, em 2020, 34,1%.

Em 2020, as principais características das candidatas fluminenses foram: maior nível de escolaridade; faixa etária menos jovem; mulheres brancas em maior número, mas em menor quantidade que em 2016; crescimento das candidaturas das mulheres negras em relação a 2016; aumento da presença de mulheres para o cargo de vice-prefeita e drástica redução para o de prefeita.

Quadro 1 - Características das candidatas fluminenses 2016-2020

Candidaturas de Mulheres no RJ	2016 %	2020 %	Principais Características das Candidatas
Prefeitas	34,8	15,6	<ul style="list-style-type: none"> • Mais escolarizadas. • Faixa etária menos jovem. • Mulheres brancas em maior número, mas menos que em 2016. • Crescimento das candidaturas das mulheres negras em relação a 2016. • Aumento da presença de mulheres para o cargo de vice-prefeita e drástica redução para o de prefeita.
Vice-prefeitas	20,50	26,5	
Vereadoras	32,40	34,1	

Fonte: Elaboração própria



Considerando o cenário de 2016 e trabalhando com a hipótese de que as estratégias partidárias para o pleito de 2020 estariam direcionadas à aquisição de visibilidade e enraizamento nos territórios de modo a fazer frente às alterações ocorridas na legislação eleitoral, as primeiras ações do projeto visaram processos de articulação tanto com as/os presidentes dos diretórios dos partidos políticos com acento na ALERJ assim como com as/os presidentes das Câmaras de Vereadores dos 92 municípios fluminenses.

Tal processo de articulação, além da apresentação do curso de formação e sua proposta de cunho suprapartidário, buscou contribuir para o entendimento por parte das/dos agentes políticos sobre a relevância para a sociedade da inserção das mulheres na vida partidária, tanto como filiadas e atuantes no dia a dia do partido quanto como candidatas.



As ações de aproximação com o objetivo de iniciar tal processo de articulação ocorreram após o levantamento cadastral de partidos políticos e câmaras municipais, seguido pela troca de correspondência prévia via e-mail, envio de convite personalizado, na forma de ofício assinado pelo superintendente geral do IBAM, chamando para reuniões virtuais específicas a cada público – partidos e câmaras, ocorridas nos dias 29 e 30

de setembro de 2020. As reuniões, que podem ser acessadas pelo *YouTube*, objetivou também a divulgar a formação junto às candidatas do estado do Rio de Janeiro e motiva-las para a participação.

Vale ressaltar que a realização das reuniões já em meio às movimentações, avanços e desafios próprios dos pleitos eleitorais e concorrendo, portanto, com agendas previamente marcadas justifica o número de presenças aquém do esperado⁶.

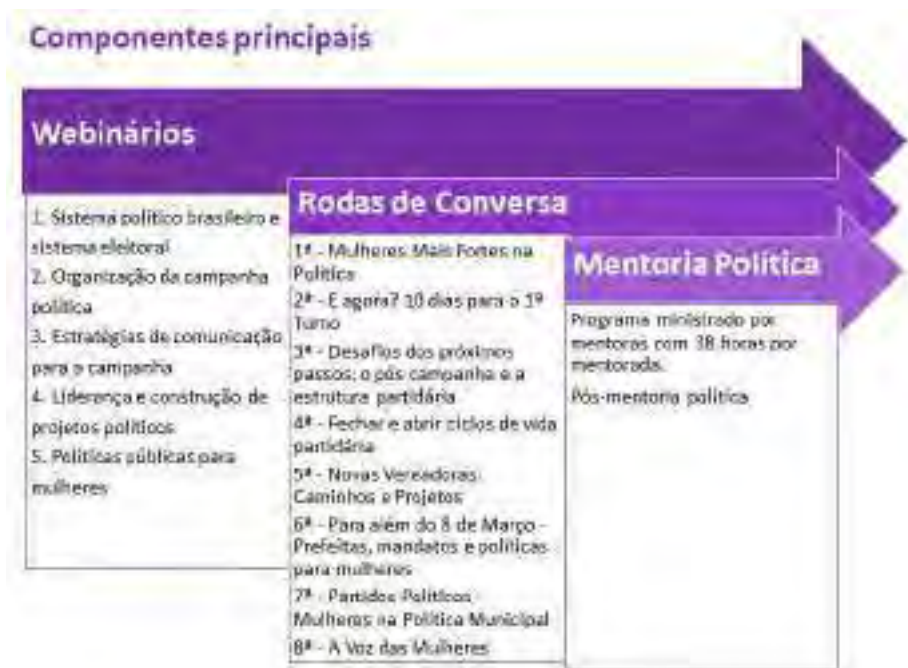


⁶ Em função do atraso na publicação do Termo de Fomento no Diário Oficial da União e repasse do recurso por parte do concedente, as articulações institucionais tiveram início no mês de agosto de 2020, após contratação da equipe do Projeto.



A continuidade do processo de articulação com as/os dirigentes partidários e representantes das Câmaras de Municipais ocorreu ao longo da realização da formação com o envio por e-mails de informativos sobre o andamento das ações, apresentação do perfil das mulheres inscritas, assim como o convite para participar das atividades realizadas como os Webinários e Rodas de Conversas que contaram com a presença de representantes de partidos políticos e de mulheres que se elegeram como prefeitas e como vereadoras.

Reafirmando o objetivo geral do curso de formação de fortalecer as estruturas partidárias no sentido de ampliar a capacidade de impulsionamento das candidaturas das mulheres às Câmaras e Prefeituras Municipais, o projeto foi desenvolvido por meio da realização de suas três principais ações: webinários, rodas de conversas e programa de mentoria política. A divulgação e realização dessas ações ocorreram por meio das redes sociais – *Facebook, Instagram e WhatsApp*.



3.1 Webinários

Especificamente com relação aos webinários, é importante registrar que os temas abordados caminharam por duas vertentes principais:

- (i) *atender à praticidade e à urgência das campanhas, tendo por base informações sobre sistema de governo e sistema eleitoral;*
- (ii) *transmitir conhecimento teórico às mulheres para compreensão de que “não basta ser mulher” para atuarem no atendimento de demandas das mulheres, urbanas e/ou rurais, reconhecendo a transversalidades das políticas públicas.*



O conhecimento adquirido permitiu às mulheres desenvolverem campanhas mais competitivas, assim como a se prepararem para a construção de carreiras políticas consistentes e consequentes em prol dos direitos das mulheres.

No conjunto, foram cinco os temas dos webinários:

- 1º - Sistema Político Brasileiro e Sistema Eleitoral.
- 2º - Organização da Campanha Política.
- 3º - Estratégias de Comunicação e Campanha.
- 4º - Liderança e Construção de Projetos Políticos; e,
- 5º - Políticas Públicas para as Mulheres.

Cada webinar foi desenvolvido pela professora especialista no tema, responsável pelo texto a seguir, que apresenta de modo sucinto o conteúdo de sua aula.

1º Tema - Sistema Político Brasileiro e Sistema Eleitoral



A primeira aula da formação **Mulheres Mais Fortes na Política** foi dada pela Prof^a. Dra. Débora Thomé⁷ e teve como preocupação principal fornecer informações básicas às participantes para compreenderem melhor o contexto no qual se daria a sua candidatura. Neste encontro, também focamos em disponibilizar informações que pudessem ajudá-las na construção de suas campanhas.

A aula foi dividida em cinco seções: Características do sistema político brasileiro; Competências dos cargos eletivos; Panorama dos partidos políticos; Sistema eleitoral brasileiro; e Quociente eleitoral e partidário.

Para iniciar o debate, foi proposto que melhor se entendesse o papel que as mulheres desempenham no país onde existe uma enorme lacuna de presença feminina nos cargos de poder, apesar de possuir uma população composta 52% de mulheres. Naquele momento (início de outubro de 2020), as mulheres ocupavam 15% das cadeiras na Câmara Federal, 13% eram vereadoras, 12% prefeitas e havia apenas uma mulher no cargo de governadora de um estado, no Rio Grande do Norte. Convém lembrar que o Brasil é o 142º (entre 192 países) em percentual

⁷ Doutora em Ciência Política, escritora, consultora e ativista feminista. Atualmente, pesquisadora associada ao LabGen-UFF, sua pesquisa é concentrada em questões de gênero que envolvem acesso aos espaços de poder, representação e ambição política. Foi *visiting scholar* da Columbia University e é professora do Columbia's Women's Leadership Network. Após 15 anos de carreira no jornalismo, desde 2014, vem trabalhando com *advocacy*, treinamento e pesquisa relacionadas às questões de mulher e liderança, tanto no setor privado, quanto na política. Treinou mais de 600 mulheres candidatas em diversas capitais do país. É autora dos livros "Mulheres e poder" (com Hildete Pereira de Melo, Editora FGV) e do infantil "50 Brasileiras Incríveis para conhecer antes de crescer", finalista do Prêmio Jabuti.



de mulheres na política, de acordo com a Inter-Parliamentary Union (IPU), ficando muito atrás de seus vizinhos latino-americanos, que hoje já realizaram ou caminham para a paridade, como são os casos de Argentina e México.

A ausência de mulheres não se dá no que diz respeito à filiação nos partidos, sendo esta bem equilibrada entre homens e mulheres, a despeito de variações a depender do partido. Nesse sentido, a ausência de mulheres começa a ser identificada na forma como os partidos selecionam e apoiam as mulheres que pretendem e decidem se candidatar. Além disso, daí a importância desta aula, existem alguns aspectos do próprio sistema eleitoral brasileiro que dificultam a presença de mulheres, como, por exemplo, o sistema bastante personalista de campanha, dada a lista aberta. Informar sobre esses aspectos às futuras candidatas é de profunda importância para suas trajetórias.

O Brasil apresenta algumas características que deveriam beneficiar a presença de mulheres na política, entre elas, o sistema proporcional na escolha de candidatas do legislativo (exceto senadoras), o multipartidarismo, o tempo decorrido desde que o voto feminino se tornou um direito no país e a existência de cotas.

Quanto ao sistema proporcional, que se opõe ao distrital, ele tende a favorecer a entrada de mulheres, pois os partidos podem, com menor risco, selecionar mais mulheres como candidatas, ou seja, podem, em tese, arriscar mais na composição de sua chapa. Outro aspecto destacado como algo que deveria favorecer a candidatura de mulheres é o multipartidarismo. Com 35 partidos registrados atualmente, o Brasil é dos países do mundo que tem o maior número dessas instituições. Sistemas nos quais existem muitos partidos tendem a favorecer a entrada de mulheres, uma vez que, supostamente, há mais diversidade nas agendas e candidaturas. Ao mesmo tempo, sistemas com poucos partidos, com menor flexibilidade, tendem a ser menos abertos aos novos entrantes do jogo político, como é o caso das mulheres. Apesar de esse também ser um aspecto que deveria nos favorecer, na prática, esse aumento não ocorre. Por fim, é importante mencionar também a questão do direito ao voto. Desde a eleição de Carlota Pereira de Queirós, primeira deputada federal, eleita em 1934, logo que o voto feminino e candidatura foram aprovados, até hoje, o crescimento no número de representantes foi mínimo, isso mesmo diante da existência de cotas para as mulheres.

As cotas merecem uma atenção especial, tendo sido também tema mencionado e enfatizado na aula: aprovadas em 1995, como resultado da pressão do movimento de mulheres e de organismos internacionais, com base na resolução da Conferência de Pequim, elas foram inicialmente implementadas nas eleições para vereadoras, com 20% da chapa. Aos poucos, essa política foi se aperfeiçoando e as cobranças efetivas para que os partidos as executassem foram também aumentando como forma de garantir o cumprimento dos já aprovados 30% de mulheres nas chapas. No entanto, na prática, o que se nota é que algumas destas chapas, para que possam ser fechadas, acabam incluindo o nome de candidatas fictícias, que não terão em suas candidaturas suporte equivalente ao dos candidatos homens para realizarem uma campanha de fato competitiva. Entendemos que o problema não está nessas mulheres, mas na má fé das lideranças partidárias que optam por agir dessa forma. Nesse contexto, é a partir de



2004 que os partidos começam a ser mais cobrados para cumprirem com a lei que exige os 30% de candidatas mulheres na chapa. Ou seja, é quando as cotas passam a valer de fato.

Com essa medida, em tese, a questão de ter mulheres nas chapas estava resolvida. No entanto, persistiu outro obstáculo no caminho: o alto custo das campanhas e o fato de a maioria do financiamento ser destinada a campanhas masculinas. Assim, em 2018, mais uma mudança veio a fortalecer a lei de cotas, tentando aumentar a garantia de que os partidos efetivamente investissem em campanhas femininas. O Supremo Tribunal Federal (STF), através da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 5617, com ratificação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), aprovou a obrigatoriedade de que 30% do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), assim como do Fundo Partidário, fossem destinados para campanhas femininas. E em um esforço para combater o registro de candidaturas fictícias, em setembro de 2019, o TSE decidiu que tais candidaturas podem levar à cassação de toda a chapa.

Com essa medida, busca-se interferir na distribuição dos recursos públicos de forma a que eles possam ser mais bem distribuídos no que diz respeito a homens e mulheres. No entanto, sobram questões quanto ao foco nas campanhas majoritárias e proporcionais. Vale lembrar que, no Brasil, o problema da baixa representatividade feminina perpassa todos os partidos, de diferentes ideologias e tamanho. Mais que isso: quando observamos a presença de candidatas negras, a sub-representação é ainda mais evidente.

A representação de mulheres tem relevância não por se tratarem as mulheres necessariamente de melhores administradoras, menos corruptas ou mais hábeis por sua capacidade multitarefa. A defesa para esta presença mais paritária, portanto, não está relacionada a alguma “essencialidade” inerente ao sexo feminino. A batalha que se trava para um aumento na representação está calcada na compreensão de que, quando um dos grupos da sociedade tem o controle de forma intensa do poder, o Estado encontra-se cooptado por uma força apenas e a democracia está ameaçada.

Outro tema abordado na aula, para além das questões conjunturais, foi como o sistema político funciona e as diferentes atribuições dos três poderes, nos três níveis de governo – municipal – estadual e federal. Ainda que possa parecer que essas noções são básicas para mulheres que pretendem se candidatar, é importante ressaltar que muitas delas têm experiência no movimento social, mas muito pouco traquejo na política partidária e institucionalizada. Assim, tais informações permitem um embasamento a mulheres que estão, de certa forma, chegando à vida política.

O sistema partidário também foi objeto de atenção na aula inicial justamente porque se trata da forma como as candidatas deverão se agregar para se candidatar. Tendo sido esse um curso suprapartidário, muito mais se discutiu o papel dos partidos de forma procedimental, explicando suas funções e ressaltando a importância de a candidata se afinar ao partido ideologicamente, assim como com suas propostas.



Por fim, o sempre complexo e fundamental tema dos quocientes eleitoral e partidário encerrou a aula, auxiliando as candidatas a irem ganhando mais familiaridade com o lado pragmático das campanhas.

O material produzido para essa atividade está disponível no Anexo 3 dessa publicação ou clicando aqui: [Webinário Sistema Político Brasileiro e Sistema Eleitoral](#).

2º Tema - Organização da Campanha Política



A Prof^a Adriana Valle Mota⁸, responsável pela segunda aula da formação, ressaltou o fato de que todos os candidatos e candidatas precisam estar atentos a um item que é fundamental para uma boa campanha política: a gestão. No caso das candidatas, uma gestão eficiente da campanha política precisa levar em conta todos os itens que um candidato do sexo masculino já considera, como prazos, legislação, equipe, pautas, comunicação, planejamento, entre outros.

No entanto, as mulheres que se candidatam também precisam gerir questões que dizem respeito especificamente ao universo das mulheres na política partidária, como as cotas de tempo de participação na propaganda eleitoral gratuita de rádio e TV e o financiamento específico para as suas candidaturas. Caso esses itens sejam negligenciados na gestão da campanha, há um risco de que não sejam cumpridos integralmente pelos partidos políticos, deixando de beneficiar as mulheres. Portanto, a gestão da campanha eleitoral de uma mulher deve começar antes mesmo da homologação de sua candidatura, acompanhando as decisões do partido a respeito da aplicação dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e envolvendo-se, sempre que possível, nas instâncias deliberativas internas do partido.

Com relação à gestão da campanha, também é preciso que o planejamento aconteça em tempo precoce e levando em consideração os prazos eleitorais e as atualizações que podem ocorrer por motivos diversos. O ano de 2020 ilustra muito bem essa situação, pois o calendário eleitoral foi diretamente afetado pela pandemia de Covid-19. No entanto, é preciso reforçar que a decisão de ser candidata deve ser tomada bem antes do momento das eleições, considerando que uma pessoa que se candidata precisa construir ou fortalecer sua persona política, para ser apresentada ao partido e à sociedade como uma candidatura viável e interessante. A construção

⁸ Pedagoga, feminista, coordenadora da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB Rio) e colaboradora do IBAM. Foi presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do RJ e subsecretária de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no período entre 2011 e 2015.

É assessora parlamentar e mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF. Compõe o conselho diretor da Associação Singulares e da Rede NAMI e é sócia diretora da Veda Consultoria em Projetos Sociais. Integra a coordenação da ONG Mães pela Diversidade, no Rio de Janeiro.



dessa persona política também pode e deve continuar a ser fortalecida mesma após uma eventual frustração com os resultados eleitorais.

Para a gestão da campanha eleitoral, é aconselhável que a candidata forme uma equipe de trabalho, tendo pessoas responsáveis por tarefas como: agenda, comunicação, distribuição de materiais, coordenação e administração financeira. Essas pessoas podem ser remuneradas ou não, sempre levando em conta o que a legislação eleitoral preconiza. Para isso, a candidata precisa saber o que dizem os marcos legais sobre os recursos para campanhas eleitorais no Brasil.

Em primeiro lugar, destacamos que as campanhas eleitorais acessam recursos públicos, principalmente os provenientes de dois Fundos Públicos nacionais:

- 1) O Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, conhecido como Fundo Partidário, repassado todos os anos aos partidos políticos para custear despesas diversas, entre elas as campanhas eleitorais, mas não exclusivamente.
- 2) O Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), repassado aos partidos políticos apenas nos anos eleitorais e usado unicamente para o financiamento de campanhas, por meio de repasses aos candidatos e candidatas, de acordo com critérios definidos pela direção de cada partido e homologados junto ao TSE.

Desde o ano de 2018, o Fundo Especial de Financiamento de Campanha precisa atender ao financiamento das campanhas de mulheres na mesma proporção de candidatas, ou seja, no mínimo 30%. Esta decisão do TSE é recente e precisa ser observada por todos os partidos que acessam o FEFC. Em hipótese alguma o recurso destinado às candidaturas de mulheres poderá ser utilizado para custeio de despesas de homens candidatos.

A prestação de contas dos recursos utilizados na campanha é obrigatória, para candidatas eleitas ou não, seguindo os prazos e orientações disponibilizadas na legislação pertinente. As candidatas eleitas terão prioridade na análise de suas prestações de contas pelo Tribunal Eleitoral. A não apresentação das prestações de contas pode gerar graves empecilhos para a vida política das candidatas, pois é uma das condições para que possam se candidatar novamente.

Para uma boa prestação de contas, que leve à aprovação dos gastos junto ao juízo eleitoral, é preciso reforçar o planejamento com a arrecadação e o uso de recursos, bem como ter atenção às despesas elegíveis e à comprovação adequada das mesmas. Apesar de haver uma data específica para a apresentação da prestação de contas, a coleta de comprovantes fiscais deve ser feita durante todo o processo eleitoral, com a devida atenção. As informações de prestação de contas são públicas e ficam disponíveis no site do TSE, no Sistema de Informações de Contas (SICO), e toda a prestação de contas é feita pelo Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE). Este último sistema também é o canal para a emissão de recibos eleitorais relativos a toda e qualquer arrecadação proveniente de pessoas físicas, inclusive doações feitas pela



própria candidata. Profissional de contabilidade deve acompanhar a prestação de contas das candidatas.

A gestão da campanha é uma das etapas importantes para que as candidatas alcancem o sonho da representação política em cargos eletivos. No entanto, reafirmamos que há outras ações que devem estar organizadas e articuladas entre si, para que esse objetivo se concretize, como a participação ativa na vida partidária e a construção de uma identidade política pública, que dialogue para dentro e para fora do partido.

Por fim, é importante conhecer a legislação vigente que orientou as eleições de 2020:

Lei das Eleições: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9504-30-setembro-1997-365408-publicacaooriginal-1-pl.html>

Resolução do TSE sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições:

<http://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-607-de-17-de-dezembro-de-2019>

Sistema de Informações de Contas (SICO): <http://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/prestacao-de-contas/sistema-de-informacoes-de-contas-sico>

Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE) 2020: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/prestacao-de-contas/sistema-de-prestacao-de-contas-eleitorais-spce>

Site do TSE: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/>

Emenda Constitucional 107/2020:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc107.htm

Resolução TSE sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral: <http://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-610-de-18-de-dezembro-de-2019>

O material produzido para a atividade está disponível no Anexo 4 dessa publicação ou clicando aqui: **Webinário Organização da Campanha Política.**



3º Tema - Estratégias de Comunicação e Campanha



A Profª Dra. Débora Thomé, responsável também por esse tema, chamou atenção para o fato de que é importante ressaltar que, dado o sistema eleitoral, as campanhas no Brasil são bastante personalistas, isso significa que a candidata precisa não apenas se fazer reconhecida, como também demonstrar capacidade de êxito. Assim, o custo das campanhas é bastante alto. Em um cenário no qual mulheres, como novas entrantes e como candidatas que costumam ter pouco poder dentro das estruturas partidárias, têm pouco acesso ao financiamento e são pouco conhecidas, trabalhar com *estratégias de comunicação e campanha* é um ponto chave.

No contexto da pandemia de Covid-19, as expectativas para as eleições de 2020 eram de que políticos que já ocupassem cargos teriam ainda mais chances de se manterem no poder, uma vez que seus nomes já são conhecidos e eles dispõem de melhor acesso ao financiamento disponibilizado por seus partidos e capital político. Além disso, a pandemia impôs às candidatas restrições de circulação em suas cidades. Por conta das necessárias medidas de proteção e distanciamento, muitas não tiveram chance de fazer o importante corpo-a-corpo, principal ação de campanha quando se trata de eleições municipais, assim como não conseguiam mostrar seus rostos ou se aproximar de seu eleitorado. O contexto pandêmico também dificultou mais as mulheres, que costumam ser as cuidadoras em suas famílias, não apenas das crianças, mas também de pessoas idosas, as mais suscetíveis a essa doença. Além disso, pesquisas mostraram que havia, por parte da opinião pública, do eleitorado, maior cobrança em relação às mulheres quanto à participação em campanhas de rua. Isso porque, ao serem vistas como as cuidadoras, elas eram mais cobradas no seu resguardo.

Nesse cenário, desfavorável tanto para novos entrantes, independentemente do sexo, mas sobretudo desfavorável para mulheres pela dificuldade de realizar a campanha de rua, construir uma campanha, assim como aprender sobre estratégias de comunicação, se tornava uma ferramenta ainda mais necessária para tentar lidar com os obstáculos esperados neste contexto.

A aula foi pensada em torno de seis eixos: Por que um plano de campanha? Regras sobre campanha; Marketing digital; Linguagem e *media training*; Utilização das mídias sociais; Ferramentas de impulsionamento e divulgação das campanhas.

Muitas mulheres que se candidatam têm por perfil entenderem que sua boa vontade, seus contatos (e liderança local), sua dedicação e passado de militância no movimento social vão ser suficientes para garantir uma campanha de sucesso. Várias delas, portanto, acreditam que suas qualidades resultarão em sua eleição ao final do processo. No entanto, já se sabe que, para uma campanha exitosa, é necessário muito mais pragmatismo e planejamento.



Assim, a primeira parte da aula tratou de oferecer um modelo de sistematização de planejamento que tinha como proposta partir das seguintes questões:

- Quem sou e aonde quero chegar?
- Qual sua principal agenda? Por que você merece o voto de alguém?
- Estando neste partido, nesta eleição, de quantos votos precisa para ser eleita?
- Quem pode votar em você e te apoiar (dinheiro e campanha)?
- Quantos dias você tem disponível? Onde pretende ir? Fazer agenda diária.
- De onde virão seus recursos? Tem como estabelecer metas? Definir os gastos de acordo com as receitas. Quanto investir em mídia paga? Em pessoal?
- Quando você anunciará sua candidatura? Quando você começará a gastar dinheiro com táticas de marketing digital?

Trazer planejamento e racionalidade à campanha ajuda a criar parâmetros não apenas numéricos (quantidade de votos para se eleger, necessidade de cabos eleitorais e pessoal de campanha, financiamento necessário), mas também permite que se estabeleça um perfil mais sólido da candidata. A partir desse exercício, é possível delinear propostas, eleitores e eleitoras em quem se vai focar, entre outros vários aspectos.

Para além da preparação da campanha, a comunicação foi o outro grande enfoque desta aula, com pontos especiais para abordar a desinformação, popularmente conhecida como “*fake news*”. Em 2020, novas regras de campanha e difusão de informação foram estabelecidas, proibindo a disseminação de notícias falsas com punições mais pesadas. Nossa preocupação na aula foi informar sobre essas regras, mas também estimular as candidatas em um processo de campanhas honestas, corretas e que possam estar protegidas da desinformação.

As mulheres na política são sempre objeto de interesse nas redes sociais e nos meios de comunicação, justamente porque sua presença é muito mais exceção que regra. Assim, sua aparição sempre chama a atenção, seja pela vestimenta, seja por seus parceiros, seja por algumas de suas atitudes. O treinamento em comunicação auxilia as candidatas para que estejam mais preparadas diante do ambiente hostil que provavelmente irão enfrentar.

A construção da imagem, assim como o planejamento de campanha, é um passo prático fundamental na construção das estratégias políticas das candidatas. Entendemos e enfatizamos que a mulher da política sempre aparecerá na sua vertente pessoa pública e um discurso, um vídeo nas redes ou uma entrevista, todos compõem sua imagem.

Para construir este retrato, propusemos, então, às alunas, três perguntas que as estimularam a refletir sobre a mensagem que gostariam de passar a seu potencial eleitorado: Qual imagem você tem de suas qualidades? Que imagem você quer passar? Como ela te diferencia de outros/as candidatos/as? Entendemos que às mulheres é fundamental que valorizem suas histórias, suas trajetórias, que inspirem confiança, que procurem pessoas que se identifiquem com suas histórias, mas sempre trabalhando com a veracidade.



Nesta aula, também aproveitamos para dar dicas práticas de como falar e de como usar as redes sociais para impulsionar as suas estratégias de campanha.

O material produzido para a atividade está disponível no Anexo 5 dessa publicação ou clicando aqui: [Webinário Estratégias de comunicação e campanha](#).

4º tema – Liderança e Construção de Projetos Políticos



A Prof^a. Ana Gomes⁹, responsável por esta aula, ressaltou que o tema da interseccionalidade na formação de mulheres para a política foi importante para se pensar as cidades e os projetos políticos. A formação de mulheres para o exercício da política partidária se apresenta como uma demanda a ser percebida, de modo que as transformações necessárias ao empoderamento feminino atinjam os partidos políticos e, por consequência, o impacto das lideranças das mulheres e a qualidade das políticas derivadas desses movimentos. Trabalhar a formação de mulheres é, então, acionar os aspectos que fazem

com que elas sejam visíveis diante de uma sociedade que as discrimina e que, sistematicamente, procura negar que a política com/de/para mulheres pode estar relacionada não só às suas vidas públicas, mas muito, e de maneira contundente, às suas experiências privadas, cotidianas, em que essa invisibilidade é a tentativa de impor uma identidade da mulher que seja única e baseada em comportamento padrão e universal, anulando a pluralidade de formas de ver e estar na sociedade e que estas serão definidoras de em quais lugares e papéis sociais viverão mais opressões, na medida em que se desviam das “imagens de controle”¹⁰ que são produzidas e reproduzidas nos/pelos diferentes setores sociais para manutenção de imaginários e estruturas que colocam as mulheres brancas na inferioridade e as não-brancas na subalternização.

⁹ Doutoranda e mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação PPGEdU-UNIRIO. Participa do Grupo de Pesquisa Práticas Educativas e Formação de Professores em estudo sobre mulheres negras e suas escritas, com foco nos cotidianos Ativista do Movimento de Mulheres Negras. Compõe coordenação ampliada do Fórum Estadual de Mulheres Negras-RJ, Membro colegiado do Fórum de Diálogos com o Legislativo Marielle Franco (ALERJ), do compondo o GT de Educação. Organizadora do “Vamos Brincar de Quilombo: espaço de letramentos em diferentes áreas de estudos da Educação Infantil e anos iniciais”, tendo como referência os valores culturais afro-brasileiros e africanos. Organizadora do projeto “Estamos construindo algo muito melhor” que realiza a partir das redes @ construindo algo muito melhor, realizando debates, Lives e Webnário em que as mulheres têm protagonismo nas muitas áreas de suas intelectualidades.

¹⁰ COLLINS, Patrícia Hills. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política de empoderamento**. São Paulo: Boitempo. 2019.



Nesse sentido, evidencia-se a importância de se compreender a interseccionalidade. Expressão cunhada pela jurista negra Kimberlè Crenshaw, no final dos anos de 1980, e que se refere às opressões simultâneas experimentadas por mulheres negras. Nos diz a autora:

A garantia de que todas as mulheres sejam beneficiadas pela ampliação da proteção dos direitos humanos baseados no gênero exige que se dê atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas interseccionalidades contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres¹¹.

A complexidade da interseccionalidade está em identificar que há aspectos, fatores e consequências imbricados à vida de sujeitos que provocam a classificação hierarquicamente desiguais de suas identidades políticas, produzindo as tais opressões. É esta articulação que produz a violência e seus desdobramentos discriminatórios. Nesse sentido, só poderão ser atacadas, deslocadas, se encaradas em seu todo, e é isto que faz a importante metodologia de compreensão do mundo se ampliar para fora do campo exclusivamente jurídico, que foi o seu nascedouro.

Raça, classe, sexo, orientação sexual e identidade de gênero, idade, entre outros aspectos, quando interseccionalizados, são promotores de diferentes experiências de opressão das mulheres em suas vidas nas cidades e que, portanto, deverão apontar para encaminhamentos de políticas públicas que contemplem aquelas especificidades e que sejam reconhecidas como: Direitos Humanos das Mulheres¹². O olhar para a interseccionalidade é fundamental na garantia desses direitos porque convoca a sair do centro que homogeneiza padrões, necessidades e interesses, e espalhar-se para a margem da sociedade que é o lugar em que se encontram as mulheres e que mais marginalizadas serão quanto mais impactadas pelos racismos, sexismo, classismo, capacitismo, lesbofobia, transfobia, que se potencializam se interseccionalizados, se agravam de acordo com a escolaridade, condições de empregabilidade e moradia, por exemplo.

O levantamento das demandas sociais de uma dada comunidade que tenha como lente a interseccionalidade conduz a um planejamento que, como afirmam Correia, Coelho e Salles¹³ (2018), revelam que

Para que as cidades sejam acessadas mais democraticamente, é necessário que deixemos de conceber, planejar e executar a infraestrutura e os serviços urbanos a partir de um ponto de vista único ou, ainda, a partir de um discurso

¹¹ CRENSHAW, Kimberlè W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, a. 10, n. 1, 2002, pp. 171-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> Acesso em: 29 jul. 2021.

¹² De um modo geral, relaciona a mudança da realidade social com a perspectiva de gênero, considerando as especificidades das mulheres somadas à complexidade das violações de direitos humanos por elas enfrentadas, e que tem por princípio a diferença entre homens e mulheres na distribuição de poder e de bens.

¹³ CORREIA, Alice; COELHO Carolina; SALLES, Livia. Cidade interseccional: o direito à cidade nas perspectivas de gênero e raça. **Fórum Nacional de Reforma Urbana**. Publicado 10 out. 2018. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acervo/artigos/cidade-interseccional-odireito-a-cidade-nas-perspectivas-de-genero-e-raca/22936> Acesso em: 27 jul. 2021.



tecnicista que prega uma suposta neutralidade ao olhar para a totalidade da população e, dessa forma, nega a multiplicidade de experiências e necessidades de diferentes grupos no cotidiano das cidades. (n.p.)

A proposta de formação de mulheres para a política a partir do reconhecimento da interseccionalidade é ponto fundamental para desenvolver olhares e práticas que buscam na pluralidade, na diversidade e na diferença, caminhos para a construção de novos modos de fazer-se e estar-se no mundo, ou, como estudiosos do cotidiano costumam dizer, *novoooutros*¹⁴ significados. No caso destas mulheres, é repensar um *novoooutro* fazer-se, quer na cidade, quer nos projetos políticos. Um fazer-se de pé e mais forte no enfrentamento aos desafios da vida político-partidária para além dos mínimos 30% previstos pela lei das cotas femininas, mas na construção de cotidianos em que a igualdade, equidade e empoderamento das mulheres sejam possíveis.

O material produzido para a atividade está disponível no Anexo 6 dessa publicação ou clicando aqui: [Webinário Liderança e construção de projetos políticos](#).

5º tema - Políticas Públicas para as Mulheres



A Prof^ª. Dra. Hildete Pereira de Melo¹⁵, responsável pela aula, expôs que o webinar refletia sua vivência como professora e pesquisadora da História das Mulheres e intitulou-se *“Reflexões sobre a política na vida das mulheres brasileiras: silêncios e exclusões”*. Partiu do reconhecimento de que há uma lacuna na historiografia nacional a respeito da presença das mulheres na construção do Brasil. Chegar ao século XXI, com o fortalecimento da presença feminina na vida econômica e social do país, tem exigido explicações sobre esta ausência. E, no horizonte da

¹⁴ Estudiosos dos cotidianos, na intenção de ampliar sentidos e significados das palavras, costumam escrevê-las juntas.

¹⁵ Economista formada pela Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Paraíba (1966), Curso de Especialização em Desenvolvimento Econômico pela Universidade de Toulouse (França), Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979) e Doutora em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993). Professora Associada da Faculdade de Economia, do Programa de Pós-Graduação em Política Social e do Núcleo de Pesquisas em Gênero e Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Diretora da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) e do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (CORECON). Gestora Pública da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República em 2009 a 2010 e depois de 2012 a 2014. Editora da Revista Gênero/UFF de 2004 a dezembro de 2016 e do Conselho de Redação da Revista ABET desde 2017. Autora de *Mulheres e Poder, Histórias, Ideias e Indicadores* (2018), *A Sinhazinha Emancipada – Eufrásia Teixeira Leite* (2012), *Economia, História e Memória* (2016) e organizadora da *“A arte de tecer o tempo, perspectivas feministas”* (2020) e de *“Maria da Conceição Tavares, Vida, ideias, teorias e políticas”* (2019) e de artigos e capítulos de livros.

terceira década do século XXI, desenha-se um pedido de desculpas por esta ausência e culpam-se os escassos registros históricos como empecilhos para esta escrita. Assim, a história das mulheres ainda continua mascarada, seja pela fala dos homens, seja pela ausência delas do cenário histórico oficial. O *webinário* apresentado buscou percorrer os caminhos do final do século XIX ao XXI.

Fomos aos tempos do Império com mulheres invisíveis e silenciadas, sendo que as que a história registrou são da elite e nem sempre levadas a sério, respeitadas. Avançamos pela República e a luta pela cidadania política. Falamos das sufragistas no Brasil e sobre quem foram elas, mulheres que precisaram ser nomeadas para não serem esquecidas. Destacamos a conquista do Direito de Voto, uma vitória das mulheres, e a presença das mulheres nas eleições dos anos 1930 com as primeiras eleitas. Destaque para as primeiras políticas públicas para as mulheres no âmbito do trabalho em 1932: licença maternidade e creche. Em 1937, foi decretado Estado Novo e o poder legislativo fechado. Em 1943, a Consolidação da Lei do Trabalho (CLT) ratifica a licença maternidade e a obrigatoriedade de creches em empresas com mais de 50 trabalhadoras, mas esta legislação não contemplou as trabalhadoras domésticas e rurais. Falamos da democracia de 1945 a 1964 e como as mulheres permaneceram ignoradas, mas atuantes. Seguindo o curso da história temos o fim da democracia e a chegada dos governos militares. De 1964/1979 a sociedade é silenciada. Mas a proclamação pelas Nações Unidas do ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher reacendeu a chama da luta feminista no Brasil, agora denunciando a dominação sexista existente, inclusive no interior dos grupos políticos. Anos 1970, com intenso ativismo feminista, foram anos de luta para romper os grilhões do patriarcado. Apresentada e analisada uma síntese do déficit democrático brasileiro de gênero e as lutas dos feminismos na política partidária. As lutas das mulheres para escreverem seus direitos na Constituinte de 1988. Nos anos 1990 os feminismos entram em compasso de espera por novos tempos. A participação das mulheres na política corre de forma tímida, mas persistente.

Chegamos à primeira década do século XXI com o fortalecimento dos feminismos negro e o de Estado, este com a criação dos organismos de políticas para as mulheres. Criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres com status de Ministério e a adoção e defesa de políticas transversais no período de 2004 a 2016. Mulheres ocupam espaços de poder e decisão e realizam ações e campanhas em defesa dos direitos em parceria com os movimentos feministas e a bancada feminina no Congresso. Ressaltamos a breve República Feminina quando, depois de 121 anos de governos republicanos, nas eleições Presidenciais de 2010 duas mulheres concorreram com chances: Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (Rede). E Dilma Rousseff (PT) foi eleita a primeira Presidenta da República Federativa do Brasil. Reeleita em 2014, o segundo mandato de Dilma Rousseff foi interrompido por um processo de impeachment em 2016. Permanecem as lutas de ontem, hoje e de amanhã.

Por fim, reconhecer que as mulheres precisam fazer uma *Política Diferente*, que é necessário reinventar a campanha, reinventar a forma de fazer política, reinventar a forma de governar. Chamamos atenção para os tempos pandêmicos em que transcorrem as eleições 2020. São



tempos difíceis. Fiquemos atentas! O exercício da cidadania é um direito que as mulheres levaram anos e anos para conseguirem.

O material produzido para a atividade está disponível no Anexo 7 dessa publicação ou clicando aqui: [Webinário Políticas Públicas para as Mulheres](#).

3.2 Rodas de Conversa

Com a função de interligar as diferentes fases do curso de formação, além de buscar um contato com as participantes de modo mais coloquial, as atividades das rodas de conversas foram iniciadas em pleno período final das campanhas eleitorais, procurando disponibilizar naquele momento, tanto para as candidatas como para aquelas mulheres que estavam envolvidas com a política partidária em outras instâncias, um espaço de reflexão, de poder pensar um pouco fora do corre-corre das campanhas, mas guardando as dimensões dos temas centrais da formação com os interesses imediatos das participantes. E, assim, foram formatados seis eventos, realizados pela manhã, sempre às 9 horas, com o intuito de, com a frequência, criar e/ou manter o necessário envolvimento e interesse de todas.

As duas primeiras rodas de conversas, realizadas ainda no período de campanha, foram transmitidas exclusivamente pela plataforma *Zoom*, disponibilizada e operada pela equipe de apoio do IBAM. Entretanto, após as eleições, as transmissões passaram a acontecer também ao vivo pelo canal do *YouTube* do Instituto. A frequência no acompanhamento das atividades pelas participantes foi instável, seguindo o ritmo imposto pela vida pessoal em meio a situações de instabilidade profissional e financeira, agravadas pelas restrições impostas pela Covid-19, com o crescimento dos números de casos e mortes e a ausência de vacinação da população, causando insegurança e desalento, tanto no estado do Rio de Janeiro como no país.

1ª Roda de Conversa: *Discutindo as Eleições de 2020*



A primeira roda de conversa, realizada em 19 de outubro de 2020, portanto antes do primeiro turno das eleições, trouxe o tema *Discutindo as Eleições de 2020*, contando com a participação das palestrantes dos *webinários* Profª Drª Hildete Pereira de Melo, Profª Drª Débora Thomé, Profª Adriana Mota e Profª Ana Gomes, enquanto convidadas, com o objetivo de retornar aos temas apresentados, trabalhar as especificidades das eleições em meio às mudanças ocorridas na legislação, em especial com relação ao financiamento das campanhas, considerando as candidaturas das pessoas negras e, no caso específico, das candidatas negras.



2ª Roda de Conversa: *E agora? 10 dias para o 1º turno*

Cerca de dez dias após, ocorreu a segunda roda de conversa, em 03 de novembro, que tratou dos últimos dias de campanha com o tema *E agora? 10 dias para o 1º turno*. Para o evento, foi convidada a Srª Inês Pandeló, com o objetivo de transmitir às participantes sua larga experiência na política, tendo vivenciado diferentes acontecimentos que acompanham os dias finais de uma campanha, tanto para o executivo como para o legislativo.



Formada em jornalismo e pós-graduada em História Social, sua trajetória política está ligada com a construção do Partido dos Trabalhadores em Barra Mansa, através da militância nos movimentos sindicais, social e comunitário e da participação nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Foi vereadora e a primeira mulher eleita prefeita do município, além de deputada estadual por três mandatos, período em que esteve à frente da presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM/Alerj).

Na presidência da CDDM, priorizou ações, visando garantir uma vida sem violência para todas as mulheres, instituiu o Diploma Mulher Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro que homenageia mulheres que se destacam em trabalhos prestados nas questões de gênero, reativou o SOS Mulher da Alerj – 0800.2820.119 – número onde a mulher pode, além de denunciar casos de violência, tirar dúvidas sobre questões trabalhistas, entre outras.

3ª Roda de Conversa: *Desafios dos próximos passos: o pós-campanha e a estrutura partidária*



Logo após as eleições, em 18 de novembro, ainda no calor das emoções de terem sido vitoriosas ou não, chamamos uma terceira roda de conversa com o objetivo de se pensar os *Desafios dos próximos passos: o pós-campanha e a estrutura partidária* e, para tanto, foram convidadas as Sras. Fabiana Santos e Cristina Costa. Ambas são conselheiras do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM RJ) na primeira gestão colegiada da sociedade civil por alternância com o poder público (2018-2022).

Fabiana Santos é graduada em geografia pela Universidade Gama Filho - UGF/RJ. Ex-Superintendente de Políticas Intersetoriais para as Mulheres e Ex-SubSecretária de Relações Institucionais da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do Rio de Janeiro (2013). Atualmente, é assessora parlamentar e



conselheira do CEDIM RJ, pelo PT. Em 2017, foi eleita Secretária Estadual de Mulheres do PT/RJ. Coordena o projeto Elas por Elas, promovido pelo PT em âmbito nacional, no Rio de Janeiro.

Cristina Costa é empresária. Trabalhou por 30 anos na Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae). No executivo, entre outras atuações, foi ouvidora na Secretaria do Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida, em 2010. No legislativo, foi Oficial de Gabinete na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Em 2012, concorreu a uma vaga à vereança, experiência que aconselha a todas as mulheres que tenham alguma vocação para a política. De 2016 a 2018, atuou como Secretária Parlamentar em Brasília. Em 2016, integrou o Movimento de Mulheres da Câmara Federal. Desde 2017, é Conselheira do CEDIM RJ, pelo PTB, e, nesse mesmo ano, passou a membro do Movimento de Mulheres da ONU. Também em 2017, assumiu a direção do PTB Mulher.

As convidadas relataram como os respectivos partidos atuaram nas campanhas eleitorais, as dificuldades, avanços, retrocessos e quais as perspectivas para o próximo ano. Foram expostos os desafios enfrentados durante o processo eleitoral e aqueles a serem enfrentados por todas no interior da estrutura partidária, tanto pelas vencedoras quanto por aquelas que não alcançaram a vitória, certamente em diferentes condições, correlação de forças diferentes, mas com desafios semelhantes para se imporem enquanto protagonistas da própria história.

4ª Roda de Conversa: Fechar e Abrir Ciclos de Vida Partidária

Em 08 de dezembro, para encerrar o ano eleitoral de 2020, foi realizada a 4ª Roda de Conversa, tendo como convidada a Srª Benedita da Silva, Deputada Federal pelo PT RJ, com o tema *Fechar e Abrir Ciclos de Vida Partidária*. Vale registrar que a presente formação é resultado da iniciativa política da Deputada (viabilizada por meio da Emenda Parlamentar 13100022) e de seu compromisso com o protagonismo feminino, em especial com a afirmação das mulheres negras.

Criada na Favela Chapéu Mangueira, no Leme, bairro da cidade do Rio de Janeiro, atuante nos movimentos de favela, no movimento negro e de mulheres, assistente social de formação, Benedita da Silva construiu sua vida partidária junto ao PT e ao estado do Rio de Janeiro. Tem o dom e a garra de romper barreiras. Durante a roda de conversa, as participantes puderam absorver um pouco da vasta experiência do viver o mundo da política partidária, considerando o conjunto de funções exercidas pela deputada ao longo das últimas décadas.

No executivo, exerceu os cargos de vice-governadora (1998-2002) e governadora (2002-2002), quando viabilizou a implantação do sistema de cotas nas universidades estaduais ao liberar





recursos financeiros. No primeiro governo do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, exerceu o cargo de ministra-chefe da Secretaria Especial de Assistência e Promoção Social (2003-2004).

No legislativo, foi a primeira vereadora negra na Câmara Municipal da capital fluminense (1983-1986). Eleita para a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1991), integrou Comissões relacionadas com os Direitos Humanos, ora como titular ora como suplente. Primeira senadora negra no Brasil (1995-1998), segue sendo ativista política do Movimento Negro e assumidamente feminista. Atualmente, exerce seu 5º mandato como Deputada Federal (2019-2023).

5ª Roda de Conversa: *Novas Vereadoras: Caminhos e Projetos*



As festas de final de ano e o tempo – físico e emocional – necessário para iniciar 2021, proporcionou um intervalo nas atividades do projeto, levando à realização da 5ª Roda de Conversa para fevereiro, dia 10.

O tema abordado estava relacionado com a eleição das 126 mulheres eleitas vereadoras no estado do Rio de Janeiro, sendo 10 na capital (19% da Câmara) e 116 (9,7%) no conjunto das Câmaras de Vereadores dos demais 91 municípios do estado. Considerando esse cenário, a Conversa *Novas Vereadoras: Caminhos e Projetos* optou por trazer três vereadoras do estado do Rio de Janeiro, não eleitas pela Região Metropolitana, e a participante da formação eleita vereadora em Itaqui, no Rio Grande do Sul, para transmitirem suas experiências de campanha. Foram elas:

Bia Bogossian (PSB – Três Rios/RJ) – jornalista e empreendedora, aos 23 anos tornou-se a mulher eleita com a maior votação da história do município e a segunda mais votada. Formada em política pelo RenovaBR Cidades, é uma liderança cívica do Movimento Acredito.

Elisia Rangel (PDT – Saquarema/RJ) - formada em Serviço Social, exerce seu 2º mandato. É Presidente do PDT em Saquarema; Presidente da Comissão Permanente da Mulher da Câmara Municipal; realizou o “I Fórum da Mulher do Poder Legislativo de Saquarema”. Como vereadora e assistente social, construiu a Primeira Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Saquarema.

Maiara Felício (PT - Nova Friburgo/RJ) - idealizadora do movimento Império das Negas, militante, modelo e *digital influencer*, tornou-se a primeira vereadora negra da história de Nova Friburgo, foi a mais votada na eleição de 2020 e a primeira mulher a ter a maior votação na história da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

Susana Diatel Almeida (PP – Itaqui/RS) - Bacharel em Ciências Contábeis, pós-graduada em Gestão de Equipes e Viabilidade de Projetos. Em 2001, foi uma das fundadoras da Cavalgada da



Mulher Gaúcha de Itaqui. Também em 2001, criou e passou a apresentar o Programa de Rádio "O que pensam as mulheres". Em 2016, concorreu ao cargo de Vice-Prefeita. Em 2018, foi convidada pela nova gestão para ocupar o cargo de Secretária da Secretaria do Trabalho, Habitação e Assistência Social. Em 2020, foi eleita vereadora pelo Partido Progressista (PP), está em seu 1º mandato.

As vereadoras responderam a duas perguntas norteadoras das conversas: (i) Quais foram os maiores obstáculos encontrados ao longo da campanha e quais as estratégias práticas e as estratégias políticas que adotaram para superá-los? e, (ii) Com a posse, qual a estratégia de ação adotada neste primeiro mês de mandato, de chegada à Câmara de Vereadores?

A troca das experiências vividas foi intensa, permitindo às participantes, agora também inseridas no programa de mentoria política, tirarem proveito teórico e prático do viver uma campanha e serem eleitas. Os desafios enfrentados e aqueles que as convidadas antevêm que enfrentarão, face às composições das respectivas Câmaras Municipais, foram objetos de questionamentos e análises conjunturais e estruturais do que é ser mulher na política, em especial ser mulher na política local.

6ª Roda de Conversa: Para além do 8 de março: Prefeitas, mandatos e políticas para as mulheres

Em março, mês internacional das mulheres, a 6ª Roda de Conversa *Para além do 8 de março: Prefeitas, mandatos e políticas para as mulheres*, foi realizada no dia 10 daquele mês.

A definição das convidadas entre o universo das dez (10) mulheres eleitas prefeitas no estado do Rio de Janeiro, levou em consideração fatores como mais votada entre as 10; fazer uma chapa composta apenas por mulheres e o ineditismo da vitória. Foram convidadas as prefeitas de:

Araruama - Srª Livia de Chiquinho (PP) - Prefeita Livia Soares Bello da Silva, 38 anos. Nascida e criada em Araruama, estudou em escola pública e aos 14 anos já trabalhava como estagiária. Com formação em Recursos Humanos, entrou para história do Município como a primeira mulher eleita e reeleita Prefeita de Araruama. Em 2020, foi reconduzida ao cargo com mais de 40 mil votos (63,34%), tendo uma mulher no cargo de vice-prefeita compondo sua chapa.

Cardoso Moreira – Srª Geane Vincler (PSD) - após ter sido Secretária de Assistência Social, em 2016, concorreu, pela primeira vez, a um cargo político como vereadora no município de Cardoso Moreira, sendo eleita com a maior votação naquele pleito (625 votos). Em 2020, ao





final do mandato como vereadora, concorreu ao cargo de prefeita. Depois de intensa campanha política, foi vitoriosa, com 3.359 votos (35,37%), com uma diferença de 8 votos para o segundo colocado, tornando-se a primeira mulher a ser eleita prefeita e a primeira pessoa do poder legislativo a ser eleita prefeita e com a menor diferença de votos na história do município.

Saquarema – Sr^a Manoela Peres - mãe de Isabella e Enrico, filha de Dona Lúcia e Seu Manoel, é formada em Odontologia e pós-graduada em Gestão Pública. Está em seu segundo mandato. Venceu as últimas eleições com quase 80% da preferência dos eleitores (34.960 votos). Com um olhar diferente, cuidadoso, sensível e um toque feminino, Manoela vem transformando Saquarema e a vida da população. A cidade vem ganhando destaque positivo na Região dos Lagos.

Antes de iniciarmos a conversa com as prefeitas, a Prof^a Dr^a Hildete Pereira de Melo fez um pequeno depoimento sobre significado desta data na história das lutas das mulheres por igualdade que, depois da decisão do II Congresso de Mulheres Socialistas, realizado em Copenhague, em 1910, consagrou este dia como um dia de luta das mulheres por melhores condições de vida. Ressaltou que, em 1975, ano intitulado pela ONU como Ano Internacional da Mulher, foi oficializado o 8 de março como o *Dia Internacional da Mulher*, para lembrar as conquistas políticas e sociais. O 8 de Março possui grande relevância histórica e, em todo o mundo, a data é marcada por reflexões e protestos relacionados a importantes pautas feministas, como reivindicações sobre igualdade salarial, violência contra a mulher, entre outras questões. O 8 de Março continua sendo um dia de luta!

Em seguida, iniciaram-se as conversas com as convidadas respondendo aos questionamentos sobre:

(i) como é chegar e permanecer à frente de uma Prefeitura Municipal

1. Campanhas são difíceis para todos e todas. Percebeu ou vivenciou alguma dificuldade maior por ser mulher? Quais? Em que sentido?
2. Acredita que é mais difícil se eleger numa cidade de 12 mil habitantes? Qual a diferença que identifica?
3. No Brasil, muitas mulheres desistem de concorrer à reeleição. Como é estar no poder? Quais são as maiores dificuldades? Que lições teriam sido aprendidas e o que gostaria de compartilhar?

(ii) como se dá a formulação das políticas públicas no seu mandato

4. Como pensa em contemplar as demandas específicas das diferentes mulheres que moram em Saquarema ao longo do seu mandato? O que já foi feito e o que ainda pretende fazer?
5. Considera que as políticas públicas apresentam convergências? Nesse caso, quais seriam as demandas comuns das diferentes áreas de atuação do governo municipal em prol das políticas para as mulheres?



As explicações apresentadas apontaram para as dificuldades que as mulheres enfrentam ao decidirem pela vida partidária e entrar na política. A campanha, primeiro passo da estrada diz bem o que enfrentarão. Todas relataram o necessário enfrentamento ao machismo, o ter que demonstrar ser mais eficiente e eficaz sempre, mas também ressaltaram o “olhar feminino” na gestão, tanto pelo lado de maior atenção e cuidados com as pessoas quanto a busca por melhores serviços de educação, saúde e segurança. Consideram que as mulheres possuem um modo próprio de gerenciar, não qualificaram se melhor ou pior em relação aos homens, mas próprio, particular, específico das mulheres e com as diferentes percepções do “ser mulher”.

3.3 Programa de Mentoria Política

Importante registrar que mentoria política não é um programa de *coach* ou sessões de terapia. Mentoria política é um recorte, um foco, na resolução de questões intrínsecas da política partidária e, no caso das mulheres, busca mostrar, por meio de precedentes históricos por elas vivenciados, como avaliar riscos e propor ações que alterem as correlações de forças a seu favor. Trabalha com o reconhecimento das invisibilidades e silenciamentos a que estão sujeitas na maioria dos partidos, procurando os caminhos que rompem com tal situação a partir da necessidade de assumir o protagonismo da própria vida.



O programa de mentoria política foi direcionado, tanto para as participantes de campanhas vitoriosas quanto para aquelas que não alcançaram o objetivo imediato de serem eleitas, mas obtiveram experiência e conhecimento sobre o que é estar candidata e podem transformar esse capital político em

vantagem competitiva para o próximo pleito, assim como para o interior da vida partidária e da vida das mulheres, tanto nas cidades como nas áreas rurais.

O eixo desse programa tem por base a reflexão conjunta - mentora e mentorada – sobre como foi percebido, “sentido”, o processo vivenciado nas eleições 2020, quais as perspectivas e objetivos para os próximos pleitos, tendo como propósito trabalhar o que precisa ser melhorado ou apreendido para que os objetivos de viver uma vida partidária com voz ativa e uma possível nova candidatura sejam atingidos.

Esta terceira etapa do curso de formação, iniciada em dezembro de 2020, esteve mais direcionada àquelas que, afetadas pelo enfrentamento do processo eleitoral, sentiram-se mais fortalecidas para se estabelecerem no “fazer” política partidária. Foram três meses contínuos de reuniões, experiências trocadas, propostas de continuidade, enfim, olhar a vida sem perder o capital político acumulado ao longo dos respectivos processos eleitorais. Após esse período,

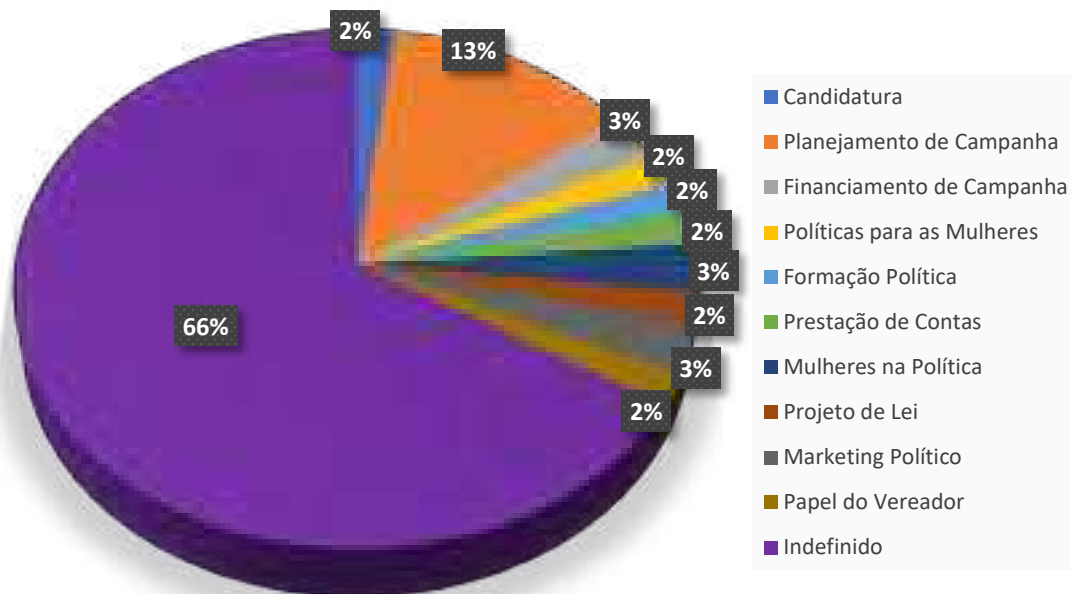


as participantes seguirem por mais dois meses com o acompanhamento da equipe de instrutoria no reforço das habilidades adquiridas, tenham sido cognitivas, interpessoais ou técnicas.

O processo de construção da etapa “mentoria política” teve início em novembro de 2020 com a chamada às inscritas, pelos canais de comunicação usuais do curso de formação, informando o novo momento que aconteceria a partir do mês seguinte. O chamamento, realizado sob a forma de uma enquete, recebeu resposta positiva de 28% das participantes. Este número, considerado aquém do esperado, pode ser creditado ao fato de estarmos vivendo tempos de pandemia da Covid-19, acompanhada por uma crise econômica, que obriga a população em geral e as mulheres, em particular, a enfrentarem muitas restrições em suas vidas, além do momento pós-eleições em que ocorreu, ou seja, o interesse direto pelo viver a política partidária estava arrefecido. A tudo isso se soma o período das festas de fim de ano. Sem dúvida um desafio a mais.

A distribuição das participantes que se interessaram pelo programa buscou correlacionar três variáveis: (i) expectativa com o que o programa poderia oferecer; (ii) distribuição territorial dos municípios fluminenses; (iii) diversidade dos respectivos partidos políticos.

Gráfico 1 – Expectativas das participantes: Porque participar da mentoria política



Fonte: Elaboração própria

Conhecer as expectativas foi possível com a realização da enquete mencionada acima, quando se buscou alcançar todas as inscritas no curso de formação, independente de terem sido candidatas ou não, assim como se haviam ou não saído vencedoras das eleições. Nesta enquete, havia uma questão onde foi perguntado que tipo de ajuda a respondente esperava que o



programa de mentoria política pudesse lhe oferecer. Havia a ressalva de que nem tudo poderia ser atendido, mas a expectativa seria levada em consideração.

Considerando o universo das respondentes, as respostas a esse questionamento foi um dos pontos decisivos para a distribuição das participantes por mentora, buscando-se correlacionar os temas sob a responsabilidade das mentoras, então palestrantes, nos *webinários* com as expectativas apresentadas pelas futuras mentoradas. Dada a primeira conformação do grupo por mentora, seguiu-se à distribuição geográfica, evitando a concentração de municípios de uma mesma região do estado do Rio de Janeiro em uma só mentora. A terceira variável representada pelo partido político ao qual cada mentorada era filiada ou próxima visou atender ao caráter suprapartidário do curso de formação.

Com o encerramento da enquete, foram contabilizadas 68 respondentes que demonstraram interesse em participar da mentoria política. Após distribuição entre as mentoras, tendo como critério mais objetivo a correlação entre os temas pelos quais as mentoras se responsabilizaram nos *webinários* e os interesses demonstrados pelas futuras mentoradas e o número dessas por mentora, foi dado início o programa.

Cada um dos três grupos formados foi acompanhado por uma mentora e uma instrutora, com funções distintas, previamente definidas.

As atividades iniciais envolveram ações de busca ativa realizada pela equipe de instrutoria no sentido de contatos individuais para que marcassem a primeira reunião conjunta do respectivo grupo. Coube a essa equipe manter as participantes do grupo em sintonia, tanto com as demandas da mentora quanto com as diferentes questões de funcionamento organizacional, como horários, links para as reuniões, materiais postados no AVA (Moodle), entre outros.

Coube à mentora manter uma conversação que atendesse aos interesses das mentoradas, acrescida de informações que pudessem prepará-las em funções políticas e de governo, além do incentivo para permanecerem na vida partidária. Necessário, também, que compreendam o que delas esperam seus futuros eleitores e eleitoras para que possam agir com competência e responsabilidade em cargos que, por ventura, venham a ocupar. E, principalmente, que tenham consciência do papel que querem desempenhar no interior do respectivo partido político.

O método de trabalho não impôs rigidez no desenvolvimento das ações pelas mentoras, permitindo que avaliassem a melhor forma de trabalhar com suas mentoradas, seguindo o uso das vertentes coletivas ou individualizadas. Tem-se consciência de que, ao tempo em que se foi construindo um método artesanal, também foram sendo construídas redes de relacionamentos entre as participantes.

Os exercícios propostos em etapas anteriores do curso foram o fio condutor para reconhecerem como ficou o espaço político do respectivo município (como era em 2016 e como ficou em 2020 a composição da Câmara de Vereadores e da Prefeitura) e refletirem sobre os desafios impostos pela nova realidade política de cada local em que estavam inseridas. Fazer política exige pensar demandas locais e suas correlações com a vida dos diferentes grupos populacionais, no caso



específico, em especial, as mulheres. É imperioso que compreendam a necessidade de se chegar ao planejamento de um projeto político que não fique na orla do desejo e, sim, que se proponha a construir ações coletivas, que adquiram concretude e as representem no caminhar político para as próximas eleições.

Desta forma, configuraram-se os grupos, acompanhados pelas mentoras Ana Gomes, Débora Thomé e Hildete Pereira de Melo, que seguiram as duas vertentes básicas – encontro individual ou encontro coletivo – permitindo-lhes o desenvolvimento de atuações próprias, seguindo o propósito de transmitir às mentoradas conhecimentos e vivências que proporcionassem às mesmas a compreensão da particularidade do caminho escolhido.

Passados os três meses previstos para o desenvolvimento do programa de mentoria política, iniciou-se o processo de encaminhar o encerramento do programa no âmbito da formação **Mulheres Mais Fortes na Política**.



Para tanto, foi planejado o seminário *online* **Mentoria Política: a Voz das Mulheres**, com os objetivos de: (i) socializar os resultados obtidos pelo trabalho coletivo realizado nos grupos; (ii) possibilitar que as mentoradas percebessem os desafios enfrentados e conquistas alcançadas; (iii) buscar o fortalecimento da rede de convivência suprapartidária em construção entre as participantes.

A dinâmica adotada para a realização do evento, após acordo nos grupos, foi no sentido de que cada grupo teria o tempo de 15 minutos de fala, distribuído entre as apresentações das mentoradas no relato sobre as experiências vividas no ou com o respectivo grupo e, em seguida, cada mentora, também faria uso da palavra.

Nesta ocasião, as mentoradas apresentaram suas análises e/ou avaliações dos processos vivenciados. Foi o momento em que demonstraram o quanto se sentiram mais fortalecidas a partir da troca de experiências, do saber não estar sozinha, do conhecimento adquirido junto às demais, tanto sobre as especificidades das políticas públicas para as mulheres como saber que, por meio da adoção de um posicionamento firme, é possível fortalecer os respectivos projetos de vida como candidatas ou não.

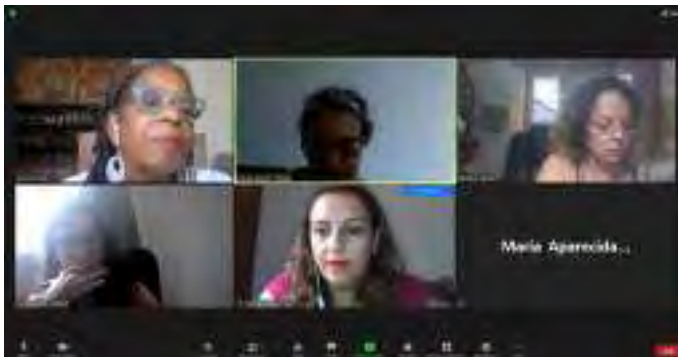
Ao final, falou-se da continuidade do curso de formação por meio das atividades do pós-mentoria sob a responsabilidade da equipe de instrutoria, que havia acompanhado os grupos. O eixo dessa continuidade estava voltado para o fortalecimento dos processos de articulação com os diretórios municipais dos partidos políticos aos quais as mentoradas são filiadas.



A seguir, são transcritos os relatos dos trabalhos realizados com os grupos, construídos pelas próprias mentoras. Na apresentação, optou-se por obedecer a ordem alfabética de seus prenomes.

Mentora Prof^a Ana Gomes

O projeto **Mulheres Mais Fortes na Política**, em seu objetivo de formação de mulheres para atuarem na vida partidária, implementa sua dinâmica formativa baseada em palestras, rodas de conversas, exercícios, disponibilização de material informativo que são textos, vídeos e inclui, neste processo, a mentoria política, por meio da qual, cada uma de nós, mentoras, busca a interação mais direta com as participantes que desejaram continuar nesta fase do projeto. De uma maneira geral, podemos entender mentoria como um auxílio a uma pessoa (mentorada) em uma dada área de atuação ou conhecimento, de modo que se estabeleçam planejamentos e estratégias de ação, visando um determinado objetivo. No nosso caso, a mentora seria facilitadora para esta jornada em que se considera o fato de que cada uma de nós tem experiências na área da política partidária, quer seja na assessoria quer seja na coordenação de campanha.



A mentoria, que pode ser de diferentes tipos, tem como base a escuta ativa e, certamente, esta foi a tônica do trabalho desenvolvido. Considerei isto, dentre outras razões, pelo fato da coordenação do projeto alertar, por diversas vezes, para que a essência da relação mentora/mentorada seja de horizontalidade. Esta orientação

fortaleceu minha disposição para ativamente escutar. Escutar queixas, escutar ideias, escutar projetos e propostas, escutar expectativas, perspectivas e acertos. Escutar e devolver a escuta, tecendo redes a partir da conversa.

Percebo a conversa como uma importante ferramenta política das mulheres, por meio dela construímos a leitura e a compreensão de nosso cotidiano que também é político. Entendo que a conversa das mulheres é produção de conhecimento e tal a sua potência que é usada, como nos diz Silvia Federici¹⁶, para degradação das mulheres sob o título de “fofoca”, sendo esse um dos preconceitos para que muitas vezes nossas vozes não ecoem.

A fase da mentoria tem início pouco tempo depois das eleições, momento em que observamos ser bastante conturbado e complexo, no qual se deve considerar, ainda, a pandemia do novo

¹⁶ FEDERICI, Silvia. **Mulheres e a caças às bruxas: da idade média aos dias atuais**. São Paulo: Boitempo, 2019.

Coronavírus, exigindo comportamentos sociais não usuais, como a imposição do isolamento e, conseqüentemente, a priorização das atividades remotas, que vão ao encontro das práticas eleitorais brasileiras que cobram das candidatas e candidatos que estejam nas ruas, em corpo-a-corpo com seu possível eleitorado. Com isso, as preocupações advindas dessas contradições se somam às preocupações próprias do pós-eleitoral, uma vez que as que se candidataram, eleitas ou não, têm uma série de obrigações a serem cumpridas ao final do pleito como prestação de contas, entre outras.

Vale ressaltar que, neste período posterior às eleições, é preciso lidar com o desânimo de mulheres que não obtiveram as respostas esperadas das urnas e de outras que possam ficar ansiosas com a possibilidade de assumirem cargos na nova gestão ou na estrutura do partido, por exemplo. O fato é que estas e outras questões dão a parecer que a mentoria, em um primeiro momento, estaria no caminho inverso às expectativas daquelas mulheres que necessitavam resolver os problemas e colocar suas vidas de volta à normalidade, retirada com a sua própria candidatura ou no envolvimento como assessora de campanha, posição também identificada entre as inscritas no projeto.

Justamente com o propósito de que não houvesse a desarticulação das mulheres, as mentorias políticas tiveram início antes do Natal. As participantes que compuseram o grupo que me coube, foram convidadas para o nosso primeiro encontro no dia 22 de dezembro, às 14h30, quando Louise Storni, integrante da equipe de instrutoria, preparou as atividades para recebê-las. Das onze aguardadas, compareceram cinco: duas da capital do Rio de Janeiro, e que não foram candidatas, uma de Nova Friburgo, uma de Niterói e outra de São Gonçalo. Informadas sobre os objetivos da mentoria que, dentre outros pontos, se colocou como um espaço de escuta e reflexão sobre a experiência político-partidária, mas também um local de diálogo e projeção de ações futuras, iniciamos aquele encontro que durou cerca de uma hora.

Cada uma contou um pouco de sua história e, neste momento, começou a ser desenhado este grupo heterogêneo com o qual trabalharia nos próximos três meses. Mulheres filiadas ao PT, PSOL, PSB, PODE e PL. Advogadas, professoras, estudantes, lideranças comunitárias e do movimento de mulheres que trouxeram suas ponderações e posicionamentos, também plurais, de pensar e fazer política, mas que, sem dúvida, demonstravam seus interesses e disposição em avançar no terreno partidário, mesmo que com muitas incertezas que surgem neste pós-eleição, o que me indicou que este era um outro campo que atuaria, não que considerassem que eu tivesse soluções e respostas, no entanto, este lugar “dentro-fora” da mentoria permite, a cada encontro, contribuir, em conjunto com as participantes, com análises das experiências, da situação atual e dos objetivos a serem traçados.

Entendendo que era preciso, antes de tudo, iniciar uma relação de maior proximidade, comecei, no dia 5 de janeiro, encontros individuais de mentoria. Conversei com o total de nove mulheres e, para algumas, foi um único encontro. Embora tendo assumido o lema *ni una menos*¹⁷, até o

¹⁷Expressão utilizada como convocação das mulheres para se mobilizarem contra a violência de gênero em protestos ocorridos no ano de 2016, no Chile, Uruguai e Argentina. Hoje se amplia em convocatória para que mulheres vivam em territórios com direitos e liberdades.



mês de fevereiro liguei para as que não compareceram aos encontros, e disponibilizei diferentes horários para as conversas, incluindo tardes de sábados e domingos e ainda após as 21hs, contudo com quatro delas, cuja principal razão foi incompatibilidade de horários, não foi possível prosseguir. Uma dessas chegou a me dizer por telefone “que mulher se mete em tanta coisa que acaba se enrolando, mas que gostaria de saber sobre o projeto”. Havia mais uma mulher que sempre dava retorno no grupo de *WhatsApp* mas não conseguimos fechar próximos encontros e isto por conta de seu horário de trabalho.

A conversa com as mulheres aconteceu por meio de chamadas de vídeo. A ideia inicial era estar com cada por cerca de 30 minutos, no entanto, aumentamos esse tempo para 40 a 60 minutos. O primeiro encontro foi o momento de avaliar, de saber, das que foram candidatas, o que perceberam como dificuldade no processo e, principalmente, se conseguiam identificar as suas falhas pessoais ou da candidatura como um todo. As respostas nos trouxeram alguns pontos levantados por elas, como o fim da coligação partidária para os cargos proporcionais, somada à pandemia e a sua nova dinâmica; as dificuldades de acesso às verbas partidárias, e a realização da prestação de contas.

Uma das participantes, que inclusive não continuou no programa porque naquele momento, depois de sua terceira candidatura, não mais teria interesse em postular novo cargo eletivo, trouxe para a conversa o fato de que a eleição de mulher, mulheres, seria uma barreira em seu município. Neste ponto, embora nenhuma outra mulher tenha trazido este tema à tona, percebi, durante as conversas, o quanto o cotidiano feminino, os afazeres domésticos, reforçados pela quase imposição social do papel de cuidar e a divisão sexual do trabalho, atravessam as possibilidades de as mulheres experimentarem uma dedicação à vida política, que se reforçam com o pouco empenho dos próprios partidos em protagonizar candidatura feminina. Este é outro aspecto que não surgiu de maneira explícita, mas pelas queixas de muitas no que se refere ao pouco apoio recebido dos partidos.

O que ficou mais evidente, em grande parte dos casos apresentados, foi o desconhecimento dos mecanismos eleitorais, quer administrativo, quer no campo efetivamente político, o que mostra a pouca inserção nesse ambiente. O que acontece é que, muitas vezes, as mulheres participaram da eleição por convite e não por uma candidatura construída a partir de conexão com sua base de atuação e o partido. Estes foram os fios condutores das conversas posteriores, ou seja, levantar e identificar, com cada uma, qual a temática que sua candidatura e/ou ativismo abordará e, tendo este ponto de partida, pensar que linhas de ação abririam nos movimentos sociais, dentro dos partidos políticos (no caso das candidaturas) e como conjugá-los a uma estratégia de publicização dessas ações.

Para dar continuidade ao trabalho, optei por conduzi-lo com encontros semanais que se alternariam entre individuais e em grupos. Nas atividades com cada mentorada, o principal objetivo foi o de construção dos projetos pessoais, quer de candidatura ou acadêmico e, para tanto, fomos definindo ações como leitura de determinados textos ou contato com instituições ou pessoas relacionadas às áreas de atuação. No encontro seguinte avaliávamos a estratégia escolhida e avançávamos para outro ponto, realizando sempre este ir e vir e considerando



aqueles aspectos já sinalizados neste relatório, que são os de aproximação com a sociedade civil e os movimentos sociais do segmento de atuação, aprofundar seus lugares dentro do partido, principalmente no que se refere àquelas discussões apontadas, mas também visando ocupar espaços no campo partidário e de visibilidade.

Nos encontros em grupo, o objetivo foi o de que elas desenvolvessem as capacidades de argumentação e crítica, entendendo que estas habilidades, tanto oral como escrita, são fundamentais para uma vida política consistente, independente da área de atuação. Como tema das conversas, trouxe os exercícios nº 2, 3 e 4 que foram encaminhados no processo de formação pela plataforma *moodle*, que hospeda todo o material da formação. Mesmo constatando que a maioria não havia respondido aos exercícios nos períodos determinados pelo curso, entendi que trazê-los para uma conversa, com todas as mentoradas do meu grupo, poderia estimular a aproximação das mulheres a partir de algo em comum.

No primeiro encontro, em 14/01, resolvemos o exercício nº 2, cujo objetivo era o de observar a composição das Câmaras Municipais dos diversos municípios em 2020, comparando com os resultados de 2016 e, a partir dessa observação, identificar se houve avanço ou retrocesso nas políticas para as mulheres e o que se poderia esperar nesse tema. Na conversa, além de identificarmos a composição das Câmaras Municipais, vimos que há estratégias de intervenção sendo implementadas, que as mulheres não têm desistido da luta, mas que também é possível trazer para o campo político feminino/feminista novas provocações. Para reforçar o interesse de que elas desenvolvessem capacidade de argumentação, voltei ao grupo e reforcei que analisassem seus municípios, algumas responderam no grupo e encaminharam para mim, privadamente, as informações adequadas.

Em 29/01, realizamos mais um encontro, desta vez a partir do exercício nº 3 que estava relacionado com as políticas públicas definidas pela Constituição Federal de 1988 como competências municipais. Na discussão, foram levantados caminhos para propor políticas públicas e da importância de um diagnóstico do campo, sobre o qual, dentre outras coisas, levantamos dados e impactos para, depois, encaminharmos ações que também apresentem dados e impactos esperados nessa intervenção. Este foi um momento especial. Aquele encontro proporcionou estreitamento de laços do grupo ao mesmo tempo em que se ampliaram, a partir dali a possibilidade de aprendizados mútuos e a construção de redes que, para as mulheres, deve ser almejado como tática de luta e de resistência.

Conversamos sobre o exercício nº 4 no dia 12/02. Para este dia, também encaminhei a possibilidade de realização de uma atividade reflexiva sobre o “8 de março” – Dia Internacional da Mulher. O exercício considerava a diversidade e sugeria que fossem observados três aspectos: a realidade do legislativo recém-empossado, o executivo eleito e o perfil de composição de suas secretarias e os órgãos e equipamentos de defesa de direitos já existentes em sua cidade. Nas respostas, constatamos que há municípios no estado do Rio de Janeiro que não olham para a diversidade como ponto fundamental na construção de políticas e, mais uma vez, o encontro foi marcado por convergências plurais e circulação de saberes entre as participantes.



Para o Dia Internacional da Mulher, as participantes decidiram realizar uma *live* no dia 06/03 em que, estimuladas pelo desejo de falar e serem ouvidas, cada uma definiu trazer suas bandeiras de luta. Deste modo, os temas foram seguintes: *A mulher camponesa e a violência no campo*, apresentado por Michele Pessanha; Luciane Galdina abordou o tema *Mulheres e as moradias em ocupações*; Marilha Boldt falou sobre *A violência psicológica*; Patrícia Garcia apresentou *A economia na vida das mulheres* e a questão da *Mulher trabalhadora em educação e a pandemia* foi abordada por Graciane Volotão.

Nessa roda de conversa, assumindo a autoridade de falarem, elas mesmas, sobre si e suas experiências e de romperem com as opressões que deixam as mulheres silenciadas, suas muitas e diferentes vozes, unidas naquele momento, demarcaram posicionamento de luta por uma sociedade em que mulheres são respeitadas porque são ouvidas. Como símbolo dessa conquista, a atividade cujo link encontra-se no *YouTube* do IBAM e recebeu o título **Deixa ela falar**.

Com mais de duas horas de duração, a atividade permitiu observar, por meio das palestras apresentadas, a extensa rede sobre a qual a luta pela igualdade de gênero se apoia e, ainda, os tantos caminhos pelos quais as mulheres têm realizado política e por eles chegam aos partidos políticos. São experiências que não devem ser desperdiçadas¹⁸. Esses são aspectos que se fortaleceram durante a mentoria, uma vez que foram identificados outros percursos de intervenção nas cidades ou nos estados e que são potencializadores de novas candidaturas.

Os últimos encontros de mentoria política individuais deixaram perceptível para aquelas que têm o desejo de candidatarem-se que é tempo de conhecer os partidos. Mais do que determinarem seus interesses em se colocarem para o próximo pleito eleitoral, que será em 2022, elas apontam a urgência em entender os meandros da vida partidária, compreenderem como as relações se estabelecem e quais espaços estão abertos e quais outros deverão ainda ser conquistados para que cada uma delas passe a estar ativamente dentro do partido, sendo efetivamente parte e não peça.

Acrescento que foi parte de uma das ações propostas durante esta mentoria política, pedir que observassem o quanto a plataforma por elas escolhida era desenvolvida em seus partidos e, se havendo, por quem e qual a possibilidade de aliança e de novidade poderia ser construída naqueles locais a partir do que traziam. No entanto, o que elas identificam agora como questão, como problema, ia além, caminhava ao encontro do desejo de não ser cota, de não ser número.

Esse quadro apresentado pelas mentoradas em face aos partidos políticos e que é fundamental, uma vez que se refere a querer pertencer às direções partidárias, o que significa reivindicar poder para falar, ser ouvida e, principalmente, saber transitar naquela estrutura, tomar decisões ao contrário de ser levada por outras decisões. A maioria colocou que esses são momentos de dúvidas, atenção, cuidados que têm a ver com não conhecer o lugar, mas buscar compreendê-

¹⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.



lo, fortalecendo-se com o que viveu, realizou, na eleição passada, seus números nas urnas, seus lugares na suplência, eleitores efetivamente conquistados.

Essas expectativas são também minhas, de mentora e ativista do movimento de mulheres negras, já que, considerando tanto os objetivos do curso, quanto as finalidades da militância feminina, queremos mulheres alinhadas com a política partidária, sem receio das disputas que serão necessárias para estarem nos espaços de decisão, os quais entendemos ser continuidade das lutas das mulheres, sejam elas feministas ou não, para que atinjam igualdade de direitos e, independente dos partidos a que estejam filiadas, é necessário e urgente que se apropriem das instâncias partidárias como um local que lhe é devido e próprio.

Observo que a mentoria política realizada como complementação da formação das mulheres participantes neste projeto deixou um diferencial baseado em fazer mulheres fortalecidas a partir da valorização de suas próprias bagagens, mas também por proporcionar que elas avaliassem e reavaliassem suas trajetórias e pensassem em projetos futuros. A mentoria política foi “a amiga presente” de cada uma das mulheres durante este período, muitas vezes solitárias, que é o pós-eleitoral e nos muitos desdobramentos e ainda proporcionou que elas se aproximassem de outras com interesses afins.

No caso específico do grupo com o qual estive durante esses meses, vi surgir uma relação entre elas, uma intenção de prosseguirem na caminhada — foi feita a proposta de criação de um clube de leitura — cujo vínculo, a meu ver, é resposta à possibilidade de construção de prática partidária em que a presença das mulheres seja indicativo de pluralidade de vozes, de viabilidade de ação suprapartidária, sem que isso seja anular lados e concepções de mundo, ao contrário, será garantia de direito das mulheres e paridade de gênero.

Mentora Prof^a Dra. Débora Thomé

O processo de mentoria se iniciou com convites a um grupo 26 de mulheres oriundas de 19 cidades diferentes (a maioria do estado do Rio de Janeiro, mas também de São Paulo, Santa Catarina e do Tocantins), estando elas em distintas etapas em suas trajetórias políticas. Com essa diversidade de momentos de carreira, assim como de cidades e regiões, somado ao fato de que se tratava de um grupo grande de mulheres para uma interação no formato de mentoria, acabamos optando por reduzir o tempo de contato, aumentar o espaço entre os encontros e organizar conversas individuais que permitissem uma interação maior entre mentora e mentoradas. Nosso entendimento foi de que, assim, estaríamos possibilitando um melhor entendimento do processo, assim como uma maior atenção às necessidades específicas de cada uma.

Dado o tempo escasso direcionado à mentoria (três meses), assim como a ocasião, que pouco nos favorecia (isto é, após o processo de eleições), tentamos desenhar um formato que pudesse ser atrativo para as mulheres da política, assim como fosse capaz de aumentar suas ferramentas para atuarem dentro da política institucional. O experimentalismo, porém, foi baseado em



outras iniciativas que procuram também estimular as carreiras profissionais e políticas de mulheres.



Ao longo do processo, trabalhei sempre tendo como norte quatro eixos de atuação, os quais foram definidos de forma conjunta nas reuniões de coordenação, contando com a participação de Herculis Toledo, da equipe de instrutoria. Foram eles:

1. Atuação dentro dos partidos
2. Atuação nos conselhos municipais
3. Atuação em ações sociais
4. Divulgação dessas atuações

A **atuação dentro dos partidos** é sempre um desafio para as novas candidatas. Muitas delas já são bastante ativas em movimentos sociais ou sindicais, no entanto, estão menos adaptadas e familiarizadas com as relações intrapartidárias. Essa relação, naturalmente, varia entre as diferentes candidatas, no entanto, é um constante ponto de fragilidade entre elas. Em linhas gerais, estimulamos, no processo de mentoria, a filiação, para aquelas não filiadas; estratégias de escolha de partido que combinassem preferências ideológicas e de militância com a abertura de espaço junto às lideranças locais; e um maior envolvimento nas esferas de decisão partidária, isso é, nas secretarias internas do partido.

No que diz respeito à **atuação dentro dos conselhos municipais**, entendemos ser este um ponto importante de entrada na política municipal, pois significa uma porta comum de participação política – ou seja, uma forma de atuar mesmo sem ter um cargo eletivo. Algumas das participantes já estavam envolvidas em conselhos locais, sobretudo aquelas que realizam suas campanhas fora da capital. Os conselhos já são previamente vistos por elas como um espaço importante de ação. Na capital, porém, esses espaços são mais concorridos, logo as candidatas acabam se envolvendo de forma mais direta com outras formas de ação.

A **atuação em ações sociais** é também vista como um importante espaço para criar uma relação destas mulheres que querem se eleger com seu eleitorado. A ação social não apenas fortalece um caminho de luta, como também aproxima as candidatas de suas eleitoras e eleitores; das comunidades. Às mentoradas participantes sempre foi sugerido que buscassem caminhos de ação que estivessem relacionados com suas agendas de trabalho, no sentido de assuntos que fossem afins com suas campanhas, bem como incentivada a aproximação com grupos que já estivessem desenvolvendo este tipo de trabalho.

Por fim, valendo-se também dos conhecimentos específicos relativos à comunicação, trabalhamos fortemente na questão relacionada à **divulgação** dos feitos realizados por essas mulheres, reforçando a importância de que fosse dada a devida publicidade aos seus trabalhos e atuação política. Uma vez que o momento era posterior às campanhas, também fortalecemos



a participação nas redes sociais com o objetivo de ir ganhando escala ao longo dos próximos anos. O objetivo desse enfoque era fazê-las mais conhecidas junto as suas possíveis eleitoras e eleitores, assim como mostrar para os partidos a sua capacidade de atuação e de alcance.

Com essas quatro diretrizes em mente, os encontros eram realizados, fazendo sempre, portanto, um apanhado da forma como elas estavam se relacionando com os diferentes processos. Trabalhar assim foi uma forma de viabilizar um método único que pudesse se adequar a mulheres muito diferentes de várias cidades, que se encontravam em etapas distintas, pertencendo a vários partidos do espectro ideológico. Consideradas todas essas especificidades, com cada uma foram enfatizados diferentes pontos, alinhados com os próprios entendimentos delas sobre quais eram suas fragilidades e expectativas quanto ao que pretendiam explorar no processo de mentoria.

Ter a oportunidade de trabalhar com cada uma, individualmente, na maioria dos encontros, possibilitou um conhecimento profundo de suas necessidades, demandas, assim como da forma como estabelecer um processo de confiança, o que auxilia na efetividade. No entanto, o formato artesanal dificulta o ganho de escala da ação, caso houvesse uma demanda maior por parte das mulheres inscritas no curso.

Ao longo dos três meses, foram nove as mulheres deste grupo de mentoria com participação e engajamento mais ou menos frequente, tendo participado cada uma, ao menos, de dois encontros.

Da natureza dos encontros

No total, foram realizados sete encontros com cada uma das participantes¹⁹. O primeiro e o penúltimo encontros foram coletivos, com todas as participantes sendo convidadas para diálogos que duraram 1 hora e 1 hora e meia.

O primeiro encontro, realizado de forma coletiva para permitir que o grupo se conhecesse, contou com a participação de cinco mentoradas. No entanto, outras quatro participantes se somaram ao grupo na semana seguinte, quando começaram a ser realizados os encontros individuais.

Os encontros individuais foram realizados em intervalos de 15 dias, geralmente às terças e quintas pela manhã, de forma acordada com as mentoradas. Inicialmente, a duração prevista era de 20 minutos, no entanto, no primeiro dia de mentoria, já ficou evidente que o tempo era muito breve para esta interação, considerando os quatro eixos que deveriam ser trabalhados. Com isso, modificamos, já no segundo dia de mentoria, a duração para 30 minutos. Tal tempo se mostrou bastante adequado para encontros individuais, possibilitando atualização quinzenal, bem como a discussão de novas tarefas a serem propostas.

¹⁹ Foram disponibilizados sete encontros com as participantes, no entanto, nem todas confirmaram presença ou estiveram em suas reuniões marcadas com 15 dias de antecedência.



Os horários eram oferecidos por meio do grupo de *WhatsApp*, com algumas opções no começo da manhã a serem preenchidos por elas. Em raras ocasiões, houve superposição de marcação, facilmente resolvida no próprio grupo.

Em diversos momentos houve problemas relativos a conflito de agenda por parte das mentoradas, em situações tais como dificuldade de conexão, por estarem em horário de serviço, por terem que cuidar de um familiar, por mero esquecimento do encontro. De uma forma geral, mas nem sempre, as mentoradas avisavam na hora da reunião sobre sua dificuldade em comparecerem ao encontro *online*. É preciso ressaltar, porém, que, na maioria dos casos, a ausência na reunião *online* sequer era avisada.

Os encontros foram realizados através do *Zoom* e as mentoradas o acessavam, na maioria dos casos, com a câmera aberta e através de seus celulares. Algumas se encontravam em seus horários de trabalho, outras o faziam de suas casas.

O primeiro encontro foi realizado com o objetivo de que mentoradas e mentora tivessem a possibilidade de se conhecerem e que pudessem, a partir daí ser estabelecida uma dinâmica de trocas, bem como ser explicada a forma como se daria o processo de mentoria. Na ocasião, elas se apresentaram, assim como suas expectativas para o processo que estava ali se iniciando.

Perfil das mentoradas presentes na reunião de apresentação:

Uma psicoterapeuta, vice-presidente do PSL em sua cidade. Não se candidatou porque não deu tempo de montar a chapa. Ela viria como vereadora. Integra conselhos de combate às drogas e se preocupa com a questão das cidades inteligentes.

Uma participante, ainda sem partido, que começou a se envolver agora com a política, vivendo numa cidade conservadora. Iniciou uma aproximação com um coletivo que conheceu, que trabalha no enfrentamento da violência contra a mulher. Está buscando mais conhecimento da parte formal da política para se candidatar no futuro. Tem pós-graduação em direitos humanos.

Uma terceira é filiada e atuante no PT. Participa de movimento estudantil, feminista, de trabalhadores, de direitos humanos e de educação. Na última eleição, trabalhou na campanha de um vereador no município do Rio de Janeiro e quer lançar candidatura própria. É professora da rede municipal para a primeira infância, integra o sindicato dessa categoria.

A quarta participante é diretora da organização de funcionários da Guarda Municipal em seu município. Filiada ao PCdoB, já foi candidata a deputada federal em 2010 e planeja se candidatar em 2024, como vereadora em sua cidade. Bastante atuante na sua categoria profissional.

Completando o conjunto das presentes, uma advogada com participação nas ações da OAB local e integrante do movimento feminista em sua cidade. Sem partido. Foi advogada do PSOL na última eleição. Pretende continuar atuando na política, mas não sabe se quer se candidatar.

Para a segunda rodada de encontros, a primeira composta por reuniões individuais, propus um exercício simples com o objetivo de ajudar no diagnóstico e nas estratégias do trabalho que iríamos começar a desenvolver; ele deveria ser enviado, por escrito, antes do encontro. Das



nove participantes agendadas, apenas duas enviaram o exercício dentro do tempo solicitado. A tarefa consistia na seguinte:

Gostaria de pedir às participantes que trouxessem, por escrito, para o encontro, um exercício curto, constituído por:

- *Primeiro parágrafo: O que eu fiz até aqui? / O que eu aprendi até aqui sobre meu papel na política?*
- *Segundo parágrafo: O que eu pretendo fazer daqui para frente na política?*
- *Terceiro parágrafo: Qual minha maior dificuldade?*
- *Podem me mandar por WhatsApp.*

O objetivo do exercício era, a partir da dificuldade identificada, estabelecer um trabalho pragmático para avançar com o foco no aspecto em que a participante considerara ser sua fragilidade. Tendo este norte, foi possível trabalhar os quatro eixos de forma individualizada.

Mesmo aquelas que não apresentaram o exercício por escrito, foram estimuladas, na reunião, a responder a essas perguntas como forma de dar um parâmetro para o processo que estávamos começando. Alguns pontos que elas apresentaram foram: dificuldade de saber como escolher o partido; de ter boas relações pessoais no mundo da política, de comunicar bem as propostas de campanhas, de montar uma boa equipe, de conseguir financiamento junto ao partido, de divulgar o próprio trabalho.

A partir dessas manifestações, com base em suas capacidades e disponibilidade, sugeri, de forma individual, tarefas que deveriam ser cumpridas no período de 15 dias, a tempo de serem discutidas no encontro subsequente. A estratégia de fazer pequenos objetivos personalizados mostrou-se muito eficiente, uma vez que as participantes entendiam que teriam que “prestar contas” à mentora sobre seus avanços. Neste processo, também sugeri leituras²⁰, estimei a realização de *lives* e outros tipos de engajamento.

Alguns exercícios envolveram atividades como: mapear os conselhos de sua cidade (para ver em quais pode se envolver), identificar as diferentes agendas dos partidos de sua cidade e buscar as lideranças para conversas, aumentar a sua exposição em redes e enviar vídeos simulando como falaria para uma possível eleitora (para a candidata que acha que comunicou mal sua agenda); fazer um planejamento estratégico (mesmo que *a posteriori*) para localizar os erros da campanha (para candidata que, com bom financiamento, obteve menos votos que esperava); envolver-se mais nas ações sindicais e se posicionar como liderança (para futura candidata que está no sindicato, é atuante, mas fora das direções).

Dois exemplos de respostas ao exercício:

- *Primeiro parágrafo: O que eu fiz até aqui? / O que eu aprendi até aqui sobre meu papel na política?*

²⁰ Entre os textos sugeridos estavam trechos de “O que é política?”, de Hannah Arendt e “O Príncipe”, de Maquiavel, uma vez que várias falaram da dificuldade de entender o fundamento da constituição da política, ou, nas palavras delas, como a política funciona.



- Segundo parágrafo: O que eu pretendo fazer daqui para frente na política?
- Terceiro parágrafo: Qual minha maior dificuldade?

Exemplo 1:

Tenho a noção de que tenho uma responsabilidade social com os meus, com minha classe, lutando sempre por direitos, por igualdade seja lá por onde eu passar, eu sempre serei aquela que reclama, que questiona, que busca.

Na prática, a gente aprende que, na política, o poder é muito mais complexo do que a vontade e, considerando o descrédito as pessoas, não escolhem seus representantes por ideais. E que, por mais que se tenha ideologia, tenha foco, se você quiser sobreviver precisa ser flexível.

Expor o que eu penso, tanto com palavras como falando, eu sou tímida demais, problemas com autoestima, tanto física como intelectual. Eu não tenho segurança nas minhas palavras.

Exemplo 2:

Eu sempre acompanhei e acompanho política, pois simplesmente amo política. Me filiei pela primeira vez no final de março de 2020 no Movimento Democrático Brasileiro- MDB RJ onde tive a oportunidade de fazer vários cursos, participei de palestras, eventos, capacitações e lives.

Fui candidata a vereadora nas Eleições de 2020. Daqui para a frente tenho que consolidar e ampliar o meu capital político. Aprendi que política é uma ciência em que é fundamental termos planejamento, organização, voluntários, engajamento, parcerias, entre tantas outras coisas.

O que eu pretendo fazer daqui para frente na política?

Daqui para frente, vou estudar cada vez mais, me capacitar ainda mais e, principalmente, entender mais sobre política, articulações e campanha política. Buscar lideranças, apoio, pessoas, voluntários, profissionais competentes, equipe, coordenação e guardar verba.

Qual minha maior dificuldade?

Minha maior dificuldade é saber como mapear o Estado, buscar apoio e lideranças. Enfim, saber como se monta e se constrói uma campanha vitoriosa.

De um modo geral, as participantes da mentoria apresentam diversas demandas circunstanciais, isto é, relacionadas a necessidades de algum evento específico que estejam vivendo em suas cidades. Isso pode também estar relacionado à própria distância em relação à próxima eleição, assim como às necessidades prementes oriundas da crise gerada pela pandemia de Covid-19. Ao longo do processo de mentoria, fizemos um esforço para tentar contemplar essas necessidades urgentes (por exemplo, pensar em como atuar junto aos movimentos de mulher de combate à violência doméstica ou organizando eventos de 8 de Março); assim como não perdendo de vista os quatro eixos propostos, com o objetivo de uma candidatura de sucesso em 2022 (nas eleições estaduais e nacionais) ou 2024 (nas eleições municipais).

Ao longo do processo, o engajamento das mentoradas foi diminuindo, provavelmente também pelas razões mencionadas acima (distância para novas eleições e urgências da pandemia). No



entanto, quatro candidatas participaram de forma mais intensa: frequentando os encontros e fazendo as tarefas propostas de forma entusiasmada.

Passadas quatro rodadas de encontros individuais, entendemos que era a hora de trocar experiências entre as candidatas, com vistas a que as participantes pudessem estabelecer alianças entre elas para seguirem se ajudando uma vez findo o processo de mentoria.

Durante o encontro, foi incentivado que elas comentassem sobre seus aprendizados e planos futuros. O encontro contou com a participação de seis mentoradas.

Para encerrar o processo de 3 meses, marcamos encontros individuais nos quais as candidatas foram incentivadas a responder as seguintes perguntas:

1. O que você está fazendo neste momento e quais seus próximos passos?
2. Você pretende se candidatar?
3. O que você acha que ainda precisa melhorar?
4. O que você já aprendeu que acha que poderia ser útil para ajudar outras mulheres na política?

Com essas perguntas, o objetivo era tentar incentivá-las no processo de fortalecimento de outras mulheres a partir do entendimento de que a resultante desse ciclo pode ser de mulheres fortalecidas em várias cidades e partidos, num esquema de retroalimentação.

A maioria delas manifestou o interesse de continuar na política, assim como de participar de forma mais ativa no processo de mentoria e de fortalecimento da rede *Mais Mulheres Fortes na Política*. É importante ressaltar que estar numa rede é um ponto muito importante para mulheres candidatas, uma vez que a participação nessas iniciativas se torna ela mesma uma forma de demonstrarem o seu capital político. Esforços como os desse curso têm enorme valor, muitas vezes, menos pelas aulas e mais pelo fato de elas estarem em contato com outras candidatas e redes que fortalecem a sua atuação num campo de domínio dos homens (presidentes de partidos e responsáveis pela distribuição do fundo), no qual costumam ser tratadas com pouco cuidado.

Entre as demandas, uma das futuras candidatas mencionou o interesse em um curso que pudesse ajudar a lidar com a questão de violência política *online* e fora das redes. Todas elas mencionaram o interesse em manter a mentoria.

Entre as ofertas que fizeram de possíveis campos de atuação delas estavam disponibilidade para ajudar na relação com o partido; disponibilidade para falar sobre planejamento de campanha e sobre montar equipe para a campanha e reflexão sobre posicionamento político; experiência como advogada de campanha e sobre a importância do feminismo para pautar as agendas; informações sobre debates de gênero e masculinidades.

Observações finais

Ao final de sete rodadas de encontros – dois conjuntos e cinco individuais – identificaram-se algumas vantagens e outras desvantagens da forma pela qual se optou para realizar esta



mentoria. Dado o número de mulheres que participaram (isto é, nove) seria bastante complicado realizar reuniões *online* que contemplassem as necessidades específicas de mulheres em etapas tão diferentes em suas trajetórias políticas. Se, por um lado, perde-se um pouco da ideia de conjunto que é a força motriz da ação política, por outro, se ganha em pragmatismo.

Nesse sentido, o melhor modelo parece ser intercalar uma reunião conjunta para cada duas ou três individuais, o que mantém o fortalecimento do grupo, sem reduzir a atenção para as demandas de cada uma das participantes. O intervalo de 15 dias, porém, mostrou-se bastante apropriado, pois não é muito longo e permite que as tarefas propostas sejam cumpridas.

Ter quatro eixos de ação foi uma estratégia fundamental para fornecer um arcabouço mais sólido ao trabalho, pois permitiu ter sempre estes referentes como forma de balizar o trabalho. Os eixos podem variar, mas, em um trabalho feito paralelamente com diferentes mulheres, é fato que eles permitiram criar uma coerência e facilitaram os processos de trabalho da mentora.

Ter pequenas tarefas objetivas (objetivos específicos) também facilitou o entendimento por parte das mentoradas, assim como fez com que ficassem mais visíveis seus progressos. De acordo com seus comentários, ao fim dos processos, elas saíram mais fortalecidas.

Os avanços relatados estão relacionados com tomadas de decisão: de se filiar a um partido político; de assumir a disputa por uma vaga no espaço sindical; de realizar encontros semanais com suas bases e se posicionar para dar início à campanha pelo interior para disputar uma vaga de candidata estadual; de realizar vídeos com informações sobre direitos de crianças e adolescentes, sendo que um dos vídeos produzidos foi veiculado numa TV local; de estreitar relacionamentos para campanhas conjuntas com outras candidatas de sua classe profissional; de aumentar a participação no sindicato dos professores, visando a disputa por um cargo no espaço sindical; de se posicionar internamente frente à necessidade de se estruturar para participar no movimento feminista de sua cidade. Enfim, uma clara demonstração de fortalecimento pessoal.

Ainda que a literatura em Ciência Política seja pouco otimista quanto à efetividade de cursos para mulheres na política no curto prazo, isso é, ainda que não haja evidências de que estes cursos, de forma direta, aumentam o número de mulheres eleitas, não restam dúvidas de que pertencer a uma rede como a **Mulheres Mais Fortes na Política** fortalece suas trajetórias. Participar de iniciativas como esta ajuda a fazer com que as mulheres da política, que costumam desistir após a primeira tentativa, permaneçam tentando. Além disso, a participação em si, divulgada de maneira correta, como já mencionado, aumenta o capital político das candidatas o que, mais adiante, pode aumentar também as chances de serem eleitas.

A experiência com essas nove candidatas, em três meses de contato, mostrou um avanço que, apesar de suas limitações, pode ser aprimorado e replicado.



Mentora Prof^a Dra. Hildete Pereira de Melo

Esta fase iniciou-se depois do encerramento do processo eleitoral em dezembro de 2020 e Rosimere de Souza (IBAM) foi designada como “Instrutora” da mentoria ao meu lado. No fundo, esta parceria foi um grande achado da coordenação do projeto, porque possibilitou uma troca rica de experiências e opiniões entre nós que, seguramente, funcionou muito bem nestes meses.

O processo de mentoria poderia ter dois desenhos: encontros pessoais (por *WhatsApp* ou pelo aplicativo *Zoom Meeting*), com duração de 20 minutos a cada 10 dias, ou por meio de uma *live* com todas mentoradas, com duração estendida.



A proposta da coordenação para o desenvolvimento dos trabalhos foi a de que se realizasse uma reunião a cada dez dias com as mentoradas dos respectivos grupos. Mas, não foi definido seu formato, este poderia ser individual, de 20 minutos com cada mentorada, ou uma reunião conjunta com cerca de

duas horas e meia de duração, a cada dez dias. Minha escolha foi pela segunda hipótese usando o *Zoom*. E, assim, de 22/12/2020 a 16/03/2021, meu grupo reuniu-se regularmente, sendo que em algumas situações realizei encontros individuais, via *WhatsApp*, com algumas delas.

Uma memória dos nossos encontros

- 1^a Reunião, 22 de dezembro de 2020, das 10hs às 11h30.

Neste primeiro contato, foram convidadas 17 participantes e compareceram cinco mulheres.

Abrimos a reunião pedindo a apresentação de cada uma delas, o que nos permitiu saber que estávamos com um grupo de mulheres com o seguinte perfil: (i) uma participante de Palmas/TO. Foi coordenadora da campanha de uma vereadora que concorreu pelo PT, e que não foi eleita. Está interessada na formação para conhecer as políticas públicas; (ii) a segunda, do município de Armação de Búzios/RJ, foi candidata numa campanha coletiva com um grupo de mulheres no PSOL, fizeram uma pauta com as lutas feministas para a cidade, uma espécie de “Alerta Feminista”²¹; (iii) a terceira, advogada, presidente da OAB Mulher de Campos/RJ, relata que organizou em Campos, pela OAB Mulher, um curso de formação durante a campanha, no qual ministrou uma palestra. Organizou a campanha de uma mulher em Campos, que se candidatou pela quinta vez ao cargo de vereadora, e que teve uma boa votação, mas não foi eleita. Na

²¹ Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil**. Brasília: SPM, 2010. Disponível em: http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/TemposeMemorias_MovimentoFeministanoBrasil_2010.pdf Acesso em: 29 jul. 2021.



realidade, em Campos, não foi eleita nenhuma mulher. Narrou sua experiência na cidade e atuação na OAB Mulher e grande vitória que tiveram no último mês com a aprovação no Congresso da OAB da paridade na instituição. Não declinou o partido político. Faz movimento social. A candidata que apoiou é amiga de sua mãe; (iv) a quarta participante, também advogada, filiada ao DEM, em Teresópolis/RJ, foi candidata e perdeu a eleição. Não se queixou do partido, afirmando que recebeu todo apoio; (v) a quinta mulher presente, também do município de Armação de Búzios/RJ, é filiada ao Partido Progressista, fez campanha com as mulheres, e defende os quilombolas. Afirmou que Búzios é um aldeamento quilombola e destacou o papel ativo das mulheres nas lutas quilombolas, inclusive em um trabalho conjunto com as mulheres feministas da cidade.

Na conversa, destacamos o papel das campanhas feministas anteriores e da construção de uma plataforma conjunta para as mulheres.

Discutiu-se, também, o significado e a importância de instituições como Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs) e os Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos deste segmento nas cidades para desenvolver políticas públicas direcionadas para as mesmas, além de fiscalizar e cobrar da administração municipal ações específicas. O tema da violência contra as mulheres foi destacado. Houve relato sobre o que tinha acontecido no fim de semana em Búzios com a reação dos grupos locais que agiram fortemente em defesa da mulher.

Houve uma solicitação de que as próximas *lives* fossem ao final da tarde, devido à necessidade de trabalho e que a situação do desemprego andava dramática no município e no país. Decidiu-se que o próximo Encontro seria no dia 5 de janeiro de 2021, às 17hs.

- 2ª Reunião, 05 de janeiro de 2021, das 17hs às 19hs.

Estiverem presentes seis participantes do nosso grupo. Houve problemas de conexão com outras três mulheres:

Iniciou-se a discussão com a apresentação de uma participante que comparecia pela primeira vez à mentoria. Ela foi candidata a vereadora em São João do Meriti pelo PT. Teve uma boa votação, mas o partido não obteve legenda no município. Alegre e com fala fluída, comentou a campanha e sua disponibilidade para permanecer na luta por uma agenda de gênero no município.

Em seguida, falou a participante de Campos dos Goytacazes que disse ter uma boa notícia, e contou que tinha tomado posse em uma das áreas do Procon, que é uma superintendência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social. Além disso, informou que sua candidata a vereadora também havia sido convidada a participar da administração municipal na gestão de Wladimir Garotinho, vencedor nas eleições de 2020. Esta participante também é a presidenta da OAB/Mulher de Campos e essa militância profissional é um marco de sua atuação política na cidade.

A fala seguinte foi da participante que havia sido candidata a vereadora em Búzios pelo Partido Progressista e, embora não tenha sido eleita, estava animada com as possibilidades de atuação

política junto à nova gestão municipal e das alianças que os Progressistas tinham feito com a chapa vitoriosa.

A conversa transcorreu numa escuta nossa, com interferência sempre com objetivo de realçar a participação feminina na política local, reforçando que atentassem para as possibilidades dos OPMs nas gestões municipais, chamando atenção para as questões relativas ao “orçamento municipal” que deve ser votado nos próximos meses. Inclusive, apresentamos a publicação da ONU MULHER sobre – *Orçamentos Sensíveis à Gênero*²² – com *download* gratuito no site do IBAM. E chamamos atenção para a importância de elas conhecerem as principais definições, conceituações, e estarem atentas ao que estava sendo discutido na Câmara dos Vereadores em termos de orçamentos em seus respectivos municípios. Esta perspectiva é uma forma de empoderamento de cada uma delas na cidade. No dia seguinte, uma das mentoradas comunicou que tinha o *download* da publicação da ONU Mulheres e o livro foi disponibilizado na plataforma da formação.

- 3ª Reunião, 19 de janeiro de 2021, das 17h30 às 18h30

Compareceram as mentoradas dos municípios de Búzios e de Cachoeiras de Macacu. Apenas com duas mentoradas, a conversa foi extremamente proveitosa entre nós. Cada uma delas relatou, com minúcias, sua participação política e experiência adquirida no ano de 2020. Com experiências bem diferenciadas em seus respectivos partidos políticos, uma delas atua no PT municipal e declarou que a campanha de 2020 foi a terceira em que participou como candidata a vereadora. A outra, do Progressista, é a representante feminina no Diretório Estadual do Partido e foi candidata nas eleições de 2020, mas não foi eleita. Não conseguiu falar sobre sua eleição e porque acha que foi derrotada. Aparentemente, os candidatos masculinos são bastante agressivos nas suas estratégias eleitorais, mas essa é uma intuição nossa.

- 4ª Reunião, 21 de janeiro de 2021, das 18h30 às 19h30

Esta reunião de mentoria originou-se de uma ligação via *WhatsApp* feita pela mentorada de Campos dos Goytacazes, no dia 21/01, no início da noite, para mim, com objetivo de fazer um convite para participar, como palestrante, no dia 08 de março de 2021, de uma sessão comemorativa do “Dia Internacional da Mulher” da OAB/Mulher de Campos/RJ. Feito o convite e aceito, passamos a discutir qual o conteúdo que ela poderia explorar em outro evento, uma palestra em meados de fevereiro próximo, na OAB local.

Sugeri que ela poderia analisar nesta palestra as eleições de 2020 para a Câmara de Vereadores de Campos. Nesta eleição, nenhuma mulher havia conseguido ser eleita e, assim, ela deveria propor uma reflexão sobre esta questão e explorar porque a política partidária e o poder são prerrogativas masculinas. Ela ficou entusiasmada com o tema e as possibilidades deste debate com as advogadas, mulheres de movimentos sociais e ativistas feministas.

²² JÁCOME, Marcia Laranjeira; VILLELA, Shirley (Orgs.). **Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos**. Brasília: ONU Mulheres, 2012. Disponível em: https://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/orcamentos-conceitos.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.



- 5ª Reunião, 26 de janeiro de 2021, das 09hs às 10h30

Esta reunião iniciou com apenas a mentorada de Cachoeiras de Macacu, depois as mentoradas de Campos dos Goytacazes e Armação de Búzios justificaram suas ausências. Foi muito interessante nossa conversa, que começou com a participante fazendo um relato sobre sua experiência profissional e atuação na política local. Um pouco desaminada depois de três derrotas, embora tenha entrado tardiamente para fazer campanha, mesmo assim foi a quarta colocada do partido nestas eleições. Concluímos que ela não era mal votada, e que tinha um eleitorado que confia nela.

Na nossa conversa sobre as dificuldades do ambiente político, disse que a família tem feito pressão para ela deixar a política de lado e ir passear, mas ela gosta de trabalhar, é pedagoga e só aceitou disputar a vereança nas eleições passadas para ajudar o partido. É visível seu interesse na política e no seu exercício diário como uma forma de viver plenamente. Começamos a debater as possibilidades que ela tinha de trabalhar para organizar um Conselho Municipal de Mulheres na cidade, como deveria convidar algumas amigas e mulheres para este debate e, amadurecido, pedir uma audiência com o prefeito para propor a criação do conselho. Além disso, discutimos a organização de uma atividade em março que ela iria realizar para comemorar o dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher – na cidade e isso seria o pontapé inicial para a construção do projeto do Conselho Municipal. Ela lembrou de outras comemorações do 8 de março na cidade. Ficamos acertadas que ela iria batalhar para esta atividade e convidei-a para participar da defesa da tese da Ciomara Maria Santos, que versa sobre as OPMs fluminenses, que seria defendida no dia 28/01/2021 de forma remota.

- 6ª Reunião, 09 de fevereiro de 2021, das 09hs às 11hs

Compareceram três mentoradas. Uma delas havia trocado mensagens comigo na semana anterior, realizada pelo *WhatsApp*. Ela é assistente social. Como esta foi a primeira vez que compareceu à mentoria, justificou sua ausência devido a problemas com a internet, que só havia conseguido resolver agora. Ela foi candidata a vereadora pelo Cidadania no Rio de Janeiro, ficando na quarta suplência. Tem um trabalho muito intenso de ações sociais e prontificou-se a cooperar na montagem do Conselho Municipal de Defesa da Mulher em Cachoeira de Macacu, cidade que ela conhece porque já trabalhou no CRAS local.

Discutiu-se a temática proposta por uma participante da formação relacionada à elaboração e à discussão de uma política pública municipal, que diz respeito a uma legislação que alivie os tributos relativos aos produtos higiênicos relativos ao período menstrual e às fraldas. A discussão foi muito animada, tendo como resultante o fato de que a OAB/Mulher de Campos está montando uma cesta básica para as mães no 8 de março, com doações de uma empresa de grande porte que opera no território municipal. Rapidamente foi feita a solicitação, e atendida, com a inclusão na cesta básica destes produtos. Também, discutiu-se um Clube de Livros com as comunidades e as mulheres da cidade.



- 7ª Reunião, 12/02/2021, das 19hs às 19h30

Foi uma conversa com a mentorada de Campos de Goytacazes, com duração de 30 minutos, sobre suas ações políticas para o mês de março – Mês dedicado à luta das mulheres. Acertou-se a programação, inclusive minha participação numa roda de conversa organizada por ela na OAB/Mulher regional sobre “Mulheres e Economia”. Além disso, discutimos a organização de duas outras atividades: uma com as mulheres candidatas a prefeitas; e outra com as advogadas que foram candidatas a vereadoras nas eleições passadas. Como foi marcada no mesmo dia, marcamos para a noite e, como não tinha contatado a instrutora do IBAM, Rosimere de Souza, sobre esta possibilidade, fiz sozinha a discussão com ela pelo *WhatsApp*.

- 8ª Reunião, 23/02/2021, das 9hs às 10h30

Estiveram presentes as mentoradas mais frequentes, as dos municípios de Cachoeiras de Macacu, Armação de Búzios e Campos dos Goytacazes. O tema desenvolvido pelo grupo teve início com reflexões sobre dificuldades familiares relacionados com o exercício da política. Ponderei que este tema é recorrente nas vidas femininas e reforçamos a importância de não desistir e continuar persistido com nossos sonhos de exercer a política. Uma das participantes entrou na reunião, mas teve problemas de conexão, pois estava em movimento de deslocamento para o trabalho.

Outro ponto abordado foi a atuação de uma delas no Procon de Campos, recuperando a informação sobre suas propostas de organizar a campanha de cestas básicas para famílias carentes do município e as negociações em curso com uma grande empresa da região para obter doações. Esta atuação envolvia também a OAB/Mulher de Campos, presidida por ela, e facilitava sua atuação política e seu desempenho no Procon de Campos. Reforçou o convite para o debate que OAB/Mulher organizaria no dia 15/3 em comemoração ao Dia Internacional da Mulher para o qual eu fui convidada como uma das palestrantes, junto com outras advogadas para discutir “Mulheres sob a perspectiva consumerista”, na qual se debateria educação financeira, trabalho e tributação.

No final da reunião, dando cumprimento à proposta decidida nas nossas reuniões semanais de coordenação, foi feita a sugestão para que cada uma delas fizesse um vídeo de 1 a 3 minutos sobre o que elas tinham apreendido com aquelas trocas e como estas tinham sido motivadoras de novas posturas e vivências delas, em relação à atuação política que elas enfrentariam nos próximos anos. Estes seriam postados no site da formação/IBAM.

- 9ª Reunião, 02 de março de 2021, das 09hs às 10h30

Estiveram presentes as mentoradas mais frequentes. A primeira a falar informou que já enviado seu vídeo para o grupo. Este tinha sido produzido com elegância e apuro e estava aprovado para divulgação. E, diante da questão de, como daqui para frente, em tempos pandêmicos, ela viveria sua ação política, discutiu-se uma sugestão que ela já havia trazido para o grupo de iniciar um movimento na cidade para a criação do Conselho de Direito da Mulher do Município de Cachoeiras de Macacu. Com isso, ela ficou com a tarefa de promover reuniões com outras



mulheres da cidade para a discussão do significado da proposta de criação do Conselho Municipal, que definiria e monitoraria com a coletividade as políticas públicas para as mulheres na esfera municipal.

A segunda a se pronunciar havia enviado pelo *WhatsApp* um comovente depoimento que sua filha havia postado nas redes durante as eleições municipais de 2020, apoiando sua candidatura, depois de ter resistido a esta candidatura, mas, por respeito e amor à “mulher” que sua mãe a representava, se transformara em sua maior apoiadora naquela eleição e pedia os votos da população. Este vídeo viralizou, empolgou muitas pessoas e, segundo ela, fez sua campanha crescer muito e se tornar a candidata mais votada da legenda do PT no município.

Uma das mentoradas narrou sua atuação no Procon/Campos e na OAB/Mulher local, destacou as muitas atividades, tanto relacionadas aos temas do consumo, como as relacionadas aos direitos das mulheres, lembrando que este mês também se comemora o “Dia do Consumidor”. Por isso, o tema escolhido havia sido “mulheres e consumo” para atividade da OAB/Mulher. Foi destacado que um tema em discussão seria a “taxa rosa”. Esta se refere a que produtos relacionados à vida reprodutiva feminina têm preços mais altos no mercado internacional e nacional. Isto provocava campanhas e legislação em diversos países do mundo, mas, no Brasil, era ainda uma agenda pouco conhecida.

- **Mentoria Individual: 02/03/2021**

A mentorada ligou neste mesmo dia para acertos sobre a mesa redonda do dia 15 de março da qual seria uma das expositoras. A conversa de 15 minutos (16:30 -16:45) permitiu os acertos finais para o importante debate do dia 15 de março na OAB/Mulher de Campos. O card deste debate foi enviado para o grupo geral de *WhatsApp* das participantes da formação e lá pôde ser visualizado, assim como o endereço no *YouTube* para assisti-lo.

- **10ª Reunião, 16 de março de 2021, das 09hs às 11hs.**

A sala foi aberta pela Rosimere de Souza. Entrei na sala em seguida. Havíamos recebido o vídeo com o depoimento da mentorada do município do Rio de Janeiro, postado pela equipe do curso de formação do IBAM na rede, e que, devido a problemas de trabalho, tinha feito poucas entradas nas conversas. As três mentoradas mais frequentes estiveram presentes. Reiteramos os pedidos dos vídeos com os depoimentos daquelas que ainda não haviam mandado e discutimos a estratégia da “roda de conversa” que seria feita para marcar o encerramento daquela etapa. Cada grupo de mentoria teria 15 minutos para expor seus trabalhos ao longo dos três últimos meses e como esta troca de experiências havia sido vivenciada por todas.

Como na noite anterior havia participado do debate promovido pela OAB/Mulher de Campos, comemorativo ao “Dia do Consumidor” e ao “Dia Internacional da Mulher”, as questões da “taxa



rosa”²³ e divisão sexual do trabalho vieram à tona, assim como também foi lembrada a questão dramática vivida pelas adolescentes pobres que faltam às aulas no período menstrual, por não terem dinheiro para a compra de absorvente para os dias da menstruação. Devido à discussão ocorrida na reunião anterior de 02 de março, tínhamos feito uma ligeira pesquisa sobre a questão, e descobrimos que há no Parlamento Nacional um Projeto de Lei sobre esta questão, mas sua discussão ainda é tênue no debate feminista. Este debate foi muito estimulante no grupo e permite ampliar a agenda feminista nacional.

Entusiasmada com a discussão da mentoria do dia 2 de março, a mentorada de Cachoeiras de Macacu apresentou sua proposta para a criação do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres e ficou acertado que ela enviaria para mim uma carta solicitando uma audiência com o presidente da Câmara de Vereadores para as mulheres do município exigirem a criação do conselho. Ficou decidido que esta proposta de carta seria mandada para mim para os acertos finais e ela promoveria uma reunião virtual com lideranças femininas da cidade para organizarem a entrega da “Carta das Mulheres de Cachoeiras de Macacu” na Câmara dos Vereadores. Com problemas de conexão, a mentorada de São João de Meriti participou como ouvinte da reunião e manifestou-se pouco.

Reflexões Inconclusas

Este processo de mentoria foi para mim um grande aprendizado. Claro que, com uma vida acadêmica que trilha há 40 anos, estava acostumada a discutir com os estudantes na orientação de seus trabalhos acadêmicos, mas a mentoria política assustava-me um pouco. Nestes meses, acredito que apreendi novas formas de discutir a política e a vida das pessoas, talvez ainda presa a aspectos da orientação intelectual, mas a política exige os dois aspectos. Acredito que as trocas compartilhadas entre a equipe do projeto e as mulheres que compareceram às reuniões fizeram progressos nas suas vidas políticas, assim como nós fomos profundamente tocadas por elas e suas vivências.

A formação ainda continua nos próximos meses, com atividades que reunirão representantes dos partidos políticos, dirigentes partidários nos municípios, mulheres em mandatos eletivos e as participantes desta Formação.

²³ A taxa rosa, também conhecida como “imposto rosa” ou em inglês “*pink tax*” não é uma taxa propriamente dita, mas a incidência maior de preço em produtos que são destinados ao público feminino, os quais normalmente têm a cor rosa, por isso tal denominação.



3.4 Depois do Programa de Mentoria Política

Encerrado o período de três meses do programa de mentoria política, na primeira quinzena de março de 2021, foi dado início ao atendimento às mentoradas, agora ex-mentoradas, pela equipe de instrutoria formada por Herculis Toledo, Louise Storni e Rosimere de Souza que, durante o programa, acompanharam as mentoras Débora Thomé, Ana Gomes e Hildete Pereira de Melo, respectivamente.

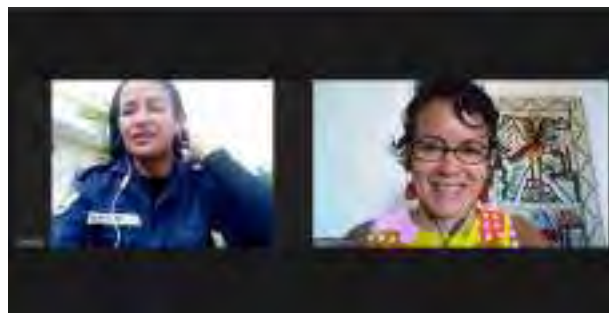


O método de trabalho seguiu de modo parcial o ritmo adotado na etapa anterior, ou seja, por meio de mensagens trocadas nos grupos de *WhatsApp* pré-existentes os primeiros contatos entre o/a instrutora e participantes foram se organizando. Por outro lado, instrutor e instrutoras, possuem formas próprias para estabelecerem esse contato, e novas formas de ser dos grupos foram também sendo construídas, o que levou as participantes a demonstrarem ou não protagonismos nas reuniões que se seguiram.

Com a previsão de dois meses de duração, esta fase teve como objetivo principal exercitar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de formação, e, mais especificamente, no transcorrer do programa de mentoria política, no sentido de potencializar a participação de cada uma nas ações do dia a dia desenvolvidas nos respectivos partidos políticos.

O eixo orientador proposto aos três grupos foi a organização de um seminário *online* com participação direta das integrantes nos processos de articulação local, visando definir e convidar mulheres pertencentes à estrutura partidária para debater sobre a posição das mulheres nas próximas eleições. Contariam com o apoio operacional da equipe do IBAM.

Desta forma, decidido o tema *Partidos Políticos e as Mulheres na Política Municipal*, e 25 de maio de 2021 como a data de realização, estabeleceram-se as perguntas orientadoras a serem explicitadas pelas participantes às convidadas no momento de convidá-las.



As questões orientadoras, expostas abaixo, tiveram por objetivo oportunizar o debate sobre como a estrutura partidária favoreceria ou não as candidaturas femininas nas próximas eleições gerais de 2022.

- i. Como a estrutura partidária municipal se posiciona frente a uma candidatura estadual de mulheres?



- ii. Os resultados obtidos com as candidaturas femininas de 2020 fortalecerão as candidaturas femininas para as eleições de 2022? Em que direção?

A dinâmica acordada foi a de que cada dupla – mentorada e convidada – teria de 8 a 10 minutos para exporem suas reflexões sobre o questionamento feito, sendo desejável uma contextualização do cenário político local, com ênfase nas mulheres no âmbito político partidário. Cada participante teria o direito a uma convidada. A distribuição da ordem de falas buscou alternar a participação das convidadas dos três grupos, com atenção às dos estados de Santa Catarina e Tocantins.

Dadas essas definições, os movimentos internos a cada grupo tiveram início com a decisão tomada pelas participantes sobre quem entre elas se dispunha a falar, a realizar as articulações necessárias para efetivar os convites a serem feitos, ou seja, a quem convidar.

Após o aceite dos convites, coube ao/às instrutoras formalizá-los com o envio de correspondência em nome do IBAM. Em paralelo, construía-se o *card* de divulgação, organizava-se a pauta do webinar e os itens operacionais necessários para sua realização.

Em decorrência da limitação do tempo e do grande número de falas previstas no evento, o grupo acompanhado por Herculis Toledo realizou 3 (três) reuniões em que se pactuou que as integrantes respeitariam o tempo e restringiria o convite a uma única convidada. Isto porque, algumas mentoradas inicialmente propuseram a participação de duas convidadas. Foi interessante observar que todas as convidadas aceitaram de imediato o convite realizado pela mentorada, posteriormente confirmado pela coordenação do projeto.

A escolha das convidadas teve o olhar atento das mentoradas acompanhado pela equipe de instrutória para que garantissem que as falas trouxessem representações em âmbito municipal, estadual e federal. Cabe destacar que uma integrante do grupo optou por ela mesma usar o tempo que tinha para sua apresentação. Outras integrantes customizaram o *card* do evento com suas imagens, tornando o material algo mais pessoal para divulgação nos grupos de *WhatsApp* e nas redes sociais.

Durante os encontros preparatórios, as mentoradas puderam esclarecer as principais dúvidas sobre a proposta do debate e apresentar o que pensavam em destacar em suas falas. Avaliaram que o momento, além de rico e estimulante, possibilitou a cooperação e o debate para além do estado do Rio de Janeiro, visto que contou com duas mentoradas de outros estados – Tocantins e Santa Catarina.

O grupo acompanhado por Louise Storni definiu de que modo suas integrantes participariam do seminário. Semanas antes do evento foram realizadas três reuniões *online* com as mentoradas para organização o evento. Os primeiros contatos foram realizados por elas próprias e, após confirmação da participação, a equipe do projeto enviou ofícios para o e-mail das convidadas formalizando o convite para o seminário.



O grupo acompanhado por Rosimere de Souza também realizou três encontros com os objetivos de definir a atuação das participantes e suas convidadas, analisar os cenários político-partidários em cada localidade e as perspectivas para as candidaturas das mulheres em 2022.

Este exercício preparatório foi importante, uma vez que as questões apresentadas geraram debates sobre vários aspectos relacionados às candidaturas das mulheres, como por exemplo, a falta de apoio dado pelos diretórios estaduais às instâncias locais, a violência política de gênero, a discriminação em razão da cor e orientação sexual, o impedimento da sua participação na política imposto por vertentes religiosas e o crime organizado, entre outros.



Após este exame dos temas que perpassam as possibilidades de participação das mulheres na política, definiu-se como seria a dinâmica do grupo no evento.

Duas delas, que têm uma participação mais ativa na política partidária, decidiram que seriam elas mesmas a falarem no encontro e as outras três optaram por convidarem mulheres com expressão no respectivo partido, conforme descrito no quadro seguinte.

Ao final, foi construída uma planilha orientadora com a ordem das falas no seminário *online* **Partidos Políticos e as Mulheres na Política Municipal**.

Seminário online - Partidos Políticos e as Mulheres na Política Municipal - 25/maio/2021

Mentoras	Ordem	Nome da Mentorada	Nome da convidada	Apresentação da Convidada	Município
Débora Thomé	1	Viviane Lugao		Viviane Lugao Doula, advogada, sou cofundadora do Coletivo Mulheres Cachoeiras, membra do CMPI- primeiro Coletivo LGBTQIA+ de Cachoeiras de Macacu, colaboradora do Grucon-CM, atualmente presido a comissão da Verdade sobre a Escravidão negra no Brasil-CM e a de Direito Médico, além de ser mãe em tempo integral.	Cachoeiras de Macacu
Ana Gomes	2	Graciane de Souza Professora e supervisora da rede pública.	Priscilla Canedo	Vereadora eleita pelo PT de São Gonçalo. Formada em Direito, Pós-graduada. Única mulher eleita na Câmara.	São Gonçalo
Hildete Pereira de Melo	3	Amanda Albuquerque Servidora Municipal da Educação em Teresópolis desde 2000, Pedagoga pela UERJ, advogada. Consultora Educacional da rede privada de ensino.	Ana Carolina Quintana de Serpa Vieira (Carol Quintana)	Professora de sociologia da rede estadual de ensino e mestre em ciências Sociais pela UFRRJ.	Teresópolis
Débora Thomé	4	Mel Cardoso Professora da educação infantil, petista, sindicalista cutista e feminista.	Fabiana Santos	Secretária Estadual de Mulheres PT/RJ.	Rio de Janeiro
Débora Thomé	5	Patrícia Kricheldorf Hermes de Araújo Graduada em Letras, integra a Rede Intersetorial de Combate à Violência Contra a Mulher e o Conselho de Mulheres de Joinville.	Ana Lúcia Martins	Vereadora eleita pelo PT e única representante na Câmara Municipal. Primeira mulher negra eleita na cidade com 3.126 votos. Alfabetizadora, educadora física, militante do movimento negro, professora e servidora pública aposentada.	Joinville / SC



Seminário online - Partidos Políticos e as Mulheres na Política Municipal - 25/maio/2021

Mentoras	Ordem	Nome da Mentorada	Nome da convidada	Apresentação da Convidada	Município
Ana Gomes	6	Michele Peçanha Professora de Nova Iguaçu e Duque de Caxias e militante por uma educação de qualidade no campo.	Luciana da Silva Azevedo	Representante do Diretório Municipal do PT de Nova Iguaçu. Agente de Saúde e Sanitarista.	Nova Iguaçu
Hildete Pereira de Melo	7	Kelly Viter Advogada * Diretora OAB Campos Rj * Presidenta da OAB Mulher – Campos/RJ * Coordenadora da Diretoria de Mulheres da OAB RJ	Natália Soares Ribeiro (PSOL)	Assistente Social, Professora, Mestre e Doutora em Políticas Sociais pela Uenf. Em 2020, foi candidata à prefeitura de Campos.	Campos dos Goytacazes
	8		Odisseia Pinto de Carvalho (PT)	Professora /pedagoga. Pós-graduação em Educação. Direção da CNTE, Direção do Sepe RJ, Coordenadora Geral Sepe Campos, Dirigente da executiva estadual do PT RJ e Presidenta do PT Campos. Foi vereadora entre 2009 e 2012 e candidata à prefeitura em 2020.	
Hildete Pereira de Melo	9	Sônia Barroso Bernabé	Sônia Barroso Bernabé Pedagoga e atualmente graduanda do Curso de Administração Pública da UFF. Assumiu a presidência do PT Municipal em 2003, tendo sido reeleita. Organizou no PT o Setorial de Mulheres e de Cultura. Atualmente, compõe a Comissão Executiva do Partido no município, foi candidata a vereadora nas últimas eleições pelo PT e é também coordenadora do recém-criado Coletivo de Mulheres Presentes.		Cachoeira de Macacu

Seminário *online* - Partidos Políticos e as Mulheres na Política Municipal - 25/maio/2021

Mentoras	Ordem	Nome da Mentorada	Nome da convidada	Apresentação da Convidada	Município
Débora Thomé	10	Gilma Ferreira Professora, poetisa, defensora popular e ativista social do Gruconto, Articulação Alagbara e AMB TO	Rosimar Mendes Silva	Secretaria Estadual da Mulher de Tocantins (PT)	Tocantins
Débora Thomé	11	Alessandra Santos Advogada, Presidente reeleita da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica Comissão Rio de Janeiro – ABMCJ. Foi candidata a vereadora no Rio de Janeiro- RJ, em 2020, pelo MDB.	Kátia Lôbo	Presidente do MDB Mulher RJ Vice- Presidente do MDB Mulher Nacional.	Rio de Janeiro

Seminário online - Partidos Políticos e as Mulheres na Política Municipal - 25/maio/2021

Mentoras	Ordem	Nome da Mentorada	Nome da convidada	Apresentação da Convidada	Município
Hildete Pereira de Melo	12	Angélica de Jesus Santos Ativista em educação em direitos humanos e no movimento feminista e racial. Foi candidata a vereadora pelo PT em 2020.	Letícia Ribeiro de Oliveira	Professora e Consultora Ambiental. Atuou em diversos movimentos estudantis e de mulheres em São João de Meriti. Atualmente, é gerente de Política Institucional da ONG Casa da Cultura da Baixada e participa representando a sociedade civil nos Conselhos de Educação, Saúde e de política para mulheres em seu município de origem. É da direção estadual e da municipal de São João de Meriti do PT, por onde saiu candidata a vereadora em 2016, a deputada estadual em 2018 e foi pré-candidata a prefeita em 2020.	São João de Meriti
Hildete Pereira de Melo	13	Jackeline Ferreira do Nascimento	Jackeline Ferreira do Nascimento (Cidadania) MBA em Coaching e Gestão por Competências. Graduada e Licenciada em Ciências Sociais pela UERJ e Bacharel em Direito, atualmente assessora na CEPPIR – Coordenadoria Executiva de Promoção da Igualdade Racial, na SEGOVI - Secretaria Municipal de Governo e Integridade Pública do Rio de Janeiro.		Rio de Janeiro
Ana Gomes	14	Patricia Simone Garcia	Lucia Regina dos Santos Reis	Diretora da 1º Zonal do PT Municipal Rio de Janeiro.	Rio de Janeiro



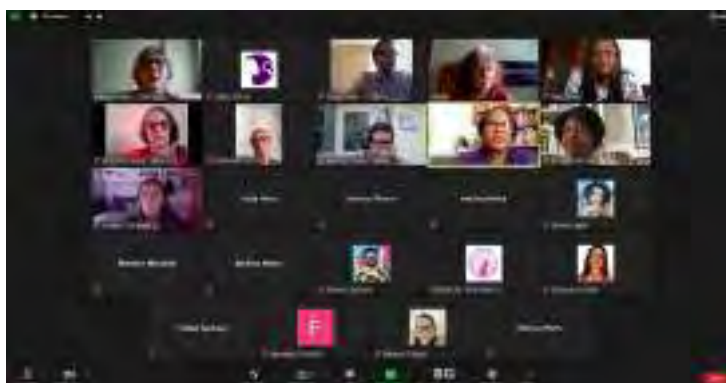
A participação das convidadas, assim como as falas das integrantes do programa de mentoria política que se apresentaram, foi enriquecedora para todas nós. Aprendemos sobre os desafios e possibilidades das instâncias municipais de atuarem nas eleições gerais de 2022, considerando os resultados

das candidaturas femininas de 2020 e as possibilidades de influírem localmente na estrutura partidária, a partir do fortalecimento ou não da presença das mulheres neste espaço de disputa de poder.

Importante registrar que o número preponderante de participantes do PT vem se dando desde o momento das inscrições e assim permaneceu. Representa 27,7% das inscritas.

Vale destacar que as mentoradas que optaram por fazer uso de seus tempos sem a presença de uma convidada, o fizeram contextualizando o cenário político partidário em seus municípios, o que esperar para os próximos anos e possíveis estratégias a serem adotadas, demonstrando os avanços conquistados com as trocas de conhecimentos ocorridas com respectivas mentoradas.

Com relação às participantes que criaram, com suas convidadas, um modo próprio de fazer uso do tempo previsto, é possível inferir um importante grau de segurança adquirido. Eram mulheres que se destacaram enquanto lideranças municipais, que participaram das eleições de 2020, concorrendo aos cargos de vereadoras e prefeitas. Destas, duas se elegeram vereadoras, e essas mulheres, face à argumentação apresentada pela mentorada, abriram um tempo nas respectivas agendas parlamentares para participarem do evento. Destaque, também, para a participante de Joinville/SC que, ao longo da formação, buscou encontrar respostas para além do oferecido, ou seja, propostas voltadas considerando o estado do Rio de Janeiro, fortalecendo sua participação local nos movimentos feministas e de mulheres, articulou a vinda da primeira mulher negra eleita na cidade.



As presenças de Kátia Lobo, Presidente do MDB Mulher RJ e Vice- Presidente do MDB Mulher Nacional, de Fabiana Santos e Rosimar Mendes Silva, Secretárias Estaduais de Mulheres do PT do Rio de Janeiro e do Tocantins, respectivamente, demonstram o empenho no processo de



articulação feito pelas participantes que as convidaram no sentido de pensar as inter-relações existentes entre as estruturas partidárias nos processos de disputas pelos cargos nos diretórios tanto o nacional quanto os regionais ou municipais, chegando às definições da composição das nominatas nos períodos eleitorais.

Diante do número de participantes e tempo limitado, não foi possível realizar um debate mais amplo sobre os diversos assuntos do evento. A posteriori, as organizadoras sugeriram que, em um próximo evento de tão longa duração, seria conveniente propor um intervalo, como ocorreria caso fosse uma atividade presencial.



O resultado coletivo do evento, com cerca de 3 horas de duração e assistência constante, reflete o acerto do programa de mentoria política, em especial o fato de ter feito uso de um método de trabalho flexível que buscou atender às expectativas das participantes dentro dos marcos do conceito de mentoria – troca de conhecimentos num

processo horizontal que busca transmitir às iniciantes a experiência de quem já tem “mais tempo de estrada”. Mostrou-se de grande relevância para o desenvolvimento das carreiras políticas dessas mulheres, junto aos partidos nos períodos eleitorais ou de dirigentes no interior da estrutura partidária, possibilitando que ajam com mais segurança e firmeza em direção ao que considerem essencial em suas vidas.

3.5 Próximos Passos

É possível pensar os próximos passos de modo não excludente em três ações centrais: programas de mentoria política; formação de redes suprapartidárias; e, fortalecimento das candidaturas das mulheres.

Reconhecendo que as estratégias político partidárias determinam as posições de candidaturas masculinas e femininas nos pleitos, é fundamental fortalecer os procedimentos de aproximação junto às estruturas partidárias de modo a contribuir para maior presença de mulheres no interior do partido em posições de tomadas de decisão.

Nesse caminhar, os processos de formação e de mentoria política mostram-se fundamentais para influenciar o aumento do número de eleitas nos cargos políticos representativos no país, na medida em que transmitam aos dirigentes partidários os ganhos políticos que alcançarão, “apostando” no potencial de suas filiadas frente às transformações em curso no mundo.



Outro passo importante será a consolidação de ações que visem contribuir para o fortalecimento de redes suprapartidárias a partir da aproximação com os movimentos feministas e de mulheres, os conselhos dos direitos de mulheres e os organismos do executivo de políticas para as mulheres, assim como com as bancadas femininas nas três esferas de poder: federal, estadual e municipal.

Seria ingenuidade política esperar que não venham a ocorrer disputas e desavenças na construção de uma rede suprapartidária, formada a partir de propostas programáticas distintas, conforme os partidos políticos presentes em sua composição, mas que são espaços fundamentais em prol de atividades que reconheçam às mulheres o direito de serem protagonistas da própria vida.

Um terceiro passo diz respeito a “não perder” as mulheres que ousaram entrar em um espaço majoritariamente masculino e incentivá-las a viverem a vida partidária com voz ativa e lutas por uma possível nova candidatura em 2022, se assim o desejarem.

Há uma tendência entre as mulheres de desistirem por motivos diversos, como restrições familiares, perda financeira, perda do emprego/trabalho, assim como medo de nova derrota, de enfrentarem uma segunda candidatura. Os homens também sofrem derrotas, mas, culturalmente, são impulsionados a seguirem adiante. Com as mulheres ocorre o inverso. Fomos socializadas para aceitar que o poder não nos pertence e a aceitar as derrotas. Mas a luta dos movimentos de mulheres e movimentos feministas tem avançado e há uma clara valorização do olhar o mundo com a lente de gênero e cor/raça/etnia em busca de justiça social.

Caberá aos dirigentes partidários compreenderem que não se pode perder o capital político conquistado tanto para elas quanto para o partido: foram as experiências vivenciadas que trouxeram acúmulo político para ambas as partes envolvidas.

Enfim, cabe analisar a conjuntura com o olhar do novo, da aprendizagem imposta pelas crises sanitária, econômica, social, cultural e ambiental.

E como fazemos a séculos, cabe às mulheres a continuidade da luta para garantir processos eleitorais com equidade.





Considerações Finais

Ao longo desta publicação, foram apresentados os caminhos percorridos para a execução do convênio *Mulheres Mais Fortes em Processos Eleitorais com Equidade – Mulheres Mais fortes na Política* – percalços e vitórias num tempo de pandemia. Pandemia que atingiu e atinge em graus diferentes homens e mulheres conforme classe social, cor da pele, local de moradia, entre outras condicionantes.

Quando mulheres candidatas se propuseram a concorrer no pleito de 2020 enfrentaram, além das dificuldades clássicas de uma disputa eleitoral, as restrições impostas pelos protocolos sanitários com peso diferenciado do que enfrentaram os homens candidatos. Isto porque são elas, as mulheres, as responsáveis pela economia dos cuidados, que tem uma tradicional distribuição desigual das tarefas domésticas, cuidados com os quais a sociedade se apoia para continuar “girando a roda” dos fluxos econômicos.

Com as pessoas trancadas em casa – *home office*, estudos *online*, desemprego – a centralidade do cuidado para a vida social se mostrou de modo amplificado. Foi neste cenário que ocorreu o cotidiano de grande parte das mulheres que participaram do curso de formação. Foi nesse panorama, portanto, que realizaram esforço adicional para permanecerem nas campanhas e participarem da formação, ou seja, os desejos que as motivaram foram maiores que as restrições impostas pela realidade.

Nos caminhos percorridos ao longo da realização da formação, o papel dos dirigentes partidários frente à presença das mulheres, seja nos pleitos eleitorais seja no interior da estrutura partidária, foi se aclarando.

Se na legislação eleitoral o hiato de gênero é reconhecido e adquire visibilidade, quando chega aos partidos políticos, em grande parte deles, as mulheres são tornadas invisíveis quando é desenhada a estratégia partidária para a composição da nominata para as eleições. É possível, portanto, inferir que uma das barreiras para o crescimento da participação das mulheres na política está nos partidos políticos, em sua maioria presidida por homens brancos, que controlam os recursos e querem continuar como detentores do poder²⁴. Entre os 33 partidos registrados no TSE, apenas três, em dezembro de 2020, eram presididos por mulheres: Gleisi Helena Hoffmann (Partido dos Trabalhadores – PT, mandato de 2019-2021), Luciana Barbosa de Oliveira Santos (Partido Comunista do Brasil – Pcdob, mandato 2019-2020) e Suêd Haidar Nogueira (presidente do Partido da Mulher Brasileira – PMB e sua fundadora em 2008).

Passado o período eleitoral e como ocorre em anos que precedem as eleições, são colocadas em discussão no Congresso Nacional propostas e projetos de reforma política. Neste sentido, a

²⁴ Partidos Políticos Registrados no TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse> Acesso em: 29 jul. 2021.



deputada Renata Abreu (Pode-SP), relatora da Comissão da Reforma Política da Câmara dos Deputados, apresentou, no período em que estamos finalizando este trabalho, julho de 2021, o que está sendo chamado de “emenda” à PEC 125/11²⁵ contendo diferentes pontos de propostas a serem votadas.

A proposta de reforma ampla do sistema eleitoral – de proporcional para distrital – já foi rejeitada em diversas situações anteriores. Entretanto, a que agora está sendo apresentada, além de não provocar amplo debate junto à sociedade, é retomada em plena crise sanitária, econômica e política, colocando em cheque os objetivos da reforma.

Mas vale chamar atenção para o fato de que, entre seus pontos, estão os que mais afetam a participação da mulher na política: a substituição da atual previsão das cotas por gênero e o fim do sistema proporcional.

A proposta anunciada pela relatora da comissão pretende modificar a legislação eleitoral para retirar do texto a obrigatoriedade do cumprimento mínimo de 30% de candidaturas para um dos gêneros nas eleições, instituindo, em contrapartida, uma cota de 15% das cadeiras do Legislativo nas três esferas — federal, estadual e municipal — para mulheres.

Considerado um grande retrocesso pelos movimentos que lutam por maior participação das mulheres na política, o anúncio levou à criação da Frente pelo Avanço dos Direitos Políticos das Mulheres (FADPM)²⁶, formada por cerca de 140 associações da sociedade civil, instituições de pesquisa e instâncias partidárias, que publicou o *"Manifesto sobre a Reforma da Legislação Eleitoral e a Participação Feminina na Política Brasileira"*.

O manifesto afirma que "qualquer proposta que pretenda legislar sobre reserva de vagas não pode estar abaixo de 30%, porcentagem que há muito é considerada como mínima para que as mulheres possam de fato estar inseridas nas diversas ações e funções que o mandato parlamentar requer"²⁷, além do mais 15% significa o percentual de mulheres nas casas legislativas.

Também o Fórum Fluminense Mais Mulheres na Política²⁸ se manifestou em sua Nota Técnica nº1, apresentando dados estatísticos robustos extraídos do resultado das eleições de 2018 e

²⁵ Proposta de Emenda à Constituição 125/2011. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=531331> Acesso em: 30 jul. 2021.

²⁶ COCHLAR, Tati. Frente pelo Avanço dos Direitos Políticos das Mulheres. **Grupo mulheres do Brasil**. Disponível em: <https://www.grupomulheresdobrasil.org.br/frente-pelo-avanco-dos-direitos-politicos-das-mulheres/> Acesso em: 10 ago. 2021.

²⁷ SANTOS, Polianna Pereira dos; PORCARO, Nicole Gondim. As propostas do "emenda" da PEC 125/11 e as ameaças à participação de mulheres. **Consultor Jurídico**, 5 jul. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jul-05/direito-eleitoral-emenda-pec-12511-ameacas-participacao-mulheres> Acesso em: 10 ago. 2021.

²⁸ ARAÚJO, Clara; FABRIS, Ligia; FERRETI, Michelle. A reforma política e os mitos sobre a participação política de mulheres: simulações sobre os 15% de reserva de cadeiras e seus efeitos nos parlamentos proporcionais no Brasil.

2020, mostrando que, exceto o Nordeste, as demais regiões já possuem mais de 15% de mulheres eleitas na Câmara dos Deputados. Com relação às Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, o percentual também é superado, mas alerta “para o risco de a adoção da reserva de cadeiras no percentual de 15% em substituição à cota de gênero na lista de candidatos gerar um “saldo negativo de 910 assentos para as mulheres nas Câmaras de Vereadores em relação ao que já foi conquistado nas eleições de 2020 [...], principalmente nos municípios com até 15 mil habitantes e com mais de 1,35 milhões de pessoas”.

Esse é o cenário em que as mulheres lutam por seus direitos políticos e, quando conseguem vencer, enfrentam a violência política de gênero no parlamento. Pesquisa realizada pelo jornal O Globo ²⁹ indica que 81% das parlamentares já sofreram algum tipo de violência de gênero no Congresso. Em 1990, a deputada Jandira Feghali (PCdoB) teve negado seu pedido de licença maternidade e em seu lugar oferecida licença doença e nas palavras dela “Foi a primeira violência que sofri. Era a negação de um direito fundamental dentro da Casa. É como se dissessem: seu lugar não é aqui” ³⁰

A pesquisa revelou que, passados quase 30 anos, as deputadas ainda relatam situações como serem excluída de debates (30,1%); não serem escolhidas para relatorias de matérias ligadas a economia, trabalho ou reformas importantes do governo federal; serem relegadas a temas como assistência social, educação e gênero, além de assédio sexual e racismo. Também são consideradas situações de violência de gênero, questionamentos sobre aparência física e forma de se vestir (relatado por 34,3% das entrevistadas) e comentários sobre o corpo e a vida pessoal (45,2%). “Frágil, pequena e magrinha, não dará conta do mandato”, ouviu uma, que não se identificou. Outra chegou a ser chamada por um colega de “mal-amada”³¹.

No enfrentamento da realidade mostrada pela pesquisa, a deputada federal Rosângela Gomes (Republicanos-RJ), teve seu Projeto de Lei nº 5613/20 que combate a violência política contra a mulher aprovado no Senado em 13 de julho de 2021³². O texto considera violência política contra as mulheres toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos delas. A proposta buscar punir práticas que depreciem a condição da mulher ou estimule sua discriminação em razão do sexo feminino ou em relação a cor, raça

FÓRUM FLUMINENSE MAIS MULHERES NA POLÍTICA. Disponível em: <http://cepia.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Nota-Te%CC%81cnica-1-Forum-Fluminense-Mais-Mulheres-Na-Politica.pdf> Acesso em: 30 jul. 2021.

²⁹GOMES, Bianca. Violência de gênero atinge 81% das parlamentares no Congresso. **O Globo – Brasil.** 25 jul. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/violencia-de-genero-atinge-81-das-parlamentares-no-congresso-25125079> Acesso em: 30 jul. 2021.

³⁰ Idem

³¹ Idem

³² AGÊNCIA SENADO. Senado aprova projeto que criminaliza violência política contra mulheres. **Poder360** 14 jul. 2021 8h06. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/senado-aprova-projeto-que-criminalizaviolencia-politica-contramulheres/> Acesso em: 30 jul. 2021.



ou etnia. A proposta já havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados e segue para sanção do Presidente da República.

Entre as possíveis soluções para tornar efetiva a necessária paridade de gêneros apresenta-se, como viável, assegurar a reserva de cotas nos diretórios nacionais, estaduais e municipais das agremiações partidárias. Substituir as cotas de candidaturas por cotas de representação, tanto nos Legislativos quanto na direção dos partidos, igualmente se revela como uma medida eficaz na busca pela igualdade.

Em 1932, tivemos assegurado o direito ao voto, desde que fossemos assalariadas e alfabetizadas, mas até os dias de hoje continuamos em luta para exercermos plenamente o mandato conquistado pelo direito de votar e ser votada.

Partindo do reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres parlamentares nas três esferas governamentais – municipal, estadual e federal – mais se torna necessária a prática da mentoria política.

É com a troca de experiências entre mulheres com maior vivência no mundo da política partidária e aquelas que ou venceram as batalhas iniciais e se elegeram ou as que estão dando os primeiros passos neste cenário ou ainda aquelas que se sentem impelidas a desistirem ou apenas mulheres que compreenderam a importância do papel que desempenham no viver o dia a dia em sociedade que serão transmitidas as energias necessárias para o enfrentamento na luta por processos eleitorais com equidade.

O curso de formação **Mulheres Mais Fortes na Política** cumpriu seus objetivos ao se aproximar das mulheres que anseiam entrar e permanecer na política partidária a partir da apresentação das informações básicas sobre os procedimentos e legislação que nortearam as eleições de 2020, e sobretudo por demonstrar que candidaturas femininas falam à população em geral, homens e mulheres, mas possuem consciência sobre as diferenças estruturantes das sociedades e se posicionam em prol das políticas para as mulheres.



Anexos



Anexo 1 - Recomendações de Leitura

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 24, jun. 2005, p. 193-215. Diário do Centro do Mundo - 15 /10/2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3724/2972> Acesso em: 27 jul. 2021.

ASSOCIAÇÃO VISIBILIDADE FEMININA. **Guia acessível para a candidatura das mulheres**. Belo Horizonte: Associação Visibilidade Feminina, 2020. Disponível em: 2021.https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/Guia_mulheres_2020.pdf Acesso em: 27 jul. 2021.

AVELAR, Lúcia. Onde as mulheres se representam? Avenidas da representação extraparlamentar das mulheres brasileiras. **GÊNERO**, Niterói, v.14, n.2, p. 29-50, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31188> Acesso em: 30 jul. 2021.

AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro (coords). **Os custos da campanha eleitoral no Brasil**: Uma análise baseada em evidência. Fundação Getulio Vargas. Centro de Política e Economia do Setor Público - Cepesp/FGV. 2019. Disponível em: https://www.cepesp.io/uploads/2019/05/Os-Custos-da-Campanha-Eleitoral-no-Brasil_Cepesp_BRAVA.pdf Acesso em: 30 jul. 2021.

AVRITZER, Leonardo. Eleições municipais de 2020 serão menos ideológicas. **Observatório das Eleições**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/11/10/eleicoes-municipais-de-2020-serao-menos-ideologicas.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola> Acesso em: 27 jul. 2021.

BIROLI, Flávia; ARQUER, Monize. Com a bala e com a bíblia: mulheres e as eleições de 2020. **Observatório das Eleições. Gênero e raça**. publicado 08 nov. 2020. Disponível em: <https://observatoriodaseleicoes.com.br/com-a-bala-e-com-a-biblia-mulheres-e-as-eleicoes-de-2020/> Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 107, de 2 de julho de 2020**. Adia, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc107.htm Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. **Lei n. 9.504 de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm Acesso em: 27 jul. 2021.

BRASIL. **Resolução n. 23.607, de 17 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-607-de-17-de-dezembro-de-2019> Acesso em: 30 jul. 2021.



BRASIL. **Resolução n. 23.610, de 18 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2019/resolucao-no-23-610-de-18-de-dezembro-de-2019> Acesso em: 30 jul. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledes - Mulher Negra**, 06 mar. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/> Acesso em: 27 jul. 2021.

COLETIVO FEMINISTA HELEN KELLER. **Mulheres com deficiência:** garantia de direitos para exercício da cidadania. Disponível em: https://www.mppa.mp.br/arquivos/CAOPID/publicacoes/12359_guia_feminista_helen_keller_mulheres_com_deficiencia_.pdf Acesso em: 27 jul. 2021.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. **A constituinte e as mulheres.** Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituinte%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf Acesso em: 27 jul. 2021.

CORREIA, Alice; COELHO Carolina; SALLES, Lúvia. Cidade interseccional: o direito à cidade nas perspectivas de gênero e raça. **Fórum Nacional de Reforma Urbana.** Publicado 10 out. 2018. Disponível em: <https://terraddireitos.org.br/acervo/artigos/cidade-interseccional-odireito-a-cidade-nas-perspectivas-de-genero-e-raca/22936> Acesso em: 27 jul. 2021.

COSTA, Delaine Martins; Osório, Andréa Barbosa; Silva, Afrânio de Oliveira. **Gênero e raça no orçamento municipal:** um guia para fazer a diferença. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. (v.1 Orientações básicas) Disponível em: http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/generoeraca_vol1.pdf Acesso em: 27 jul. 2021.

COSTA, Delaine Martins; Osório, Andréa Barbosa; Silva, Afrânio de Oliveira. **Gênero e raça no orçamento municipal:** um guia para fazer a diferença. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. (v.2 Sugestões para a ação) Disponível em: http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/generoeraca_vol2_1.pdf Acesso em: 27 jul. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, a. 10, n. 1, 2002, pp. 171-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> Acesso em: 27 jul. 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. **Panorama das eleições municipais:** Mapas das candidaturas 2020. Disponível em: https://www.diap.org.br/images/stories/panorama_eleicoes_municipais_2020.pdf Acesso em: 30 jul. 2021.



FERREIRA, Lola; SILVA, Vitória Régia da. **Maioria de prefeitos de capitais ignora mulheres, negros ou LGBT+ em seus planos de governo.** Disponível em: <https://www.generonumero.media/prefeitos-capitais-ignora-mulheres-negros-lgbt-planos/> Acesso em: 27 jul. 2021.

FONTES, Angela; MELO, Hildete Pereira de. Notas sobre as eleições de 2020 e as Campanhas de mulheres. **Revista de Administração Municipal – RAM**, Rio de Janeiro, n. 305, mar. 2021. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/media/arquivos/revista/305.pdf> Acesso em: 30 jul. 2021.

FRENTE NACIONAL EM DEFESA DO SUAS E DA SEGURIDADE SOCIAL. **Carta da frente nacional em defesa do suas - sistema único de assistência social às/aos candidatas/os:** Eleições 2020. Disponível em: https://cisama.sc.gov.br/assets/uploads/a903e-9f3ff3_075829c3dba344de8653adff59738108.pdf Acesso em: 27 jul. 2021.

GUIA para influenciadores digitais nas eleições 2020. Disponível em: https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/10/guia_influenciadores_eleicoes2020.pdf Acesso em: 27 jul. 2021.

GONÇALVES, Marcos Flávio R. (coord.). **Manual do prefeito** [livro eletrônico]. 16. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: IBAM, 2020. Disponível em: http://www.ibam.org.br/media/arquivos/2020/Manual_Prefeito_16edicao.pdf Acesso em: 30 jul. 2021.

GONÇALVES, Marcos Flávio R. (coord.). **O vereador e a câmara municipal.** 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: IBAM, 2020. Disponível em: http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/Vereador_7ed_2020.pdf Acesso em: 30 jul. 2021.

JÁCOME, Marcia Laranjeira; VILLELA, Shirley (Org.). **Orçamentos sensíveis a gênero: conceitos.** Brasília: ONU Mulheres, 2012. Disponível em: https://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/orcamentos-conceitos.pdf Acesso em: 30 jul. 2021.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/midias/file/2020/11/voto-feminino-brasil-2ed-marques.pdf> Acesso em: 30 jul. 2021.

MARX, Vanessa; SCAPINI, Gabriela Luiz. Mulheres e cidades: o 8 de março e o direito à vida urbana. **Cartacapital – sociedade.** 8 mar. 2020 - 12:05. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/mulheres-e-cidades-o-8-de-marco-e-o-direito-a-vida-urbana/> Acesso em: 30 jul. 2021.

MELLO, Adriana Ramos de (org.). **Anais de seminários 30 anos da carta das mulheres aos constituintes.** Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/publicacoes/serie_anais_de_seminarios/2018/versaodigital/49/ Acesso em: 27 jul. 2021.



MELO, Hildete Pereira de. As sufragistas brasileiras: relegadas ao esquecimento? **REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO**. A. 23, n. 23, p. 205-219, 2016. Disponível em: https://www.ihgrj.org.br/uploads/1/3/4/5/1345009/revista_do_ihgrj_23_2016.pdf Acesso em: 30 jul. 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade e Combate à Discriminação no Trabalho. Grupo de Trabalho de Gênero. **O ABC da Violência contra a mulher no trabalho**. Disponível em: <https://movimentomulher360.com.br/publicacoes/o-abc-da-violencia-contr-a-mulher-no-trabalho/> Acesso em: 27 jul. 2021.

MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira; FUNCK, Susana Bornéo.(orgs). **Políticas e fronteiras**. Tubarão: Ed. Copiart, 2014. (Desafios feministas; 2). Disponível em: <http://mulheresprogressistas.org/AudioVideo/Desafios%20feministas%20vol%20%20Políticas%20e%20fronteiras.pdf> Acesso em: 27 jul. 2021.

MORANDI, Lucilene; MELO, Hildete Pereira de. **Cuidados no Brasil: conquistas, legislação e políticas públicas**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung (FES) Brasil, 2020. (Edição especial - Trabalho e justiça social). Disponível em: https://brasil.fes.de/publicacoes?tx_digbib_digbibpublicationlist%5BpageIndex%5D=3&cHash=ac2e3fe07fdadc3bbf51b4afefac278f Acesso em: 27 jul. 2021.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. **Sistema político e suas instituições**. Brasília: DIAP, 2018. Disponível em: <https://cnte.org.br/images/stories/2018/cartilha-sistema-politico-e-suas-instituicoes.pdf> Acesso em: 30 jul. 2021.

REZENDE, Daniela Leandro. **Mulher no poder e nas tomadas de decisões**. Brasília: IPEA, (20-). (Retrato das desigualdades de gênero e raça). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_g_mulher_no_poder_e_na_tomada_de_deciso.es.pdf Acesso em: 30 jul. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. Disponível em: <http://www.stiueg.org.br/Documentos/7/582.pdf> Acesso em: 30 jul. 2021.

ROCHA, Juliana Livia Antunes da; MENDES, André Pacheco Teixeira. **Cartilha de orientação para vítimas de discurso de ódio**. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2020. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/29490> Acesso em: 27 jul. 2021.

SANTORO, Paula. **Por uma agenda de pesquisa sobre a cidade, as mulheres e as Interseccionalidades**. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/por-uma-agenda-de-pesquisa-sobre-a-cidade-as-mulheres-e-as-interseccionalidades/> Acesso em: 27 jul. 2021.

TAMANINI, Marlene; BOSCHILIA, Roseli; SCHWENDLER, Sônia Fátima (orgs). **Teorias e políticas de gênero na contemporaneidade**. Curitiba: Ed. UFPR, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/63954> Acesso em: 30 jul. 2021.



THEODORO, Suzi Maria de Cordova Huff; ADAMS, Marina Dias Lucena. O impacto das políticas para as mulheres na promoção da igualdade de gênero. **GÊNERO**, Niterói, v.17, n.1, p. 191 – 213, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31255> Acesso em: 30 jul. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE)**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/prestacao-de-contas/sistema-de-prestacao-de-contas-eleitorais-spce> Acesso em: 30 jul. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Manual de Prestação de Contas de Campanha Eleitoral Eleições 2020**. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/prestacao-de-contas/arquivos/tse-manual-prestacao-de-contas-2020/rybena_pdf?file=https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/prestacao-de-contas/arquivos/tse-manual-prestacao-de-contas-2020/at_download/file Acesso em: 30 jul. 2021.

TORRES, Aline. **Antonieta de Barros, a parlamentar negra pioneira que criou o Dia do Professor**. Diário do Centro do Mundo - 15 /10/2020. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/antonieta-de-barros1-a-parlamentar-negra-pioneira-que-criou-o-dia-do-professor-por-aline-torres/> Acesso em: 27 jul. 2021.



Anexo 2 - Material Informativo de Divulgação nas Redes Sociais

Tema	Imagem	Objetivo
<p>Início das inscrições</p>		<p>Período de divulgação e inscrições para a formação</p>
<p>Institucional</p>		<p>Informações das ações realizadas pela Formação.</p>
<p>Mulheres Mais Fortes na Política</p>		<p>Série informativa para apresentar as mulheres na política no decorrer da História do Brasil.</p>



<p>Especial Eleições</p>		<p>Foi realizada uma série de informações sobre os deveres das prefeitas e vereadoras no pleito.</p>
<p>Leis para mulheres</p>		<p>Foi apresentada uma série de Leis que protegem as mulheres e autorizam a concessão de medidas protetivas de urgência em casos de assédio e/ou de violência.</p>
<p>Mulheres: ambientalistas e ativistas</p>		<p>Apresentamos algumas das mulheres que, ao longo do último século, ajudaram com seu trabalho em preservar o meio ambiente e a conscientizar a população mundial.</p>



<p>Mulheres de influência</p>		<p>Postagens feitas para celebrar o Dia Mundial das Mulheres de 2021, voltadas para mulheres que influenciam as mulheres de hoje, na política.</p>
<p>Formação</p>		<p>Postagens sugeridas pelas mentoradas e compartilhada com o público em geral.</p>
<p>Datas comemorativas</p>		<p>Postagens que não se enquadram em nenhuma das categorias anteriores, mas possuem conteúdo geralmente mais leve e não institucional, como, por exemplo, as datas comemorativas citadas no calendário civil.</p>



Anexo 3 - Webinário Sistema Político Brasileiro e Sistema Eleitoral

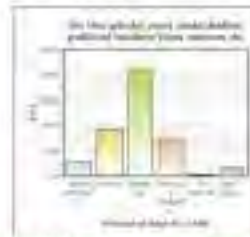
<p>Sistema político brasileiro e sistema eleitoral</p> <p>Os desafios institucionais para a participação das mulheres</p> <p>Prof. Dra. Débora Thomé</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Características do sistema político brasileiro 2. Competências dos cargos eletivos 3. Panorama dos partidos políticos 4. Sistema eleitoral brasileiro 5. Quociente eleitoral e partidário
<p>Quem são as mulheres no Brasil?</p> <ul style="list-style-type: none"> + 207 milhões de pessoas = 52% mulheres + Homens até 25 anos + 53% negros, 46% brancos + 1% de indígenas e amarelos + Expectativa de vida: 76,2 anos (2010); 52,8 anos (1950) 	<p>Na política internacional</p>
<p>Na política brasileira</p>	<p>A mulher como pária da política</p> <ul style="list-style-type: none"> • "Até o momento a mulher não contou para nada nas sociedades humanas. — Do que isto resulta? Que o padre, o legislador, o filósofo a trataram como uma verdadeira pária. A mulher (é a metade da humanidade) foi colocada fora da igreja, fora da lei, fora da sociedade. Para ela nada de representação frente à lei." (Flora Tristán — 1803-1844)



Uma exceção - 1934



Os homens são melhores na política que as mulheres?



Maioria das pessoas discorda

Brasileiras na política



Brasileiras nas prefeituras



Fonte: IBRAU / 2018

Brasileiras na política



- + O Brasil é o 133º do mundo (IPU)
- + O pior país na América Latina (em dep.)
- + O 99º - Índice da ONU
- + Câmara dos deputados: 77 em 513 (15%)
- + Senado: 17 senadoras em 81
- + Cotas desde 1995
- + 89,3% mulheres (entre 16.131 candidatas/os sem nenhum voto em 2016)

Mudanças na lei



- ADI 5617 garantiu a destinação de 30% do Fundo Especial para Financiamento de Campanha e do Fundo Eleitoral para candidaturas femininas.
- Em setembro de 2019, TSE decidiu que candidaturas fictícias podem levar a cassação de toda a chapa.

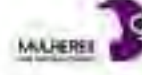


Representação feminina



Quando um dos grupos da sociedade tem o controle de forma intensa do poder, pode-se dizer que o Estado está cooptado por uma força apenas. Isso vale não apenas para o caso das mulheres, mas para qualquer outro grupo não ou mal representado. A democracia está ameaçada.

O que é a política?



- Política como processo de negociação que:
 - busca conciliar valores, necessidades e interesses divergentes;
 - visa administrar conflitos entre os vários segmentos da sociedade que demandam os benefícios da ação governamental;
 - Executada pelo poder Executivo resultante de leis aprovadas pelo poder Legislativo.

Sistema político brasileiro



- República
- Federativa
- Presidencialista
- 3 poderes

Sistema político brasileiro



Índice	União	Executivo	Legislativo
EXECUTIVO	Presidente	GOVERNADORA	PERITO
LEGISLATIVO	SENADORES CONGRESSO FEDERAL	DEPUTADOS ESTADUAIS	VEREADORES
JUDICIÁRIO	TRIBUNAL SUPERIOR DE JUSTIÇA ESTADUAL	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	JUIZ DE PAZ

Sistema político brasileiro



- Independência e harmonia entre os poderes
- Sistema de freios e contrapesos, para assegurar o equilíbrio e evitar arbítrios

Sistema político brasileiro



- O Poder Executivo implementa ou executa as leis e a agenda do governo ou do Estado. Pode vetar ou sancionar leis. Eleito
- O Poder Legislativo é representado por legisladoras/es, que devem elaborar as leis que regulam o Estado. O Legislativo Nacional é bicameral (Câmara e Senado). Eleito
- Poder Judiciário – interpreta as leis e fiscaliza seu cumprimento. Na esfera nacional, é composto por 11 juízes, escolhidos pelo presidente e aprovados pelo Senado.



Diferentes atribuições; o exemplo da educação



- **União:** ensino superior e determinar diretrizes básicas para a educação
- **Estados:** ensino médio e articulação com o município para o bom funcionamento do sistema educacional
- **Municípios:** Ensino infantil e fundamental

Eleições 2020: prefeituras



- **Prefeita** – Chefe do Executivo municipal
Funções: administrar, defender os interesses do município, articular, representar e regular, apresentar projetos de leis à Câmara, promulgar, sancionar, vetar e publicar as leis

Eleições 2020: câmaras municipais



- **Vereadoras** – representantes do Legislativo municipal
Funções: analisar e aprovar leis de iniciativa do Executivo, elaborar projetos de leis, fiscalizar os órgãos da prefeitura e prestação de contas, assim como a execução do Orçamento, trabalhar as demandas da comunidade

Sistema eleitoral brasileiro



- Democracia representativa
- Por meio do sufrágio universal, secreto, direto e obrigatório, cidadãos/as escolhem representantes
- Facultativo apenas para jovens de 16 e 17 anos, maiores de 70 anos e analfabetos



Sistema eleitoral brasileiro



- **Duração do mandato:** 4 anos para todos os cargos, exceto Senado Federal (8 anos)
- **Sistema majoritário** – Permite coligações
Presidência, Senado Federal, Governos Estaduais e Prefeituras: maioria absoluta dos votos válidos (exceto brancos e nulos). Possibilidade de segundo turno (para o Executivo, exceto em municípios com menos de 200 mil habitantes (maioria relativa))

Possibilidade segundo turno Rio de Janeiro



- 10 municípios
- Rio de Janeiro, Belford Roxo, Campos, Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, São Bonifácio, São João de Meriti e Volta Redonda



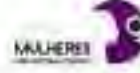
Sistema eleitoral brasileiro



- Sistema proporcional, com lista aberta não permite coligações

Vereadoras, deputadas estaduais e federais. A eleitora vota na candidata ou na legenda do partido político. É o partido que recebe as vagas.

Partidos e participação



- Partidos políticos: formação de grupos reunidos em torno de uma pauta comum. Bandeiras ideológicas que defendem interesses específicos
- A organização da sociedade por meio de organizações civis, não governamentais, movimentos = democracia participativa / deliberativa

Partidos e participação



- 147,9 milhões de eleitores
- Cerca de 15 milhões de filiados
- 55 partidos.



www.observatorioeleitoral.org.br

Partidos e participação



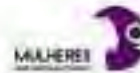
www.observatorioeleitoral.org.br

Mudanças 2018 - 2020



- Cláusula de barreira - os partidos devem obter, no mínimo, 1,5% do total de votos válidos, 1% dos votos válidos em cada um dos 9 estados ou eleger 9 deputados distribuídos em, no mínimo, 9 estados
- Cada partido até 150% no número de vagas existentes na Câmara Municipal. Para municípios de até 100 mil eleitores, poderão ser registradas candidaturas no total de até 200% do número de vagas a ser preenchido.

Cadeiras por município



Cadeiras	Pop.	Quotas	Pop.	Cadeiras	Pop.
6	400.000	25	800.000	41	2.400.000
11	500.000	27	750.000	46	3.000.000
17	500.000	27	900.000	46	4.000.000
23	800.000	32	1.050.000	46	5.000.000
31	1.000.000	33	1.300.000	46	6.000.000
39	1.000.000	33	1.750.000	51	7.000.000
47	1.000.000	33	2.100.000	51	8.000.000
55	1.000.000	33	2.450.000	55	14.000.000



Elegibilidade e filiação



Condições de elegibilidade: nacionalidade brasileira; pleno exercício dos direitos políticos; alistamento eleitoral; e domicílio eleitoral na circunscrição; filiação partidária; idade mínima de 21 anos para prefeita e 18 anos para vereadora.

- A filiação partidária é obrigatória.
- Nomeação para candidatura: há regras, mas se trata de uma negociação política.

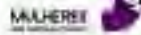
Quociente eleitoral e partidário



• Quociente eleitoral (QE) – número de votos válidos nesta eleição dividido pelo número de cadeiras existentes (não entram na conta brancos e nulos!).

• Quociente partidário (QP) – número de votos válidos para cada um dos partidos dividido pelo quociente eleitoral (QE).

Quociente eleitoral e partidário



• Individualmente – votos em número igual ou superior a 10% do QE.

• Sobras: decisão pela média.

Média = votos válidos recebidos pelo partido / (vagas obtidas por QP + vagas obtidas por média) + 1*

*O cálculo se repete a cada vaga.

Calculando

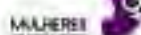


- 1000 votos válidos
- 10 cadeiras

• QE = 100

- QP Partido A = 200/100 = 2
- QP Partido B = 140/100 = 1,4
- QP Partido C = 350/100 = 3,5
- QP Partido D = 310/100 = 3,1

Calculando



• Partido A – obteve 200 votos/2 vagas obtidas por QP + 0 vagas obtidas por média + 1 = 66,66

• Partido B – obteve 140 votos/1 vaga obtida por QP + 0 vagas obtidas por média + 1 = 70

• Partido C – obteve 350 votos/3 vagas obtidas por QP + 0 vagas obtidas por média + 1 = 87,5

• Partido D – obteve 310 votos/3 vagas obtidas por QP + 0 vagas obtidas por média + 1 = 77,5

Referências no moodle



- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Contexto, 2007. – Trechos
- REZENDE, Daniela. *Mulheres no poder e na tomada de decisões*. TD Ípoca, 2020
- ALZIRAS – Relatório prefeitas organizado pela ONG Alziras
- DE MELO, Hildete Pereira; THOMÉ, Débora. *Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores*. Editora FGV, 2018. Trechos
- Sistema Político – Carlina Dias



Próxima aula
Quarta-feira



- Organização da campanha política
- Gestão da equipe
 - Organização dos fluxos de trabalho
 - Recursos financeiros partidários
 - Regras e limites para doações eletrônicas

MULHERES
MAIS FORTES NA POLÍTICA





Anexo 4 - Webinário Organização da Campanha Política



<p style="text-align: right;">MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <p>É obrigatório prestar contas?</p> <p>Todos os candidatos e eleitos prestatam contas. É obrigatório aos partidos e regimes coligados para isso.</p> <ul style="list-style-type: none"> - 21 e 22/01/2022 - Início da etapa de prestação de contas por pessoa física - 14/02/2022 - Início da etapa de prestação de contas do partido político em período eleitoral <p>Validade: em 20 e 21 de Maio de 2022 (Lei das Eleições)</p> <p>Resolução nº 27/2021 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dispõe sobre a prestação de contas de recursos por partidos políticos e candidatos, bem como sobre a prestação de contas eleitorais.</p>	<p style="text-align: right;">MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <p>Desde início da gestão o TSE disponibiliza o sistema eletrônico para o depósito de recursos a partir de 01/01/2022.</p> <p>Conforme o art. 1º da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97) o sistema desenvolvido a que se dá o nome de "portal de prestação de contas eletrônicas" (Prestação de Contas Eletrônica - PCE) que possibilita a entrega de prestação de contas em 24 horas, e disponibiliza ao eleitor em todo o Brasil o sistema "Contas Eletrônicas" (CE).</p> <p>Motivos para a implementação do sistema eletrônico de prestação de contas: maior agilidade, praticidade, transparência e segurança. A partir de 01/01/2022, o sistema eletrônico de prestação de contas estará disponível.</p> <p>As informações de prestação de contas, de prestação de contas eletrônicas (PCE), de prestação de contas de Contas (PCC) e prestação de contas eletrônicas (PCE) estão disponíveis no sistema de prestação de contas eletrônicas (PCE).</p>
<p style="text-align: right;">MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <p>Cuidados com as contratações</p> <p>Vigilância na prestação de contas é feita com respeito às condições contratuais legais do processo eleitoral.</p> <p>Para contratar pessoas físicas, check se o CPF já está ativo e fazer contrato com a identificação integral das prestações de serviços, das horas de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação dos serviços contratados e da justificativa do preço contratado.</p> <p>Para contratar pessoas jurídicas, check se o CNPJ já está ativo e fazer contrato com a identificação integral das prestações de serviços, das horas de trabalho, das horas trabalhadas, da especificação dos serviços contratados e da justificativa do preço contratado.</p>	<p style="text-align: right;">MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <p>A prestação de recursos</p> <p>Contas bancárias distintas para recursos do projeto eleitoral: Fundo Partidário, FEPC e Cotações para Candidatos.</p> <p>Os candidatos devem obrigatoriamente enviar à Justiça Eleitoral, para fins de divulgação na internet, os dados sobre recursos financeiros recebidos para financiamento de seu candidato eleitoral. Essa divulgação se dá a cada 72 horas após o recebimento dos recursos, conforme determina a legislação.</p> <p>Deverá ser enviado ao órgão eleitoral de toda e qualquer arrecadação de recursos via DPCE, o número de origem bancária.</p> <p>FEPC dos candidatos não pode ser hipotecar patrimônio, cobrar despesas de prestação de contas.</p>
<p style="text-align: right;">MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <p>As doações fiscais só devem ser comprovadas, obrigatoriamente, por meio de documento fiscal que identifique o CPF/CNPJ do doador, sob pena de configurar o recebimento de recursos de origem não identificada.</p> <p>Candidatos, partidos têm no sistema contas de prestação de contas.</p> <p>Partidos políticos e candidatos podem acessar recursos e pagar obrigações até o dia da eleição.</p> <p>Multa eleitoral não configura despesas com campanha.</p> <p>Deve ser feita a distribuição dos recursos financeiros supeletórios em dinheiro para financiamento do trabalho eleitoral.</p>	<p style="text-align: right;">MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <p>Diário Fiscal</p> <p>A indicação do empregado é obrigatória.</p> <p>Indicação de contabilidade de prestação de contas eletrônicas - prestação de contas eletrônicas.</p> <p>A Justiça Eleitoral possui sistema simplificado de prestação de contas para candidatos que apresentarem movimentação financeira mensalmente, em valores até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).</p> <p>Você deve ir ao site do TSE para se atualizar com as informações: www.tse.jus.br</p>



<p style="text-align: right;"></p> <p>Referências</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei das Eleições: http://www.planalto.gov.br/jurisprudencia/2007/09/LEI5488_01_070707_017-310207-0110000000013_010001 • Resolução do TSE sobre a arrecatação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições: http://www.tse.jus.br/assessoria/comunicacao/2019/assessoria-2019-09-de-12-de-dezembro-de-2019 • Sistema de Informações de Contas (SICO): http://www.tse.jus.br/assessoria/comunicacao/2019/assessoria-2019-09-de-12-de-dezembro-de-2019 	<p style="text-align: right;"></p> <p>Referências</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE) 2020: http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/prestacao-de-contas/arquivos/prestacao-de-contas-2020/eleicoes-2020-prestacao-de-contas-2020.pdf • Site do TSE: http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/ • Emenda Constitucional 327/2020: http://www.planalto.gov.br/cgi/impres/impres2020/3272020.htm • Resolução TSE sobre a transparência eleitoral, a utilização e a prestação de serviços gratuitos e gratuitos fornecidos em campanha eleitoral: http://www.tse.jus.br/legislacao/comunicacao/2019/assessoria-2019-09-de-12-de-dezembro-de-2019
<p style="text-align: right;"></p> <p>Referências</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manual de Prestação de Contas de Campanha Eleitoral: http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/prestacao-de-contas/arquivos/tse-manual-prestacao-de-contas-2020/v08na_0df?file=http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2020/prestacao-de-contas/arquivos/tse-manual-prestacao-de-contas-2020/at_download/file 	<p style="text-align: center;">MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <p style="text-align: right;"></p> <p style="text-align: center;">  </p>



Anexo 5 - Webinário Estratégias de Comunicação e Campanha

<p style="text-align: right;">MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <h2 style="text-align: center;">Estratégias de comunicação e campanha</h2> <p style="text-align: center;">Prof. Dra. Débora Thomé</p> <p style="text-align: center;"> </p>	<p style="text-align: right;">MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Por que um plano de campanhas? 2. Regras sobre campanha 3. Marketing digital 4. Linguagem e media training 5. Utilização das mídias sociais 6. Ferramentas de impulsionamento e divulgação das campanhas
<p style="text-align: right;">MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <h2>Plano de campanha</h2> <ul style="list-style-type: none"> • Messagem: Quem usa e qual quer transmitir? • Mensagem: Qual é a principal agenda? Por que você merece o voto de quem? • Objetivo quantitativo: Está em este partido nesta eleição; de quantos votos preciso para ser eleito? • Objetivo qualitativo (alvo): Quem pode votar em você e te apoiar (dinheiro e campanha)? 	<p style="text-align: right;">MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <h2>Plano de campanha (cont.)</h2> <ul style="list-style-type: none"> • Campo: Quais dias você tem disponível? Onde pretende ir? Fazer agenda <i>offline</i>. • Orçamento e captação de recursos: De onde virão seus recursos? Tem como estabelecer metas? Definir os gastos de acordo com as receitas. Quanto investir em mídia paga? Em pessoal? • Linha do tempo: Quando você anunciará sua candidatura? Quando você começará a gastar dinheiro com táticas de marketing digital? Etc.
<p style="text-align: right;">MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <h2>Propaganda na internet</h2> <p>É gratuita (sem impulsionamento) e pode ser realizada:</p> <ul style="list-style-type: none"> + No site da candidata, com endereço comunicado à Justiça Eleitoral + No site do partido ou da coligação + Por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados, observada a Lei Geral de Proteção de Dados + Blog, redes sociais, Whatsapp etc. 	<p style="text-align: right;">MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <h2>Propaganda na internet</h2> <p>Não pode ser realizada:</p> <ul style="list-style-type: none"> + Por disparo em massa + Por "robôs" + Compra seguidores e curtidores <p>+ Na internet, modalidade paga, é autorizado apenas o impulsionamento, que deve constar na prestação de contas</p>



Desinformação (*fake news*)



Resolução n° 23.630

Art. 90- A utilização, na propaganda eleitoral, de qualquer modalidade de conteúdo, inclusive veiculado por terceiros, **pressupõe** que o candidato, o partido ou a coligação tenha verificado a presença de elementos que permitam concluir, com razoável segurança, pela **fidedignidade da informação**.

Desinformação



TSE assina parceria com Facebook, Brasil e WhatsApp Inc. para combate à desinformação nas Eleições 2020

Twitter amplia regras para desinformação sobre eleições



1. Informações falsas ou enganosas que causem confusão sobre leis e regulamentações sobre eleições;
2. Alegações contestadas que poderiam minar a confiança nas eleições. Ex., sobre fraudes eleitorais;
3. Afirmações enganosas sobre os resultados de eleições que possam alterar resultados.

Comunicação e política



Bento XVI



2005

Papa Francisco



2013



<h3>E onde está a notícia?</h3>	<h3>Acesso à internet no Brasil</h3> <p>Internet no Brasil em 2018:</p> <p>Alcance da internet: 84,7% de alcance da internet em comparação com o mesmo período em 2017.</p> <p>Progresso coberto para gênero e renda (1):</p> <p>85,6% (homens) vs 82,5% (mulheres)</p> <p>Formas de acesso à internet (2):</p> <p>74,2% (computador), 70,9% (celular), 55,2% (smartphone)</p>
<h3>Ranking das redes: 140 milhões de usuários</h3> <ol style="list-style-type: none"> 1. YouTube 2. Facebook 3. WhatsApp 4. Instagram 5. Messenger 6. Twitter <p><small>Fonte: Statista (dados de 2017)</small></p>	<h3>As informações circulam rápido!</h3> <p>Pessoas acreditam em algo ou não baseadas no seu conhecimento prévio sobre o assunto.</p>
<h3>Riscos das redes</h3> <ul style="list-style-type: none"> • Jornalismo x redes sociais • Publicar e depois checar • Perda de controle • Avaliando de informações • Desinformação – “o tio do whatsapp” 	<h3>A mulher da política e as diferentes mídias</h3>



<p>Mas muitas vezes...</p> <p>“Calamitas” causam controvérsia entre parlamentares na Câmara</p>	<p>O estereótipo das mulheres</p> <ul style="list-style-type: none"> Mulheres são vistas como gentis, generosas, preocupadas com os outros, emotivas. Homens são vistos como decisivos, intelectuais, assertivos, competitivos. Exibem a confiança a tipo masculino com a ideia de um grande líder.
<p>Como falar? Como se preparar?</p>	<p>Construção da imagem</p> <p>No política, você sempre aparecerá na sua vertente pessoa pública. Um discurso, um vídeo nas redes e uma entrevista, todos são construção da sua imagem!</p>
<p>Construindo "você política"</p> <ul style="list-style-type: none"> Qual imagem você tem de suas qualidades? Que imagem você quer passar? Como ela se diferencia dos seus oponentes? 	<p>Ao falar:</p> <ul style="list-style-type: none"> Valore sua história, suas crenças. Inclua confiança, admiração, empatia. Mostre-se feliz com quem partilha valores. No discurso, veracidade é mais importante.



Ao falar



Visual – corpo (55%)

Vocal – modulação da voz (38%)

Verbal – uso das palavras (7%)

Na hora de falar



- Quem vai ser o seu público?
- Quanto tempo?
- Vestuário
- Linguagem corporal
- Comece de maneira forte; história pessoal
- Seja clara
- A expressão facial deve combinar com as palavras que está falando

Dicas e cuidados



- Tenha sempre números para endossar ideias
- Evite emitir juízos de valor ou acusar sem provas
- Evite termos técnicos
- Evite declarações machistas / racistas / LGBTQfóbicas
- Reforce a principal mensagem ao final



Treinando em casa



1. Reflita sobre as três perguntas propostas
2. Pense em um vídeo para redes sociais de um minuto sobre se apresentando para seu eleitorado: que imagem e mensagem você quer passar?
3. Grave no seu celular
4. Apresente a pessoas próximas e procure ideias sobre o resultado

Referências no moodle



- CHARADEAU, Patrick. O discurso político. Editora Contexto, 2006.
- Relatório Propaganda Eleitoral MPF-RJ
- Decisão 23.610 – TSE – sobre propaganda eleitoral

Próxima aula Quarta-feira



- Liderança e construção do projeto político
- Interseccionalidade das lideranças femininas
- As mulheres nas cidades
- Levantamento das principais demandas sociais
- Planejamento do projeto político



Anexo 6 - Webinário Liderança e Construção de Projetos Políticos

<p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <p>Liderança e construção de projetos políticos</p> <p>Profª Ana Gomes</p> 	<p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <p>Valores convergentes sobre</p> <ul style="list-style-type: none"> • Interseccionalidade das lideranças femininas • Mulheres nas cidades • Levantamento das principais demandas sociais • Planejamento do projeto político
<p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <p>Interseccionalidade</p>  <p>Kimberlé Williams Crenshaw</p> <p>Estudante de doutorado em direitos humanos e uma pesquisadora de teoria crítica da raça. Professora na Faculdade de Direito da UCLA e na Columbia Law School.</p>	<p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <p>Interseccionalidade</p> 
<p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <p>→ A garantia de direitos às mulheres se trata beneficiada pela implementação da proteção dos direitos humanos baseados no gênero exige que se dê atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecciona-se com uma gama de outras identidades e ao modo pelo qual essas interseccionações contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres. (Crenshaw, 2001)</p> <p>A interseccionalidade trata um projeto de justiça que, ao lidar com a raça de um mundo a mais, não é menos mais condições e circunstâncias do que não poderiam ser. (...) Ela não prevê orientações estritas e firmes para lidar e mitigar as tensões (...) Ao (re)criar um terreno mais complexo (...) e abrangente. (CRAWFORD, 2008)</p>	<p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <p>A interseccionalidade é uma lente que nos ajuda em entender como funciona o mundo...</p> 



MULHERES
MAIS FORTES NA POLÍTICA



Mulheres na cidade



Importância de poder viver e de viver a cidade como espaço de direito para as mulheres. Uma local de existência e não apenas de resistência.



Mulheres na cidade e direitos e direitos




Para que as cidades sejam espaços mais democráticos, é necessário que tenhamos os controles, planos e ações e intervenções e os serviços urbanos e para as cidades. Um ponto de vista crítico da cidade a partir de um olhar feminista que projeta uma agenda política em defesa da totalidade da população e, em especial, das mulheres e da diversidade e necessidades de diferentes grupos no cotidiano das cidades. (CORREIA, 2008, p. 341-342, 3018)

É no campo profissionalmente há uma relação de gênero de gênero feminino? E o que isso tem para as mulheres? O trabalho de gênero e a diversidade de gênero. E o trabalho de gênero e a diversidade de gênero. E o trabalho de gênero e a diversidade de gênero.



Manifesto pelo Direito das Mulheres à Cidade



- 1. Mulheres e crianças (70%) são responsáveis por 80% das viagens de transporte público.
- 2. 48% das viagens de transporte público são feitas por mulheres.
- 3. Mulheres e crianças são responsáveis por 80% das viagens de transporte público.
- 4. 25% das viagens de transporte público são feitas por mulheres.
- 5. 15% das viagens de transporte público são feitas por mulheres.
- 6. 10% das viagens de transporte público são feitas por mulheres.
- 7. 5% das viagens de transporte público são feitas por mulheres.
- 8. 2% das viagens de transporte público são feitas por mulheres.
- 9. 1% das viagens de transporte público são feitas por mulheres.
- 10. 0,5% das viagens de transporte público são feitas por mulheres.



Levantamento das principais demandas sociais



O trabalho de gênero e a diversidade de gênero. E o trabalho de gênero e a diversidade de gênero. E o trabalho de gênero e a diversidade de gênero.



Levantamento das principais demandas sociais





<p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <p>Situações em políticas públicas que incidem na vida e no cotidiano das mulheres, além todas as, de forma direta, indireta pública para as mulheres. No seu trabalho... são transmitidas por uma perspectiva política e ideológica no que diz respeito às relações sociais do trabalho, são definidas padrões de organização de como as relações sociais entre mulheres e homens devem funcionar. (CEBITURCAMP)</p> <p>Em 2016, 25,5% das crianças brasileiras tinham indicações em doenças, lesões, condições ou falta pública e privada. Mas esse total ainda mostra que de cada 10 crianças, mais de 7 não têm acesso a creches. O Plano Nacional de Educação prevê uma cobertura de 50% das crianças de 0 a 3 anos em creches em 2024. (CEBITURCAMP)</p>	<p>Levantamento das principais demandas sociais</p>
<p>Planejamento do projeto político</p> <p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <p>O plano apresenta o compromisso ético de uma campanha eleitoral transparente.</p> <p>O plano deve levar à construção da campanha, por meio de diretrizes estratégicas, o projeto político, a agenda, o desenho do material, a comunicação, a preparação e a defesa das propostas, as orientações jurídicas, as técnicas, entre outros.</p> <p>É essencial definir, de forma compartilhada, o objetivo que se quer alcançar.</p>	<p>Planejamento do projeto político</p> <p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <p>As candidaturas proporcionais não têm obrigação legal de apresentar propostas logo no registro da candidatura.</p> <p>Essa é uma prerrogativa apenas das candidaturas majoritárias.</p> <p>Todavia, isso não quer dizer que o plano de propostas da candidata a vereador é irrelevante, longe disso.</p>
<p>Planejamento do projeto político</p> <p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <p>Como será possível solucionar as demandas urgentes?</p> <p>Quais as propostas que o seu segmento tem para elas?</p> <p>Quem tentou representá-las e não conseguiu entregar resultado?</p> <p>Com quais forças você conta?</p> <p>Quais projetos você sonha realizar?</p>	<p>Planejamento do projeto político</p> <p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <p>Construa ações coletivas, sem frases de efeito vazias ou projetos mirabolantes.</p>



<p style="text-align: right;">MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <p>Atividades Bibliográficas</p> <p>EXERCÍCIO 1: Assinale a alternativa correta para a atividade apresentada em cada uma das questões a seguir.</p> <p>1. (UNICAMP) O Brasil é considerado um país com uma sociedade de gênero igualitária. Isso significa que:</p> <p>(A) homens e mulheres têm os mesmos direitos e deveres.</p> <p>(B) homens e mulheres têm os mesmos papéis sociais.</p> <p>(C) homens e mulheres têm os mesmos valores.</p> <p>(D) homens e mulheres têm os mesmos interesses.</p> <p>2. (UNICAMP) A Constituição Brasileira garante a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres. Isso significa que:</p> <p>(A) homens e mulheres têm os mesmos direitos e deveres.</p> <p>(B) homens e mulheres têm os mesmos papéis sociais.</p> <p>(C) homens e mulheres têm os mesmos valores.</p> <p>(D) homens e mulheres têm os mesmos interesses.</p> <p>3. (UNICAMP) A Constituição Brasileira garante a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres. Isso significa que:</p> <p>(A) homens e mulheres têm os mesmos direitos e deveres.</p> <p>(B) homens e mulheres têm os mesmos papéis sociais.</p> <p>(C) homens e mulheres têm os mesmos valores.</p> <p>(D) homens e mulheres têm os mesmos interesses.</p> <p>4. (UNICAMP) A Constituição Brasileira garante a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres. Isso significa que:</p> <p>(A) homens e mulheres têm os mesmos direitos e deveres.</p> <p>(B) homens e mulheres têm os mesmos papéis sociais.</p> <p>(C) homens e mulheres têm os mesmos valores.</p> <p>(D) homens e mulheres têm os mesmos interesses.</p> <p>5. (UNICAMP) A Constituição Brasileira garante a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres. Isso significa que:</p> <p>(A) homens e mulheres têm os mesmos direitos e deveres.</p> <p>(B) homens e mulheres têm os mesmos papéis sociais.</p> <p>(C) homens e mulheres têm os mesmos valores.</p> <p>(D) homens e mulheres têm os mesmos interesses.</p> <p>6. (UNICAMP) A Constituição Brasileira garante a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres. Isso significa que:</p> <p>(A) homens e mulheres têm os mesmos direitos e deveres.</p> <p>(B) homens e mulheres têm os mesmos papéis sociais.</p> <p>(C) homens e mulheres têm os mesmos valores.</p> <p>(D) homens e mulheres têm os mesmos interesses.</p> <p>7. (UNICAMP) A Constituição Brasileira garante a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres. Isso significa que:</p> <p>(A) homens e mulheres têm os mesmos direitos e deveres.</p> <p>(B) homens e mulheres têm os mesmos papéis sociais.</p> <p>(C) homens e mulheres têm os mesmos valores.</p> <p>(D) homens e mulheres têm os mesmos interesses.</p> <p>8. (UNICAMP) A Constituição Brasileira garante a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres. Isso significa que:</p> <p>(A) homens e mulheres têm os mesmos direitos e deveres.</p> <p>(B) homens e mulheres têm os mesmos papéis sociais.</p> <p>(C) homens e mulheres têm os mesmos valores.</p> <p>(D) homens e mulheres têm os mesmos interesses.</p> <p>9. (UNICAMP) A Constituição Brasileira garante a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres. Isso significa que:</p> <p>(A) homens e mulheres têm os mesmos direitos e deveres.</p> <p>(B) homens e mulheres têm os mesmos papéis sociais.</p> <p>(C) homens e mulheres têm os mesmos valores.</p> <p>(D) homens e mulheres têm os mesmos interesses.</p> <p>10. (UNICAMP) A Constituição Brasileira garante a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres. Isso significa que:</p> <p>(A) homens e mulheres têm os mesmos direitos e deveres.</p> <p>(B) homens e mulheres têm os mesmos papéis sociais.</p> <p>(C) homens e mulheres têm os mesmos valores.</p> <p>(D) homens e mulheres têm os mesmos interesses.</p> <p style="text-align: center;">Por uma cidade para a cidadania e não apenas para a religiosidade</p>	<p style="text-align: right;">MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <p style="text-align: center;">MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <p style="text-align: center;"> </p>
--	---



Anexo 7 - Webinário Políticas Públicas para as Mulheres

<p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <h2>Políticas Públicas para as Mulheres</h2> <p>Hildete Pereira de Melo Professora Ouseira em Economia Universidade Federal Fluminense</p> <p></p>	<p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <h3>Tópicos que serão abordados</h3> <p>História Autonomia Política Transversalidade das Políticas Públicas para as Mulheres no Legislativo e no Executivo.</p> <p></p>
<p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <h3>A História Política das Mulheres Brasileiras</h3> <ul style="list-style-type: none"> • Uma história de silêncios e exclusão • Dificuldades de reunir numa mesma história brancas, negras e indígenas e suas estratégias de lutas numa sociedade marcada pelo escravilhão e exclusão social. 	<p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <h3>Nos tempos do Império: Invisíveis e silenciadas</h3> <ul style="list-style-type: none"> • O que nos legou o Estado Imperial: <ul style="list-style-type: none"> – Lei Geral do Livro (1827), uma legislação diferenciada: let anexas noções de aritmética, prosa, e omelette. • Quais as mulheres que registra a História? <ul style="list-style-type: none"> – As da elite... é mesmo estas não são levadas a sério! – Maria Lealosa, – Carlota Joaquina, ambiciosa e mandante de assassinatos, – Leopoldina, inteligente e feroz, – Teófilo Otonari, despretada, – Isabel, mãe e dona de casa. • Libertas, escravizadas só nos registros policiais:
<p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <h3>A luta pela cidadania política</h3> <ul style="list-style-type: none"> • A história oficial se conta, mas as mulheres se organizaram nas lutas pela Abolição e pela República, mas a Constituição de 1891 recusou o sufrágio às mulheres. • As mulheres entenderam que só a Educação não era suficiente para a igualdade. • Elas foram à luta, inscreveram em jornais, lobaram as galerias da Câmara Federal para que as brasileiras pudessem votar e serem votadas, mas perderam a batalha. 	<p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <h3>Lutas Sufragistas e mulheres para não serem esquecidas!</h3> <ul style="list-style-type: none"> • 1910 – Criado o Partido Republicano Feminino por Leônia Diniz de Figueiredo, Maria Estela Vit de Albuquerque, Gilda Machado, Emília Tereza, Alice Esperança Amorim e muitas outras. • 1919 – A professora Leônia Diniz de Figueiredo foi candidata a "ALDADE" da cidade de Nova Jurema (prefeita). • 1923 – Foi fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino por Bertha (até), Jerônimo Misquita, Miriam de Campos, Maria Lucrecia de Moraes, Stella Durval, Carmen Poltinho, Guilmeo Santos Costa.



**Conquista do Direito de Voto
uma vitória das mulheres**



- A RBFF espalhou-se pela maioria dos estados brasileiros ao longo dos anos 1920 e as vozes femininas só foram ouvidas na década seguinte.
- Revolução de 1930 e o fim da primeira República – os senhores chegaram ao poder sob a liderança de Getúlio Vargas e novos compromissos foram assumidos com o povo trabalhador e com as mulheres.
- 1932 – O Governo Provisório edita o Código Eleitoral, em 24 de fevereiro, pelo qual as mulheres alfabetizadas, com mais de 21 anos, sem restrições de estado civil, podiam votar e ser votada.

**As mulheres nas eleições dos
anos 1930**



- 1930 – A primeira realização de eleições, mulheres nas urnas representando o voto feminino na Assembleia Nacional Constituinte.
- 1931 – em 1931 instalou-se a Assembleia Nacional Constituinte e Carina Pereira de Queiroz torna-se a primeira deputada no Brasil.
- 1934 – em 1937 foi promulgada a Constituição com o voto e o direito de ser eleitoras votarem. O voto é facultativo para as mulheres, exceto nos locais públicos.
- 1934 – em 14/10 realizou-se eleições para o Congresso Nacional, Carina Pereira de Queiroz foi novamente eleita e para as Assembleias Legislativas Estaduais. Votou pelas 20 deputadas estaduais em todo Brasil e também votadas, porém não a favor.
- 1938 – em 1937, a líder sulista Bertha Lutz foi eleita como deputada Federal e Congressista Nacional com o voto das mulheres.

**As primeiras mulheres
eleitas no Brasil**



- 1928 – **Alzira Soriano** – Prefeita de Lages/RN
- 1933 – **Carolina Pereira de Queiroz** – Deputada Federal (SP).
- **Almerinda Gama** – Delegada Eleitoral Classista para Assembleia Nacional Constituinte de 1934.
- **Bertha Lutz** (Deputada Suplente) assumiu em 1936.

Eleições Estaduais nos anos 1930



- 1934, 14 de outubro, também realizaram-se eleições para as Assembleias Legislativas Estaduais e três mulheres foram eleitas deputadas estaduais:

– Adriana de Barros (SC)	– Maria Lúcia (Minas Gerais) (MG)
– Arlene de Moraes (Rio de Janeiro) (RJ)	– Maria Teresa (Rio Grande do Sul) (RS)
– Eli (Lagoa) (PR)	– Rosa (Rio Grande do Sul) (RS)
– Maria de Melo (Rio de Janeiro) (RJ)	– Zuleide (Rio Grande do Sul) (RS)
– Maria do Céu (Fernando) (RN)	– Zuleide (Rio Grande do Sul) (RS)
– Quilina (Rio de Janeiro) (RJ)	
- Em 10 de novembro de 1937 foi derrubado o Estado Novo e o poder legislativo foi restaurado.

**Anos 1930 e as primeiras políticas
públicas para as mulheres no âmbito
do trabalho**



- 1932: Direito a licença antes e depois do Parto para as mulheres trabalhadoras, com direito ao salário – 30 dias antes e 30 dias depois.
- As empresas com mais de 50 trabalhadoras eram obrigadas a ter uma creche para as trabalhadoras amamentarem seus filhos.
- 1941 – Consolidação da Lei do Trabalho ratifica a licença a maternidade e o direito a creches para estas trabalhadoras, mas esta legislação não contemplou as trabalhadoras domésticas e rurais.

1945 – O Brasil volta a democracia



- Do silêncio de 1937-1945 as mulheres tiveram importante papel na redemocratização do país nos meses antes, foram ativadas da luta pela anistia nos anos 1940.
- A queda do Estado de exceção em outubro de 1945 não interrompeu o processo eleitoral e as eleições foram realizadas em dezembro de 1945 para o Senado e Câmara Federal, além da Presidência da República.
- Foram eleitos senadores e deputados federais para representar uma nova Carta Constitucional.
- Muitas mulheres disputaram este pleito, mas nenhuma foi eleita.
- A Carta de 1946 não restituiu o direito de voto às mulheres e tornou obrigatório.



<p>A democracia de 1945 a 1964</p> <p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nas eleições que ocorreram nestes anos as mulheres concorreram, mas poucas conseguiram-se eleger. • O destaque foi de Ivete Vargas, eleito desde outubro de 1950 até dezembro de 1968, quando teve seu mandato cassado pelo Ato Institucional nº 5. • A conquista da cidadania e a luta democrática continuam. As feministas lutam pela alteração do Código Civil que tornava as mulheres casadas incapazes, tal como as menores de idade. Só em 1962 esta legislação foi mudada com a promulgação do Estatuto da Mulher Casada, que as igualava ao marido. 	<p>1945/1964: ignoradas, mas atuantes</p> <p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1945 – as mulheres organizam comitê em prol da defesa dos direitos da mulher e da soberania nacional – A comissão é precria e logo dissolvida. • 1948 – As militantes feministas fundam a Federação de Mulheres do Brasil, presidida por Alice Tribuna (1886-1950), com sua morte – esta associação foi dirigida por Branca Faria (1894-1965). • 1949 – lançam o jornal "Momento Feminino" dirigido pela ex-vereadora do Distrito Federal Aracelis Moraes, este jornal durou 9 anos. • 1950 – Fundação do Conselho Nacional das Mulheres Negras por Maria de Lourdes Vale do Nascimento, uma dividade do Teatro Experimental do Negro.
<p>O fim da democracia e a chegada dos governos militares</p> <p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1963 – O Brasil promulga a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, adotada pela VII Assembleia Geral das Nações Unidas e aprovada pelo Congresso Nacional desde 1953. • A "Marcha da Família com Deus, pela Liberdade" liderada por mulheres das camadas médias e ricas da sociedade ganham as ruas e foram importantes para ruptura democrática de 01 de abril de 1964. • 1967 – Promulgada a Constituição Federal de 1967 que concedeu a aposentadoria integral para as mulheres ad cumprir 30 anos de trabalho. 	<p>1964/1979 A sociedade silenciada</p> <p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Na resistência aos governos militares as mulheres participaram ativamente na luta política, ainda de forma subordinada, e no movimento pela anistia. • A resistência das mulheres expressou-se política pelo aumento de mulheres eleitas para a Câmara Federal nas eleições de 1966. • Formou listas de mulheres para a Câmara Federal (legislativa de 1967-1971), mas o AI-5 cassou vários mandatos femininos e silenciou a sociedade. • No início dos anos 1970 a Jornada Internacional das Mulheres explodiu também no Brasil e as brasileiras levantaram suas vozes.
<p>E as feministas ganham as ruas</p> <p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <ul style="list-style-type: none"> • A apresentação de boletim (leitura do Brasil) 1979 com o Annúncio Internacional da Mulher alinha a chama do dia feminista no Brasil, agora denunciando a discriminação estrutural, indelével no interior dos grupos políticos. • E o feminista organizado ganhou a sociedade: universidade, centros de pesquisa, a violência sexual, política, racismo, preconceito e racismo. • 1975, Associação do Escritório "O papel é o assessoramento da mulher na realidade brasileira" organizado por três listas cariocas com atividades sociais. • Em equidade no Rio de Janeiro foi criado o Centro da Mulher Brasileira, neste grupo, junto com o lançamento da mulher no Brasil, nasceu o primeiro feminista – Rogéria Mather, Mãe Mulheres – houve intensa mobilização ganhou País. 	<p>Mulheres tentam arrombar a porta da política; abrem uma brecha!</p> <p>MULHERES MAIS FORTES NA POLÍTICA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como ocupar o espaço político? Continuar nos movimentos sociais, entrar nos partidos políticos e disputar as eleições? Tentativamente algumas tentaram. • A partir do movimento feminista do Rio de Janeiro foi criada uma plataforma feminista – Alerta Feminista – com propostas de políticas para as mulheres e que deve ser submetido as candidaturas municipais municipais. Eleição espelhou-se pelo País. • Nos cargos propostos em a dinâmica eleitoral é diferente as mulheres abriram a estádio presentes de forma minoritária.



<p>Uma síntese do déficit democrático brasileiro de gênero</p> <ul style="list-style-type: none"> • Durante 432 anos (1500-1932) as mulheres permaneceram alijadas do poder, sem direito de opinar na sociedade, sem cidadania. • A conquista do voto das mulheres aconteceu em 24 de fevereiro de 1932. • 1932 – 1997 as mulheres brasileiras conseguiram obter no máximo 7% das cadeiras legislativas municipais. 	<p>Anos 1970 : intenso Ativismo Feminista</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1971 – visita de Betty Friedan ao Brasil para lançar seu livro “A Miséria Feminina”, inspirada por Rosi Marilú Murray, suas interlocutoras brasileiras tiveram enorme repercussão no País. • 1971 – em 20 de novembro organizado em Porto Alegre (RS) a primeira comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra. • 1972 – A Câmara Federal aprova a Lei do Deputado Francisco Fernal (PMDB/SP) que regulamentou parcialmente o trabalho das trabalhadoras domésticas. • 1979 – a ONU aprova a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW).
<p>Anos de luta para romper os grilhões do patriarcado</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1977 – Câmara Federal aprova a Lei n. 8.535 que aprova o divórcio no Brasil, assinado pelo senador Nelson Carneiro (1977-1980). • 1980 – em junho organizam o Encontro Feminista de Valinhos/SP, este encontro teve entre outros no combate à violência contra a mulher. Proposta para criação dos centros de auto-defesa – os CDA’s. Mulher. • Campanha “Quem Ama não Mata” ganhou Brasil. • 1983 – criado o PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher no Ministério da Saúde. É uma luta feminista. • 1985 – criação de Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres/DEAMs vítimas de violência doméstica. 	<p>Os feminismos na política</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1976 – em agosto foi criada a Luta pela Saúde e o Trabalho do(a) Trabalhador(a) Nacional. • 1976 – Cássia Kirzfeldt (AM) torna-se a primeira mulher a ocupar uma cadeira no Senado Federal, assinando na época o senador João Basso do União (AM), em vez. 5 meses depois de sua eleição. Ela viveu primeiro suplente. • 1981 – são realizadas eleições para a primeira assembleia municipal, Conselho de Vereadores, Assembleia Legislativa, Câmara de Vereadores, 1/3 do sexo feminino em todos os níveis locais, com exceção dos 1/3 nos de segurança nacional. • Deleia e grêmios Prefeito de Una em São Paulo. Maria Luiza Fontenelle em Fortaleza (CE). • 1980 – promulgada a Lei nº 7.203, cria o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) com atuação financeira, gerido pela deputada Ante Loureiro depois por Luizá Maria Mangay (1985-1991).
<p>As lutas das mulheres para escreverem seus direitos na Constituinte de 1988</p> <ul style="list-style-type: none"> • As eleições de 1986 atingiram a maior bancada feminina da história do Brasil até aquele momento: 26 deputadas federais. • O Rio de Janeiro elegia: Anna Maria Mattos (PMDB), Benedete da Silva (PT), Márcia Cláudia Vianna (PDT), Sandra Cavalcanti (PCB). • 1987/1988, o CNDM lança a Campanha: “Constituinte não vale sem sua ser palavra da mulher”, plantaram a qualidade na sociedade conjugal, direitos reprodutivos, enfrentamento da violência contra a mulher. • Conquistas e derrotas: força insistência de 120 dias, igualdade na sociedade conjugal, inclusão das trabalhadoras rurais na legislação laboral e paridade das trabalhadoras domésticas. 	<p>Anos 1990: os feminismos entram em compasso de espera por novos tempos</p> <ul style="list-style-type: none"> • A política interrompida pelo governo Collor no início quinquênio finalizado do CNDM que também este o primeiro repositório de atividade política do governo. • houve um esvaziamento das políticas públicas para as mulheres que gerou a criação do governo de Fernando Henrique Cardoso. Apesar de ter mulheres fortes e líderes reconhecidas como Fernanda CNDM na gestão Collor. • Novos tempos foram marcados as mais significativas Conferências Internacionais: Rio de Janeiro, 1992, Meio Ambiente; Viena, 1993, Conferência Mundial de Direitos Humanos; Cairo, 1994, Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento; Belém do Pará, 1994, Conferência Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; Passarela China, 1995, IV Conferência Mundial da Mulher.



<p>As mulheres na política: trindades nos presidentes</p>  <ul style="list-style-type: none"> 1991, 3 de outubro: primeira eleição por sufrágio feminino e eleição de mulheres para o Senado, com Maria (PT) e Maria (PFL) (1991/92/93) 1992, a primeira ministra Collor faz parte do governo formado com a política na área do trabalho: Fernando Henrique Cardoso 1992, criação do <i>Comparto de Apoio às Mulheres</i> pelo PM da Vitória na <i>campanha Mulheres</i> 1993, parlamentares brasileiras participam do 1ºº Encontro Latino-Americano (Parlatino) dentro da <i>Campanha Mulheres sem Alodo do Poder</i> para estimular a participação feminina nos partidos políticos 1994, nos eleições de novembro, <i>Assalto do Sítio</i> foi eleito o primeiro Senador negro do Brasil 1995, aprovada a Lei de Cotas que estabelece 20% de vagas para mulheres nas eleições proporcionais para o Senado de 1996 (Lei 5.130/95) 1997, aprovada a emenda da Lei 5094 que amplia para 30% as cotas e a medida para criar as eleições proporcionais 	<p>Fortalecimento dos feminismos de Estado e Negro na primeira década do século XXI</p>  <ul style="list-style-type: none"> 2001, realizada em Durban, África do Sul, a <i>Conferência Latino-Americana e Discriminação racial, a desigualdade e formas complexas de violência</i> 2002, em março, foi criada a <i>Secretaria Especial de Direitos da Mulher</i> pelo governo Fernando Henrique Cardoso e foi nomeada como <i>Secretária Soraya Ferreira</i> 2003, em janeiro, a <i>Secretaria Especial de Direitos da Mulher</i> é transformada em <i>Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres</i>, com status de Ministério no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi nomeada como <i>Ministra</i> a ex-senadora <i>Tereza Roldão</i> 2004, em 27 de janeiro a <i>Ministra</i> da SPM foi substituída pelo cartista médico e professor <i>Wilson Figueira</i>, ex-Reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), introduzindo as <i>unidades de Cotas para negros</i> nas universidades federais
<p>A SPM/PR e as políticas públicas transversais de gênero - 2004 a 2016</p>  <ul style="list-style-type: none"> Articulação e construção de políticas transversais de gênero e feministas – com o Estado. Desenho político-público para enfrentar as desigualdades de gênero-raça A SPM negociou o compromisso de que o Estado Brasileiro em relação a <i>Planos Nacionais de Políticas Públicas</i> foram parâmetros na estruturação das políticas para as mulheres, em interação direta com a participação do movimento social Articulação Estado-Sociedade civil feita pela realização das quatro Conferências Nacionais – 2004, 2005, 2011 e 2016 – que reuniram milhares de mulheres através do <i>COM a Base</i> e outros para a construção do I, II e III <i>Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres</i> Os princípios fundadores destes PLANOS já estavam presentes na CARTA entregue aos Constituintes em 8 de março de 1988 	<p>A SPM e Política Nacional de Desenvolvimento e Violência contra as Mulheres</p>  <ul style="list-style-type: none"> Realização de primeira <i>Reunião Conjunta de Trabalho</i> e ações de controle e combate contra as violências contra as mulheres 2005, criação do <i>Departamento Especial de Políticas para as Mulheres</i> (DOPM) (1999-2004) 2005, criação do <i>Centro de Atendimento à Mulher</i> – COM (1999-2004) através de uma parceria com 26 órgãos de funcionamento para receber denúncias e dar assistência às mulheres. Tornou-se o núcleo de ligação de trabalho entre eles 2006, aprova a Lei nº 11.294/2006 (Lei Maria da Penha) em política criminal e controle e violência contra as mulheres no Brasil. Em consonância com as recomendações presentes nos tratados, ratificados e ratificados internacionalmente (relacionados ao SII) (1997/2014) 2007, em agosto o <i>Ministerio Nacional de Desenvolvimento e Violência contra as Mulheres</i> constrói um plano de atendimento e controle através das instituições de referência, articuladas entre si, em rede nacional com ODEAC, comitês nos <i>Distritos Federais</i>, locais de violência doméstica e familiar contra a mulher 2007, 3 de março aprovada a Lei 11.744, conhecida como <i>Lei de Responsabilidade</i>
<p>SPM – Trabalho, Educação, Combate à Racismo e Autonomia Econômica</p>  <ul style="list-style-type: none"> 2004-2016, a organização criou o SPM – MEC, parceria com a <i>Associação Nacional de Instituições de Ensino Superior</i> de gênero. A SPM fortaleceu o MEC, defendendo a educação nacional <i>Programa Mulher e Cêrca</i> (MCH) (MCH) criou o <i>quadrado de gênero</i>, <i>União Interinstitucional</i> (UI) e <i>Estadão de Participação</i> <i>União de Financiamento de Pesquisas</i>, <i>União Curricular</i>, <i>Gênero e Diversidade na Escola</i> e <i>Grupos de Trabalho</i> <i>Políticas de Gênero e Raça</i> No campo do trabalho a SPM defendeu e ganhou o <i>Sistema Conjugal</i> e <i>reforma de representação da vida nas famílias</i>, <i>Lei e São Política de Gênero e Raça</i> criando <i>distinção</i> <i>trabalho</i> <i>trabalho</i> no ambiente empresarial No enfrentamento do racismo, <i>Secretaria de Justiça</i> foi <i>unidade</i> <i>ação conjunta</i> com a <i>SEJUR</i>, implementando <i>unidade</i> <i>ações</i> para <i>criar</i> <i>a</i> <i>participação</i> <i>da</i> <i>mulher</i> <i>negra</i> <i>na</i> <i>sociedade</i> 	<p>As mulheres nos Espaços de Poder e Decisão – Ações e Campanhas</p>  <ul style="list-style-type: none"> <i>Mulheres sem Alodo do Poder</i> – aprovação da Lei de Cotas (1995-1996), articulação feminista, <i>Boicote Eleitoral</i> no <i>Comparto Nacional</i> no Estado <i>Mais Mulheres no Poder</i> (2008), <i>Boicote Eleitoral</i> no <i>Comparto Nacional</i>, <i>Secretarias</i> e <i>os</i> <i>partidos</i> <i>políticos</i>. Em 2009 foi <i>Boicote</i> <i>do</i> <i>Comparto</i> <i>Nacional</i> <i>de</i> <i>Políticas</i> <i>para</i> <i>as</i> <i>Mulheres</i> 1999 – <i>Conselho Estadual</i> – <i>Discussão</i> <i>Federal</i>, <i>Sociedade</i> <i>Civil</i>, <i>Associação</i> <i>Feminista</i> e o <i>Forum</i> <i>de</i> <i>Instituições</i> <i>de</i> <i>Mulheres</i> <i>de</i> <i>Partidos</i> <i>políticos</i> <i>trabalha</i> <i>com</i> <i>os</i> <i>partidos</i> Principais resultados na ampliação da lei em âmbito de <i>PARLAMENTAR</i> que <i>decretou</i> <i>a</i> <i>cota</i> <i>de</i> <i>30%</i> <i>de</i> <i>mulheres</i> <i>em</i> <i>proporcionais</i> <i>do</i> <i>Sistema</i> <i>de</i> <i>Trabalho</i> <i>de</i> <i>partidos</i> <i>Mais Mulheres no Poder</i> na <i>Procuradoria</i>, <i>Comissão</i> <i>de</i> <i>Mulheres</i> <i>em</i> <i>Estado</i>, <i>em</i> <i>parceria</i> <i>com</i> <i>a</i> <i>Secretaria</i> <i>de</i> <i>Mulheres</i> <i>e</i> <i>o</i> <i>Procurador</i> <i>de</i> <i>Estado</i> <i>Federal</i> – <i>luta</i> <i>para</i> <i>ganhar</i> <i>uma</i> <i>proteção</i> <i>misma</i> <i>de</i> <i>mulheres</i> <i>nas</i> <i>ações</i> <i>legislativas</i> <i>constituintes</i>



A breve República feminina

MULHERES
MAIS FORTES NA POLÍTICA



- Depois de 121 anos de governos republicanos nas eleições Presidenciais de 2010 duas mulheres concorreram com chances: Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PSD).
- Foi eleita Dilma Rousseff (PT) a primeira Presidente da República Federativa do Brasil.
- Dilma Rousseff foi reeleita em 2014, o seu segundo mandato foi interrompido por um processo de impeachment em 2016.

Coisas e o financiamento eleitoral para mulheres e negros - 2018/2020

MULHERES
MAIS FORTES NA POLÍTICA



- Vitória da Jure feminista.
- Sem trabalho de "lobby" junto ao STF, antecipa-se a reafirmação da legislação em favor das candidaturas de mulheres (Leis nº 9.302, 2017), quando assim o tratamento diferenciado do voto para as mulheres e um crédito para os homens.
- Assim, em 15 de março de 2018, por 8 votos a 3, o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa a ação de inconstitucionalidade (Ação nº 318) do Fundo Eleitoral para Financiamento das candidaturas feministas.
- E LEMBREM-SE, que o Fundo Partidário também deveria respeitar este ganho mínimo.
 - Em maio de 2018 o Conselho do Supremo Tribunal Federal (CSEF) previsto por sua própria Constituição a decisão. E não 30% dos recursos do FPC, do Fundo Partidário e do Fundo de Propaganda Política para candidaturas das mulheres!
- A decisão não as candidaturas de pessoas negras foi dada em 2018.

LUTAS DE ONTEM, HOJE E DE AMANHÃ

MULHERES
MAIS FORTES NA POLÍTICA



- A sociedade precisa reconhecer que os filhos **NÃO** são só das mulheres!
- Os trabalhos dos cuidados com a reprodução da vida são de responsabilidade de **TODAS** as pessoas da família.
- É preciso criar políticas de emprego que reconheçam as diferenças entre os homens e as mulheres.
- Defenda a criação de CRECHES e ESCOLA em tempo integral!

Mulheres, é necessário fazer uma Política Diferente

MULHERES
MAIS FORTES NA POLÍTICA



- Precisam reinventar a campanha, reinventar a forma de fazer política, reinventar a forma de governar.
- Deixem clara na Campanha quais as verdadeiras possibilidades de trabalho depois de eleitas.
- As mulheres militantes políticas, candidatas ou não precisam criar coragem e dizer não a política eleitoral e discriminatória existente no Brasil.
- Os partidos políticos não tem donos! Tomemos as assalto as convenções e estruturas partidárias, para isso é preciso participar!

Fiquem atentas, as eleições de 2020, transcorrem em tempos difíceis!

MULHERES
MAIS FORTES NA POLÍTICA



- Tem muitas novidades nas regras eleitorais: financiamento para as cotas raça e mulheres.
- Um das alterações nas eleições proporcionais, ou seja, significa cada uma no seu quadrado!
- Um número "recurso" de negros e mulheres que transcorrem nos pleitos.
- Acontecem no início de uma grave crise sanitária e econômica.
- Campanha fria, sem "afeto", apertar de mãos, sem corpo-a-corpo.
- Lembra que "cartão" não é voto e que a TV só vive seja importante, por que tem mais alcance.

Não esqueça de um olhar de gênero numa campanha eleitoral municipal.

MULHERES
MAIS FORTES NA POLÍTICA



- Saúde e Educação: dominar estes temas significa a liberdade! Como grêmios ou vereadores locais, dêem estas temas.
- Pense como você pode contribuir para o funcionamento do Programa de Acesso Integral à Saúde da Mulher (PAISM).
- Na educação, desde zero a 3 anos, educação infantil (4 a 5 anos) até o ensino fundamental é de responsabilidade do município. Não deixe de lutar nas CRECHES, estas são fundamentais para as mulheres trabalhadoras e devem ter horário integral.
- O ensino fundamental também não pode ser esquecido. O Plano Municipal deve ser um dos programas de campanha! A escola precisa substituir, em parte do dia, os cuidados das mães com os filhos até 14 anos.



Outras pautas que não podem ser ignoradas!



- Como é o transporte na tua cidade? Quais são as reivindicações das pessoas?
- E o saneamento e o esgoto?
- As ruas estão iluminadas?
- E o lixo? Como é sua coleta? Tudo isso importa!
- E lembrese sempre do VALOR DO VOTO!
- O exercício da cidadania é um direito que as mulheres levam anos e anos para conseguirem

Referências bibliográficas



- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2014). *Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2014). *Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2014). *Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2014). *Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2014). *Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2014). *Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2014). *Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2014). *Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.

Referências bibliográficas



- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2014). *Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2014). *Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2014). *Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2014). *Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2014). *Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2014). *Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2014). *Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). (2014). *Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) - Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.

MULHERES
MAIS FORTES NA POLÍTICA





ibom